



5.4.2.2 PROJETO MUSEOGRÁFICO

MUSEU JULIO DE CASTILHOS

PORTO ALEGRE

OUTUBRO/2018

Responsáveis: Roberta Fraga Machado Gomes

Thiago Silva de Araújo

Revisão e complementação: Camila Kipper

1



**MINISTÉRIO DA
CULTURA**





SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 METODOLOGIA.....	9
3 PROPOSTA MUSEOLÓGICA.....	12
3.1 MUSEU JULIO DE CASTILHOS	12
3.2 DIAGNÓSTICO DE CONSERVAÇÃO	13
3.2.1 Macro ambiente	16
3.2.2 Médio ambiente	23
3.2.3 Micro ambiente	62
3.3 DIRETRIZES MUSEOLÓGICAS	67
3.3.1 Macro ambiente	70
3.3.2 Médio ambiente	71
3.3.3 Micro ambiente	83
4 PROPOSTA MUSEOGRÁFICA.....	83
4.1 MUSEU JULIO DE CASTILHOS: PROPOSTA CONCEITUAL	84
4.2 PARTIDO EXPOGRÁFICO	85
4.3 ESPAÇO EXPOGRÁFICO	87
4.4 CONCEITO EXPOGRÁFICO	88
4.4.1 Arqueologia e Povos Originários no RS	90
4.4.2 Missões Jesuíticas	100
4.4.3 Africanidades Sul-Rio-Grandenses	107
4.4.4 A Construção do Gaúcho.....	121
4.4.5 Ideologia e política: Julio de Castilhos, o homem, o mito	130
4.4.6 Memorial MJC.....	143
5 PROPOSTA PARA POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	157
6 REFERÊNCIAS	164



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Árvores caídas no pátio pela ação dos ventos. Registro realizado em 04 fev 2016. Fonte do autor 17

Figura 2 - Fachada Casa Anexa. Fonte do autor 18

Figura 3 - Fachada Casa Julio. Fonte do autor 18

Figura 4 - Vista do pátio com prédios à frente do Museu. Fonte do autor 18

Figura 5 - Árvores em frente ao Museu. Fonte do autor 18

Figura 6 - Estacionamento ao lado da Casa Anexa. Fonte do autor 19

Figura 7 - Estacionamento ao lado da Casa Julio. Fonte do autor 19

Figura 8 - Plantas na fachada do Museu. Fonte do autor 19

Figura 9 - Entorno da Instituição, Palácio Piratini e Catedral Metropolitana. Fonte do autor 20

Figura 10 - Palácio Farroupilha aos fundos. Fonte do autor 20

Figura 11 - Pichação. Fonte: GAÚCHA 21

Figura 12 - Vandalismo. Fonte: G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/09/agencia-bancaria-e-depredada-durante-protesto-em-porto-alegre.html>>. Acesso em 12 jan 2016. 21

Figura 13 - Vidros quebrados. Fonte: GAÚCHA 21

Figura 14 - Trânsito de caminhões. Fonte do autor 22

Figura 15 - Pórtico de entrada com câmera. Fonte do autor 22

Figura 16 - Lateral com grade baixa. Fonte do autor 22

Figura 17 - Janelas do pavimento superior de fácil invasão. Fonte do autor 22

Figura 18 - Muro com acesso à garagem lateral. Fonte do autor 23

Figura 19 - Janelas da RT 1. Fonte do autor 23

Figura 20 - Urina nas paredes. Fonte do autor 23

Figura 21 - Avisos no pavimento inferior. Fonte do autor 25

Figura 22 - Avisos pavimento superior. Fonte do autor 25

Figura 23 - Alarme e extintores de incêndio. Fonte do autor 26

Figura 24 - Depósito de livros. Fonte do autor 26

Figura 25 - Piano localizado no auditório. Fonte do autor 26

Figura 26 - Interior setor de segurança. Fonte do autor 27

Figura 27 - Vista do poço de luz para segurança. Fonte do autor 27

Figura 28 - Área de circulação vista para loja do Museu. Fonte do autor 27

Figura 29 - Área de circulação vista para o bar. Fonte do autor 27

Figura 30 - Acesso reduzido aos banheiros. Fonte do autor 28

Figura 31 - Botas do Gigante. Fonte do autor 28

Figura 32 - Ralo aberto junto ao acervo. Fonte do autor 28

Figura 33 - Cadeira de Arruar. Fonte do autor 29

Figura 34 - Sala reservada para tratamento de acervo transformada em refeitório. Fonte do autor 29

Figura 35 - Sala Multi-meios vista para área molhada. Fonte do autor 29

Figura 36 - Fragmentação do piso. Fonte do autor 30

Figura 37 - Quadro de luz e extintores. Fonte do autor 30

Figura 38 - Sala sem climatização. Fonte do autor 31

Figura 39 - Piso danificado pela chuva. Fonte do autor 31

Figura 40 - Parede afetada pela intensa luz solar. Fonte do autor 31

3





Figura 41 - Vista geral da sala temporária adjacente. Fonte do autor	32
Figura 42 - Dom Pedro II. Fonte do autor.....	32
Figura 43 - Prisão de Tiradentes. Fonte do autor.....	32
Figura 44 - Intersecção entre sala temporária e sala Farroupilha. Fonte do autor.....	33
Figura 45 - Janela ao fundo sem proteção. Fonte do autor.....	33
Figura 46 - Detalhe do mobiliário contendo vestígios de cupins. Fonte do autor.....	33
Figura 47 - Abertura para o pátio. Fonte do autor	34
Figura 48 - - Panorama da área de transição entre as duas casas. Fonte do autor	34
Figura 49 - Motoneta exposta à ação solar. Fonte do autor	34
Figura 50 - Piso descaracteriza os estilos de cada casa sugerindo unidade. Fonte do autor.....	35
Figura 51 - Transição entre as duas casas. Fonte do autor	35
Figura 52 - Passarela detectável pela vista do pátio. Fonte do autor	36
Figura 53 - Landau. Fonte do autor.....	37
Figura 54 - Canhão Krupp. Fonte do autor.....	37
Figura 55 - Sala Porto Alegre. Landau, 1983.	37
Figura 56 - Local de exposição da Jangada no pátio do Museu. Fonte do autor.....	38
Figura 57 - Pilares são os resquícios do objeto exposto. Fonte do autor	38
Figura 58 - Remos Jangada. Fonte do autor.....	39
Figura 59 - Depósito. Fonte do autor.....	39
Figura 60 - Depósito. Fonte do autor	39
Figura 61 - Quarto Julio de Castilhos. Fonte do autor	40
Figura 62 - Luminárias caíndo. Fonte do autor.....	40
Figura 63 - MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1983.....	41
Figura 64 - Acervo permanece o mesmo. Fonte do autor	41
Figura 65 - Detalhe da ação de cupins. Fonte do autor.....	41
Figura 66 - Panorâmica da sala. Fonte do autor	42
Figura 67 - Ação de cupins. Fonte do autor	42
Figura 68 - Anjo Missioneiro. Fonte do autor	42
Figura 69 - MUSEU DE CASTILHOS, 1983.....	43
Figura 70 - Sala Indígena. Fonte do autor.....	43
Figura 71 - Vista Sala Indígena. Fonte do autor.....	43
Figura 72 - Janela facilitando a circulação de ar. Fonte do autor	44
Figura 73 - Mofo nas cortinas. Fonte do autor	44
Figura 74 - Sala expositiva. Fonte do autor.....	44
Figura 75 - Entrada Sala expositiva. Fonte do autor	44
Figura 76 - Sala expositiva. Fonte do autor.....	45
Figura 77 - Sala expositiva. Fonte do autor.....	45
Figura 78 - Sala expositiva. Fonte do autor.....	45
Figura 79 - Sala expositiva. Fonte do autor.....	45
Figura 80 - Escadaria de acesso ao pavimento superior. Fonte do autor.....	46
Figura 81 - Detalhe para a pintura do Hall. Fonte do autor.....	46
Figura 82 - Hall com vista para porta do pátio interno. Fonte do autor	46
Figura 83 - Hall com vista para porta dupla. Fonte do autor.....	47
Figura 84 - Detalhe do piso setor técnico. Fonte do autor.....	47
Figura 85 - Setor técnico. Fonte do autor.....	47
Figura 86 - Janela biblioteca. Fonte do autor	48
Figura 87 - Detalhe piso. Fonte do autor.....	48





Figura 88 - Sala direção. Fonte do autor.....	48
Figura 89 - Circulação entre direção e administrativo. Fonte do autor	48
Figura 90 - Sala administrativo. Fonte do autor.....	49
Figura 91 – Biblioteca. Fonte do autor	49
Figura 92 - Escadaria 05. Fonte do autor.....	49
Figura 93 - Circulação. Fonte do autor.....	50
Figura 94 - Circulação para cozinha. Fonte do autor.....	50
Figura 95 - Cozinha. Fonte do autor	50
Figura 96 - Cozinha. Fonte do autor	51
Figura 97 - Vista com pátio ao fundo. Fonte do autor.....	51
Figura 98 - Vista para canhões. Fonte do autor	51
Figura 99 - Panorâmica RT1. Fonte do autor.....	52
Figura 100- RT1. Fonte do autor.....	53
Figura 101 - Grades laterais RT1. Fonte do autor.....	53
Figura 102 - Oscilação em U.R e Temperatura. Fonte do autor	53
Figura 103 - Desumidificador. Fonte do autor	54
Figura 104 - Teto em abóboda. Fonte do autor.....	54
Figura 105 - Janela para possível troca de ar. Fonte do autor	54
Figura 106 - Janela sem proteção aos micro-organismos. Fonte do autor.....	55
Figura 107 - Piso solto. Fonte do autor	55
Figura 108 - Parte do piso em cerâmica. Fonte do autor	55
Figura 109 - Umidade. Fonte do autor	55
Figura 110 - Rato morto após inundação da RT1. Fonte do autor	56
Figura 111 - Alarme de incêndio. Fonte do autor	56
Figura 112 - Espaço insuficiente. Fonte do autor.....	56
Figura 113 - Circulação obstruída. Fonte do autor	57
Figura 114 - RT1. Fonte do autor.....	57
Figura 115 - RT1. Fonte do autor.....	57
Figura 116 – RT1. Fonte do autor.....	57
Figura 117 - Banheiros desativados. Fonte do autor.....	58
Figura 118 - Intensa umidade com infiltrações. Fonte do autor.....	58
Figura 119 - RT2. Fonte do autor.....	59
Figura 120 - Termo-higrômetro. Fonte do autor	60
Figura 121 - Relação de U.R e Temperatura RT2. Fonte do autor.....	60
Figura 122 - Iluminação. Fonte do autor	61
Figura 123 - Área molhada. Fonte do autor	61
Figura 124 - Extintores e alarme. Fonte do autor.....	62
Figura 125 - Laboratório desativado RT2. Fonte do autor.....	62
Figura 126 - Vista da rua para RT2. Fonte do autor.....	62
Figura 127 - Bibliografia. Fonte do autor.....	63
Figura 128 - Cerâmica Indígena. Fonte do autor.....	64
Figura 129 - Acervo arqueológico/etnológico. Fonte do autor	64
Figura 130 - Trainel com cordas de nylon. Fonte do autor	65
Figura 131 - Trainel para pinturas. Fonte do autor	65
Figura 132 - Mapoteca contendo fotografias. Fonte do autor	65
Figura 133 - Acondicionamento fotografias. Fonte do autor	65
Figura 134 - Tesserologia. Fonte do autor	66





Figura 135 - Indumentária e Objetos de Uso Pessoal. Fonte do autor	66
Figura 136 - Indumentária. Fonte do autor	67
Figura 137 - Plano Aleatório de visitação. Fonte: Planning for people in Museum Exhibitions McLEAN, Kathleen	90
Figura 138 - Plano Radial. Fonte: Planning for people in Museum Exhibitions McLEAN, Kathleen	92
Figura 139 - Plano Direto. Fonte: Planning for people in Museum Exhibitions McLEAN, Kathleen	101
Figura 140 - Plano Radial. Fonte: Planning for people in Museum Exhibitions McLEAN, Kathleen	Erro! Indicador não definido.
Figura 141 - Plano Radial. Fonte: Planning for people in Museum Exhibitions McLEAN, Kathleen	Erro! Indicador não definido.
Figura 142 - Plano Aberto. Fonte: Planning for people in Museum Exhibitions McLEAN, Kathleen	134

1 INTRODUÇÃO

6





O presente estudo tem como fundamento orientar as ações para o restauro e a adequação erigidas ao Museu Julio de Castilhos - localizado à rua Duque de Caxias, 1205 e 1231, Centro Histórico, Porto Alegre, RS - em conformidade com o Termo de Referência em seus itens 5.3.2.2 e 5.4.2.2, respectivamente, anteprojeto e projeto museográfico e museológico. Integra o processo publicado pela CELIC, número 004332-11.00/13-5, edital 114/14, concorrência vencida pela empresa Urbana Logística Ambiental do Brasil S/A.

Esse projeto, essencialmente, visa a coadunar teoria e práxis museológica ao evidenciar fundamentos conceituais pertinentes à ciência Museológica para a preservação voltada aos bens culturais musealizados. Logo, apresenta subsídios teóricos para os projetos subsequentes e futuras intervenções ao bem edificado. Subsidiarão, igualmente, as resoluções para a sua ampliação, cujo propósito será abrigar reserva técnica e espaços contíguos imprescindíveis aos trabalhos técnicos.

Igualmente, a interpretação museológica e as diretrizes relacionadas à preservação - escopo uno a esse projeto - representam, conforme Bruno (1996): “a **preservação é a função básica de um museu**” (*Ibidem*, p. 14) e a partir dela estão subordinadas todas as outras atividades, que se vinculam ao **estudo**, à **salvaguarda** - aquisição, documentação, conservação - e à **comunicação** dos indicadores de memória ao público, os objetos.

Logo, a relação **preservação/ação museológica** - estudo, salvaguarda e comunicação - **musealização/museu**, termos esses interpretados em suas similitudes, se intersecciona com outro aspecto relacionado à Museologia: a elaboração de hipóteses para a sua base **teórica** - estudo/pesquisa e interpretação dos vestígios humanos - e a **prática** como sua dependência efetiva à interação entre os sujeitos: exposição, ação sociocultural e educação (*Ibidem*). Ou seja, a consolidação de um fenômeno **comunicacional**, que tem sua potencialidade em criar valores e significados e, como essência o **conhecimento**, os objetos, o museu e a sociedade. Isso, conforme Lucena (1991) significa **preservar**, “[...] **propiciar a releitura das ideias do presente, dando novas interpretações aos acontecimentos do passado**” (LUCENA *apud* BRUNO, 1996, p. 21).

Os prédios que compõem a estrutura museológica do museu mais longo do Estado, referidos como Casa Julio de Castilhos e Prédio Anexo serviram, outrora, de moradia para famílias abastadas no século passado e sua designação era coerente. A casa onde morou o patriarca do Museu serviu também de palco para reuniões do PRR, partido vigente e no poder no início do século XX, ressignificando uma estrutura doméstica e criando enlances políticos. Hoje, essas estruturas são parte conjunto de um museu, que narra parte da história do Rio Grande do Sul através de seu acervo composto por mais de 11 mil

7





peças em suas 29 coleções. Passado o período de adaptação das casas (ambiente doméstico) para uma estrutura museal, a instituição carece ainda de uma estrutura adequada para a preservação e divulgação de seu acervo. Com o programa PAC Cidades Históricas o Museu Julio de Castilhos, terá a revitalização apropriada para o que seguramente é um dos mais importantes museus do Estado.

O Projeto Museográfico foi estruturado em:

- i) Proposta Museológica: evidenciou o relatório dos aspectos históricos locais em âmbito social, político e antropológico vinculado ao Museu Julio de Castilhos; o diagnóstico realizado aos seus ambientes e às suas coleções; e as diretrizes museológicas para os seus espaços com especificações para as intervenções futuras.
- ii) Proposta Museográfica: contemplou os elementos conceituais, temáticos e expográficos para suas futuras exposições.
- iii) Proposta para políticas institucionais: refere-se às proposições para gerenciar os novos ambientes, segundo a setorização dos espaços recomendados por esse projeto.

Ressalta-se que as indicações apresentadas subsidiaram o Anteprojeto de Arquitetura do Museu Julio de Castilhos, já que traz proposta de organização do Museu em relação aos seus espaços expositivos, de trabalho, de convivência e de reserva técnica. É importante salientar que o Anteprojeto de Arquitetura, conforme o Termo de Referência, deve ser elaborado como resultado dos estudos prévios realizados e buscando atender o programa de necessidades estipulado a partir do Termo de Referência, bem como a partir de reuniões com o próprio Museu, com o IPHAE e com a SOP.

O Anteprojeto Museográfico e Museológico traz teoria e indicações sobre questões que podem ter um reflexo no anteprojeto arquitetônico, mas prevalecem sempre as decisões constantes neste último. Reforça-se, portanto, que as indicações do Anteprojeto Museográfico e Museológico servem de norteador para as definições e decisões tomadas no Anteprojeto de Arquitetura, mas que estas indicações passam pela avaliação de um profissional arquiteto que busca aliar essas indicações com as melhores soluções arquitetônicas.



2 METODOLOGIA

A preservação possui caráter gerencial, abrangendo aspectos financeiros, materiais e humanos, assumidos para gerir o planejamento e as rotinas vinculadas ao acervo museológico, (SOUZA; ROSADO; FRONER, 2008). Logo, a (i) Proposta Museológica, a (ii) Proposta Museográfica e a (iii) Proposta para políticas institucionais, integrantes a esse Projeto Museográfico, seguiram criteriosamente o método fundamentado na preservação dos bens culturais, vinculados por esse estudo ao Museu Julio de Castilhos, suas edificações e seu acervo.

A (i) Proposta Museológica retratou as premissas museológicas que fundamentaram as definições para a Proposta Museográfica e atendeu os seguintes procedimentos estruturados em três subseções:

- 1) Relatório dos aspectos históricos locais;
- 2) Diagnóstico de conservação realizado ao macro, médio e micro ambientes, ao qual se relacionou as implicações entre edificação, público, acervo e as condições adequadas para a preservação das coleções, sobretudo em relação a sua conservação e exposição, e
- 3) Diretrizes museológicas pertinentes ao espaço físico reservado para abrigar as exposições e a nova reserva técnica, bem como o público e as atividades institucionais. Esses estudos subsidiaram as definições sobre o acervo a expor, os conceitos e a proposta narrativa orientativa para o Projeto Museográfico.

Embasado em pesquisa histórica elaborada por Gomes (2016), o 1) Relatório dos aspectos históricos locais referentes ao Museu Julio de Castilhos em âmbito social, político e antropológico evidenciou as tradicionais temáticas e representações para as suas exposições institucionais. Essas informações implicaram em ações previstas para o novo circuito expográfico que tem por objetivo uma nova abordagem sobre o conhecimento, à luz dos paradigmas contemporâneos relacionados às ciências e às atuais demandas políticas, sociais e culturais.

Para o 2) Diagnóstico realizado ao Museu Julio de Castilhos, foram analisados os aspectos conservacionistas em três esferas institucionais: macro, médio e micro ambientes, pormenorizados subsequentemente. Essa proposição teórico-metodológica utilizada como instrumento investigativo visa a direcionar os recursos ou priorizar os programas para a conservação em museus e a subsidiar as diretrizes a serem implementadas (SOUZA, ROSADO, FRONER, 2008).

9





- Macro-ambiente corresponde ao local onde o museu está localizado, rua/avenida, e as suas características: fluxo de veículos, microclimas criados pela configuração do entorno, topografia, paisagem, instalações físicas, edificação reformulada ou construída para uso do museu;
- Médio-ambiente, às salas onde se localiza o acervo, as reservas técnicas, as áreas de exposição e os laboratórios;
- Micro-ambiente, ao mobiliário em que se encontram armazenados e acondicionados os objetos museológicos, sendo analisados os materiais empregados em sua conservação e as formas de acondicionamento específicas a cada objeto.

Incorporado à análise vinculada a esses ambientes, concorrentemente foram consideradas as causas para a degradação de um objeto: **segurança, ambiente, ação antropomórfica e fatores naturais** (BACHETTINI, 2010; GRANATO, 2007; OSÓRIO, 2000; SILVA, 2005). Visa-se com esse método à compreensão sistêmica sobre os fatores que interferem às ações preservacionistas erigidas ao patrimônio museológico.

Em relação à **segurança** retratou-se a proteção a portas e janelas, a prevenção e detecção de incêndios, o monitoramento por câmeras e a vigilância. Às **condições ambientais**, as variações físicas (luz, umidade e temperatura); químicas (oxigênio, nitrogênio e partículas com fuligem e poeira); biológicas (bactérias e fungos, insetos - xilófagos e fitófagos - e roedores). Às **ações antropomórficas**, o mobiliário utilizado para as exposições e para o armazenamento das coleções, os materiais voltados ao acondicionamento dos objetos, o seu manuseio e os métodos para os transportes realizados. Aos **fatores naturais**, áreas passíveis às intempéries (incidência solar, chuvas, deslizamentos, alagamentos, ventos).

O diagnóstico realizado a esse acervo museológico em seus respectivos ambientes -macro, médio e micro -, representou as diretrizes para o planejamento das ações curativas voltadas à edificação e a consequente estabilização dos agentes de degradação das coleções do Museu Julio de Castilhos. Esse instrumento investigativo subsidiou os argumentos para a gestão dos espaços do Museu - áreas de trabalho, reserva técnica, laboratórios, espaços expositivos e áreas de sociabilidades-.

Logo, para a sistematização das 3) Diretrizes museológicas, utilizou-se como escopo as ações preventivas para o acervo, ou seja, medidas de prevenção adequadas em relação às edificações, à reserva técnica e às coleções. Apresentar-se-á, portanto com base em premissas museológicas e seus respectivos autores, a sua indissociável relação



com os procedimentos e as especificações que visam a minimizar a deterioração dos bens culturais.

Considerados os procedimentos mencionados - (1) Relatório histórico, (2) Diagnóstico de conservação e (3) Diretrizes museológicas - foram descritas as definições sobre o acervo a expor, os conceitos e a proposta narrativa orientativa para a (ii) Proposta Museográfica, apresentada segundo o memorial descritivo da proposta expográfica conceitual do Museu Julio de Castilhos; o partido adotado na forma expositiva, em que se evidenciou a relação entre as exposições, a edificação, o mobiliário e o público; o espaço expográfico, ao qual se retratou o dimensionamento do espaço físico e os ambientes voltados às exposições de longa, curta e média duração; e a proposta conceitual expositiva e as seis exposições.

Por fim, a (iii) Proposta para políticas institucionais apresentou proposições para gerenciar os ambientes, segundo o programa arquitetônico para setorizar os espaços recomendados por esse projeto. Conforme o IPHAN (2006), o programa arquitetônico trata da identificação, da conservação e da adequação dos espaços livres e construídos, bem como das áreas de entorno da instituição, contendo descrição dos espaços e instalações, além de informação sobre os aspectos de acessibilidade, conforto ambiental, circulação, identidade visual e possibilidades de expansão.

As informações para o estudo foram coletadas por observação *in loco*, entrevistas, registro fotográfico e pesquisa bibliográfica. As visitas técnicas realizadas às instituições museológicas - Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Museu Militar do Comando Militar do Sul, Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, Pinacoteca Rubem Berta, Memorial da Santa Casa, Fundação Iberê Camargo, Museu de Artes do Rio Grande do Sul, Museu Joaquim José Felizardo, Museu do Inter e Museu de Ciências e Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - permitiram o conhecimento sobre a atuação relacionada às funções museológicas essenciais: **estudo, salvaguarda** - aquisição, documentação, conservação - e **comunicação** pelos objetos.

O aporte referencial mediou o diagnóstico à medida que sua base teórica possibilitou, em diferentes momentos da análise, discussões sobre as ações preservacionistas para a conservação do acervo do Museu Julio de Castilhos. A observação *in loco* - realizada entre abril e junho de 2012 e, posteriormente, entre novembro de 2015 e maio de 2016 - e o registro fotográfico permitiram a verificação e a demonstração de tais procedimentos adotados por essa instituição face à preservação de

11





suas coleções. Os procedimentos utilizados para a sistematização do projeto foram apresentados em tabela elucidativa (apêndice I).

3 PROPOSTA MUSEOLÓGICA

Essa seção retratará as premissas museológicas que fundamentaram as definições para a Proposta Museográfica subsequente. Estruturada em três subseções, a Proposta Museológica apresentará (1) o relatório dos aspectos locais em âmbito social, político e antropológico vinculado ao Museu Julio de Castilhos, embasado em pesquisa histórica elaborada por Gomes (2016), (2) o diagnóstico de conservação realizado ao macro, médio e micro ambientes, ao qual se relacionou as implicações entre edificação, público, acervo e as condições adequadas para a preservação das coleções, sobretudo em relação a sua conservação e exposição, e (3) as diretrizes museológicas pertinentes ao espaço físico reservado para abrigar as exposições e a nova reserva técnica, bem como o público e as atividades museológicas.

3.1 MUSEU JULIO DE CASTILHOS

Esse Projeto Museológico e Museográfico pertinente ao Museu Julio de Castilhos compreende reestruturar a museografia da instituição, que nada mais é do que a concepção dos espaços é a museologia aplicada. É como a instituição irá se comunicar com o público. No caso do Museu é necessário criar as melhores condições para que as coleções sejam preservadas, pesquisadas e expostas ao público, em espaços físicos que inicialmente não foram construídos para ser uma instituição museológica e sim residências. Os espaços da instituição precisam ser restaurados, realocados e adequados para cada uso específico, seja nas reservas técnicas específicas, nas áreas de pesquisa, conservação, oficinas, exposições, auditórios e espaços de sociabilidades e etc.

Criado com a denominação de Museu do Estado em 1903 pelo então presidente da época, Augusto Borges de Medeiros, recebe a denominação de Museu Julio de Castilhos em homenagem “àquele que fora o grande nome da recente história republicana do Rio Grande do Sul, em cuja casa (Adquirida pelo governo do Estado), o Museu naquele momento se instalava” (GOMES Apud RAMOS, 2005, p.267). O modelo de museu a qual o MJC foi criado estava inserido em um europeu chamado à época de “Era dos museus nacionais”.

12





Sobre a casa que pertenceu a Julio de Castilhos e que viria a receber o acervo do Museu do Estado desde 1905, está localizada à rua Duque de Caxias (Antiga rua da Igreja), 1231. Segundo Gomes o “terreno, com 17,65 metros de frente, tinha a extensão de 148,60 metros e fazia fundos com a Rua do Arvoredo, atual Coronel Fernando Machado, onde se situavam as coqueiras da propriedade. A residência foi construída no estilo neoclássico, com fachada revestida em pedra grés e com 482 m² de área média construída”.

3.2 DIAGNÓSTICO DE CONSERVAÇÃO

Instituído para impedir as dispersões e assegurar a conservação patrimonial pública, em certas circunstâncias, o vínculo entre museu e conservação determinou a sua emergência e o seu desenvolvimento. Desde a segunda metade do século XX, entretanto, a posse de objetos e coleções integra debates sobre a legitimidade em adquiri-los e apresentá-los ao público. Em esferas locais e globais, as reivindicações éticas questionam os direitos relacionados à identidade cultural (POULOT, 2013).

Face ao patrimônio local, Sérgio Silva (2005) analisou que, em tempos contemporâneos, as ações para a sua preservação envolvem ética, atuação política, conhecimento científico e intervenção técnica. Ao referir-se, essencialmente, à preservação da informação, realizada por instituições congêneres aos museus, evidencia a história, a memória e a cultura, materialmente registradas em um documento/suporte, sua respectiva conservação e função social. À relação - preservação, sociedade e conservação de seus vestígios materiais - sugere os questionamentos: o que, por que e como preservar; causas e consequências de um dano.¹

Preservar, para o autor, compreende ações como o restauro (recuperar) e a conservação (salvaguardar). O que colige a função a um triedro - financiamento, decisões administrativas e antecipação aos riscos. Conseqüentemente, a preservação da informação, registrada em objetos, basear-se-ia em uma estratégia preventiva que somente seria viabilizada quando se tornasse pública, ou seja, quando planejada e comunicada à sociedade (Ibidem).

Para a eficácia à conservação de acervos, resume as atividades em antever a perda, conhecer e planejar, o que prescinde a atuação política. Logo, frente às

¹ Silva (2005) refere-se em seu artigo “A preservação da informação”, essencialmente, a bibliotecários e arquivistas. Analogamente, inserem museólogos a essa perspectiva por seu vínculo com as Ciências da Informação.



considerações do autor, interpretamos as intersecções entre conservação, pesquisa e acervos museológicos, analisadas por Possamai (2002) e apresentadas subsequentemente.

As ações preservar e salvaguardar interligadas, especialmente em referência a acervos museológicos, adquiririam segundo os autores Bachettini (2010), Granato (2007), Souza (2008) e Osório (2000) o mesmo significado e, por conseguinte, estariam diretamente voltados à conservação², ação que visa garantir a integridade e a longevidade dos objetos.

Essa atividade tornar-se-ia, nomeadamente, responsabilidade dos museus e implicaria, portanto, em preservar a “[...] memória, representada por cada objeto que compõe o acervo” (OSÓRIO, 2010, p. 67). O que, igualmente, se corroboraria com a Lei nº 11.904, sancionada pela Presidência da República do Brasil, em 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto para os Museus. Consideram-se museus para os efeitos da Lei,

Instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (Ibidem).

A preservação do patrimônio, entretanto, para Granato (2007), somente estará realizada se, entre outras ações, os objetos forem disponibilizados à sociedade que o detém. Igualmente, face ao panorama brasileiro relacionado à conservação curativa dos acervos museológicos (atrelada a altos custos, exíguos recursos financeiros, profissionais capacitados), as atividades ligadas à conservação preventiva tornaram-se estratégia sustentável fundamental para a salvaguarda do patrimônio - quando “[...] a simples limpeza constitui um ato irreversível para a história de um objeto” (Ibidem, 2007, p. 7).

As ações diretas - ou curativas - reportam-se às atividades, comprovadamente adequadas, responsáveis por deter ou estabilizar o processo de degradação de um objeto, ou o seu restauro, que visa cooperar para a compreensão de seu significado histórico, sem interferir em sua estética. Esses métodos têm o diagnóstico - realizado por museólogos,

² À Revolução Industrial, Inglaterra, e às guerras napoleônicas, França, surgiram os primeiros teóricos em conservação, John Ruskin (1819-1900) e Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), seguidos por Camilo Boito (1836-1914). Suas antagônicas concepções sobre a ação estiveram associadas a essas conjunturas. Para Ruskin a dimensão histórica do patrimônio era considerada a mais importante e talvez o único propósito para a sua preservação, enquanto para Viollet-le-Duc, o estado perfeito de conservação era o estado original, o uso e o desgaste o deformavam (*apud* GRANATO, 2007).



conservadores e curadores - como etapa prévia para as intervenções (BACHETTINI, 2010; GRANATO, 2007; OSÓRIO, 2000; SILVA, 2005).

As ações indiretas - ou preventivas - envolvem, em suma, os métodos adequados para o manuseio de acervos, a higienização, o acondicionamento, a armazenagem, o transporte, o empréstimo e as medidas de conservação voltadas à limpeza, à segurança, às condições ambientais e aos fatores naturais. Considera-se, também, a eficácia às edificações em salvaguardar o seu acervo (*Ibidem*).

Entre as causas para a degradação de um objeto, como citado anteriormente, encontram-se a segurança, a ação humana, o ambiente em sua natureza física (luz, umidade e temperatura); química (oxigênio, nitrogênio e partículas - fuligem e poeira) e biológica (bactérias e fungos; insetos - xilófagos e fitófagos - e roedores) e os fatores naturais (incidência solar, chuvas, deslizamentos, alagamentos, ventos).

O percentual relativo à umidade do ar, recomendável para a conservação dos acervos inorgânicos e orgânicos, pode oscilar, respectivamente, entre 0% -45% e 50% - 65%. A umidade do ambiente, em excesso, modifica a estrutura do objeto pelo movimento de expansão e contração; enquanto sua escassez causa o ressecamento e a perda de flexibilidade de suas partículas. Valores superiores a 70% propiciam insetos e micro-organismos (OSÓRIO, 2000; SOUZA, 2008; BACHETTINI, 2010).

Níveis recomendáveis para a iluminação são, igualmente, segmentados à materialidade dos objetos: 50 a 100 lux, para objetos de alta sensibilidade à luz (indumentária, couro, bandeiras, gravuras, manuscritos, fotografias a cores e transparências, pinturas sobre tela); 100 a 200 lux, média sensibilidade à luz (pinturas a óleo, madeira, mobiliário, ossos, fotografias em preto e branco; 200 lux e acima, sensibilidade mínima à luz: pedras, cerâmica, vidro, metal, certos plásticos) (STOLOW, 1987 apud OSÓRIO, 2000, p. 77).

A referência para a circulação em reservas técnicas - área livre, sem obstáculos - indica o percentual 60%. Esse critério refere-se ao transporte à manipulação e ao acesso aos objetos, suscetíveis à fraturas e fragmentos (MARABILE, 2010).

Prescritas algumas ações/convenções para a conservação dos acervos museológicos e a preservação das informações relativas à sua materialidade - base para o estudo de sua respectiva história (PEARCE, 2005) - a narrativa terá sequência com o relatório sobre a análise geral às atuais condições institucionais para se preservar o acervo Museu Julio de Castilhos. Retratará aspectos relacionados aos fatores para a degradação de um objeto museológico, em esferas macro, médio e microambiente. Ou,

15





essencialmente, o Museu em relação às suas cercanias e seu interior.

O Museu Julio de Castilhos tem apresentado desequilíbrio em relação à história, ao seu público e à Museologia, segundo Silveira (2010); resultado de sua temporalidade, de descontínuas e dissímeis diretrizes conceituais, pulsantes em serem revisadas. Em sua trajetória, as ações destinadas às suas funções basilares e às suas práticas sociais evidenciaram esse “anacronismo”. Conforme Silveira (2010),

O gerenciamento do acervo, os programas educativos e a pesquisa, por muito tempo deixou a desejar ou até foi negligenciada. Um exemplo disso é o número significativo de peças deterioradas, desaparecidas, furtadas, além de outros problemas de conservação que constam do sistema de dados (*Ibidem*, p. 20).

Em um brevíssimo panorama, a autora sintetiza a atuação do Museu Julio de Castilhos em relação às ações preservacionistas - salvaguarda, pesquisa e comunicação - realizadas ao seu acervo. Esse estudo viria a desvelar algumas respostas aos questionamentos designados à centenária instituição pública, ao relacionar os processos museais à sua função social e à gerência do patrimônio, apresentadas por esse Diagnóstico.

3.2.1 Macro ambiente

A zona temperada (faixa terrestre que compreende o Trópico de Capricórnio e o Círculo Polar Antártico) em que situa o Rio Grande do Sul põe um ritmo estacional que compreende inverno, verão e alternância entre ondas frias e de calor, sobretudo pela diferença entre a radiação solar anual (MOREIRA, 1995).

A proximidade com o Oceano Atlântico também influencia o clima: as massas marítimas, frias e úmidas atingem o Estado durante maior parte do ano. São chamadas massa Polar Atlântica. O verão, sobretudo, recebe massas tropicais com origem oceânica (Tropical Oceânica), formadas sob intenso calor e umidade, e continental (Tropical Continental), secas e mais quentes. A principal característica sobre o clima gaúcho são as frentes frias, com frequência média semanal (*Ibidem*).

As frentes polares são as principais responsáveis pelas precipitações ocorridas e quedas abruptas de temperatura. Frentes são zonas de instabilidade que resultam em precipitações, ou zonas de contato entre massas de ar de temperaturas diferentes. Regionalmente frias porque a massa polar avança geralmente pela Patagônia em direção

nordeste, ao empurrar as massas quentes. As frentes tendem a estacionar sobre o Estado e ocasionar chuvas continuadas e cheias consideráveis (frentes estacionárias). (*Ibidem*).

Logo, as características climáticas regionais, por sua posição latitudinal e pelas massas de ar, sugerem cautela em relação aos acervos museológicos locais. O clima subtropical, umidade e as oscilações extremas em certos elementos como precipitação e condições térmicas em reduzido espaço de tempo requerem mecanismos para alcançar condições adequadas aos bens culturais musealizados. Relações entre temperatura e umidade serão posteriormente apresentadas em referência ao Museu Julio de Castilhos.

A capital registrou em 29 de janeiro de 2016 o fenômeno denominado *Down Burst*³. Ventos de quase 120 km/h se espalharam rapidamente quando tocaram a superfície ocasionando danos à cidade. Postes de luz tombaram, árvores foram arrancadas pela raiz, vidraças foram quebradas e telhas de edificações foram destruídas. Esse evento demonstra a fragilidade das construções ao serem analisadas as causas naturais para a degradação dos acervos museológicos (G1, 2016).

O Museu Julio de Castilhos também foi atingido essa ação natural e esteve fechado desde essa data até o dia 14 de março do mesmo ano, pelas consequências dos ventos (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 2016). O pátio foi afetado pela queda de inúmeras árvores (imagem 1); internamente, as salas expositivas sofreram avarias, retratadas em 3.2.2 Médio ambiente.



Figura 1 - Árvores caídas no pátio pela ação dos ventos. Registro realizado em 04 fev 2016. Fonte dos autores.

³Fenômeno em que ventos fortes se espalham rapidamente quando tocam a superfície. No entanto, isso não é consenso entre os meteorologistas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/02/meteorologistas-divergem-sobre-fenomeno-que-atingiu-porto-alegre.html>>. Acesso em 09 mar 2016.

As casas adjacentes, 1205 e 1231, sedes do Museu Julio de Castilhos, possuem suas fachadas voltadas para o norte, o que teoricamente proporcionaria uma intensa ação da luz solar em frente às casas. Contudo, edificações localizadas paralelamente às suas faces, frontal e lateral, e árvores existentes em sua calçada impedem a radiação solar. Em suas faces laterais há dois estacionamentos, responsáveis por grande fluxo de carros e, por conseguinte, poluentes, os quais se destaca o dióxido de carbono. Os bens edificados demonstram vários sinais de umidade em suas paredes e plantas incipientes em seu telhado.



Figura 2 - - Fachada Casa Anexa. Fonte dos autores.

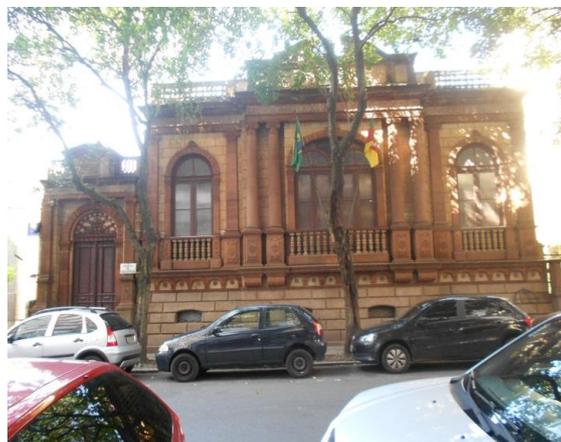


Figura 3 - Fachada Casa Julio. Fonte dos autores.



Figura 4 - Árvores em frente ao Museu. Fonte dos autores.



Figura 5 - Vista do pátio com prédios à frente do Museu. Fonte dos autores.



Figura 7 - Estacionamento ao lado da Casa Julio.
Fonte dos autores.



Figura 6 - Estacionamento ao lado da Casa Anexa.
Fonte dos autores.



Figura 8 - Plantas na fachada do Museu. Fonte dos autores.

Envolto às cercanias do Museu Julio de Castilhos estão localizados o Palácio Piratini e o Palácio Farroupilha (Assembleia Legislativa), sedes dos Poderes Executivo e Legislativo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Como consequência, dever-se-ia considerar a possibilidade de protestos que, por ventura ocorram, e atos prepósteros que possam ser praticados novamente ao Museu.



Figura 10 - Palácio Farroupilha aos fundos. Fonte dos autores



Figura 9 - Entorno da Instituição, Palácio Piratini e Catedral Metropolitana. Fonte dos autores.

Em 26 de setembro de 2013, manifestantes reunidos em frente à sede Municipal saíram em marcha em direção ao Palácio Piratini; atos de vandalismo e prejuízos foram registrados à Catedral Metropolitana e ao Museu Julio de Castilhos, conforme veículos públicos e privados noticiaram por textos e imagens:

Os atos de vandalismo continuaram na Rua Duque de Caxias, próximo ao Palácio Piratini. Manifestantes escalaram a fachada do casarão do Museu Júlio de Castilhos, construído em 1887, e roubaram as bandeiras do Rio Grande do Sul e do Brasil hasteadas no local. (Fonte: G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/09/agencia-bancaria-e-depredada-durante-protesto-em-porto-alegre.html>>. Acesso em 12 jan. 2016).

A administração do Museu Julio de Castilhos ainda não tem ideia dos custos para consertar os estragos feitos nesta quinta-feira (27), após nova manifestação e ação de vândalos no Centro de Porto Alegre. **Entre os danos estão vidros quebrados, a fachada de arenito e uma porta de madeira pichadas e duas bandeiras roubadas.** Cerca de 20 pessoas estavam dentro do local na hora do ataque, mas ninguém se feriu apesar do arremesso de pedras. O Museu Julio de Castilhos ficou fechado por 16 anos e reabriu ao público no dia 3 de agosto (*sic*) (Fonte: GAUCHA. Disponível em: <<http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/administracao-do-museu-julio-de-castilhos-contabiliza-estragos-apos-atos-de-vandalismo-19721.html>>. Acesso em 12 jan. 2016, grifo nosso).

O Sistema Estadual de Museus do RS REPUDIA os atos de vandalismo ao Museu Julio de Castilhos, decorrente da manifestação ocorrida há poucas horas atrás. É lamentável que um movimento social que luta por conquistar direitos deprede uma instituição cultural que tem por missão assegurar um dos direitos humanos mais elementar, o direito a memória. (GAMA, Joel Santana; coordenador do Sistema Estadual de Museus do RS. Disponível em: <<http://www.sistemademuseus.rs.gov.br/2013/09/27/comunicado-do-semrs-sobre-os-atos-de-vandalismo-ao-museu-julio-de-castilhos/>>. Acesso em 12 jan. 2016.

20





Figura 11 - Vandalismo. Fonte: G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/09/agenzia-bancaria-e-depredada>



Figura 12 - Vidros quebrados. Fonte: GAÚCHA



Figura 13 – Pichação. Fonte: GAÚCHA

O tráfego em sua calçada contígua foi, em tempos pretéritos, registrado por câmera de segurança, afixada ao pórtico principal da instituição. O diagnóstico atual, entretanto, constatou que todas as câmeras do Museu estão desativadas. A Rua Duque de Caxias possui intenso trânsito de automóveis, incluindo caminhões, transportes coletivos e seletivos.



Figura 15 - Trânsito de caminhões. Fonte dos



Figura 14 - Pórtico de entrada com câmera. Fonte dos autores.

Janelas inferiores, entrada principal e portão (relativamente baixo) possuem grades em ferro. A inexistência de grades em janelas e sacadas superiores as tornam suscetíveis a invasões. A segurança fica, igualmente, comprometida com muros quebrados; grades laterais insuficientes para obstrução; fácil acesso pelos muros laterais; e em várias janelas laterais e traseiras inexistirem grades. A ausência de hidrantes nas cercanias do Museu viria a dificultar o procedimento dos bombeiros em caso de incêndio. Aspectos de urina foram registrados em colunas da fachada. As janelas em vidro sugerem risco ao acervo, por sua vulnerabilidade e ligação com a Rua Duque de Caxias.



Figura 16 - Lateral com grade baixa. Fonte dos autores.



Figura 17 - Janelas do pavimento superior de fácil invasão. Fonte dos autores.



Figura 18 - Muro com acesso à garagem lateral. Fonte dos autores.



Figura 20 - Janelas da RT 1. Fonte dos autores.



Figura 19 - Urina nas paredes. Fonte dos autores.

3.2.2 Médio ambiente

Como abertura ao estudo, os relatos escritos por Rodolpho Simch, em 1906 e 1909, evidenciam os aspectos inábeis à edificação em que residiu Julio Prates de Castilhos para se preservarem as coleções: uma construção originalmente alheia aos propósitos museais e, nominalmente, residencial. Em 1887 a edificação foi construída pelo comandante da Escola Militar do Rio Grande do Sul, Coronel Engenheiro Catão Augusto dos Santos Roxo, como sua residência. Posteriormente, foi adquirida em 1898 pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR) para servir como moradia à família de Julio de Castilhos, presidente do partido (IPHAE, 2016) e do Estado entre 1892 e 1897 (FLORES, 2005).

23



Conforme Simch (1906),

O edifício em que está definitivamente o museu, conquanto excelente, tem, todavia, alguns defeitos, sem grande tardança, devem ser corrigidos. Apontarei entre eles os mais importantes: a estreiteza e pequenez de certas salas, a falta de luz em alguns cômodos e, sobretudo, a deficiência do espaço. As coleções têm crescido de modo extraordinário, fazendo-se já sentir bastante a falta de lugar para a distribuição; no entanto, com alguma paciência, consegui dar localidade aos objetos todos, embora ficassem menos bem expostos.

Nossos gabinetes atualmente lutam com falta de espaço, achando-se amontoados sem ar e sem luz.

Acontece mais que a parte assoalhada deles se costuma encher d'água quando chove, tornando perigosa, até a permanência neles e na secretaria em que está em idênticas condições. Para esse gravíssimo defeito no prédio, chamo a vossa mais pronunciada atenção. (RELATÓRIO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS, 1906, *apud* SILVA, 2011, p. 43-44).

Em 1905, o bem foi comprado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul para sediar o Museu do Estado, criado por Decreto nº 589, em 30 de janeiro de 1903. Em 1907 o Decreto nº 1140 oficializa a instituição como Museu Julio de Castilhos (*apud* SOUZA, 2014).

A casa de número 1205, edificada entre 1917-18, foi incorporada ao Museu em 1975 e atendeu a proposição do Governo Estadual para a ampliação da instituição. O projeto se consolidou em 1996 com a reforma e a inauguração de novos espaços. A sede principal, 1231, recebeu obras de adaptação em 1909, 1925, 1930, 1968, 1997 e 2013. O Museu foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico do Estado (IPHAE) em 28 de julho de 1982 (GOMES, 2016).

Atualmente, o Museu Julio de Castilhos possui oito salas expositivas, sendo seis abertas para visitação - três em cada casa -, duas reservas técnicas, uma biblioteca, um auditório, salas para os setores técnico, administrativo e diretivo. As salas expositivas possuem características diferentes entre si em rela o   temperatura,   ilumina o e   umidade. Piso, forro e expositores em madeira contribuem para prolifera o de agentes biológicos (xilófagos e fitófagos). Pela inexistência de equipamento adequado, os objetos volumosos são transportados inapropriadamente para as exposi es. O trajeto percorrido entre as reservas técnicas e as salas expositivas apresenta obstáculos que contribuem para a degrada o do patrimônio museológico.

24



(1) PRÉDIO ANEXO I – PAVIMENTO INFERIOR

A01 – ENTRADA DO MUSEU

Logo à entrada existem avisos aos visitantes sobre as normas para visitação ao Museu. Essas normas são apresentadas em língua vernácula (português) e estrangeiras (inglês e espanhol), abrangendo a um público diverso. Evidenciam aos visitantes o ambiente restritivo (GIRAUDY e BOUILHET, 1990) que o museu impõe para a preservação de seu acervo.

- Não fotografar com *flash*
- Não fumar nas dependências do Museu
- Não circular pelas dependências do Museu com bebidas ou alimentos
- Não tocar nos objetos de exposição
- Não falar alto
- Não correr (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 2016).



Figura 22 - Avisos no pavimento inferior. Fonte dos autores.



Figura 21 - Avisos pavimento superior. Fonte dos autores.

A02/03 - AUDITÓRIO JOAQUIM JOSÉ MENDANHA

Também utilizado para expor obras itinerantes e o acervo institucional .Equipado com carpete no piso, climatização e lâmpadas fluorescentes, extintores, alarme de incêndio e espaço para armazenagem.O piano pertence ao mobiliário institucional, passível ao toque.



Figura 23 - Alarme e extintores de incêndio. Fonte dos autores.



Figura 24 - Depósito de livros. Fonte dos autores.



Figura 25 - Piano localizado no auditório. Fonte dos autores.

A15 - SEGURANÇA

Utilizada para monitoramento interno. Circulação entre o hall, a exposição de longa duração e o saguão -transformado em bar -.Em frente à reserva técnica e aossanitários para visitantes (masculino e feminino), esse último inadequado às normas ABNT/NBR9050 para acessibilidade à pessoa com deficiência (PcD), com abertura em arco e altura reduzida.

26



Figura 27 - Interior setor de segurança. Fonte dos autores.



Figura 26 - Vista do poço de luz para segurança. Fonte dos autores.



Figura 29 - Área de circulação vista para loja do Museu. Fonte dos autores.

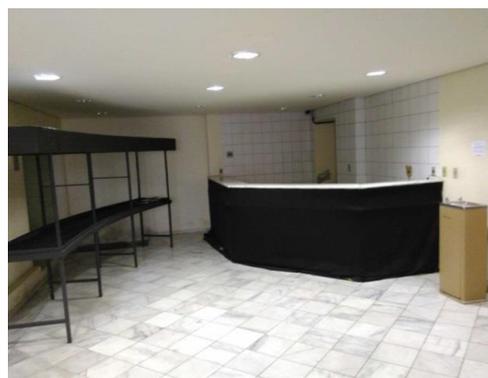


Figura 28 - Área de circulação vista para o bar. Fonte dos autores.



Figura 30 - Acesso reduzido aos banheiros. Fonte dos autores.

A09 - EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO “BOTAS DO GIGANTE”

Sala permanentemente isolada. O acervo “Botas do Gigante” pode ser visualizado através de um vidro. Traz informações sobre gigantismo e Francisco Ângelo Guerreiro, e o objeto em couro. Possui lajotas e rede hidráulica recoberta por grelha, lâmpadas fluorescentes e odor característico de esgoto.



Figura 32 - Botas do Gigante. Fonte dos autores.



Figura 31 - Ralo aberto junto ao acervo. Fonte dos autores.

A07 - EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO “LITEIRA”

Sala em frente aos sanitários, isolada com balizador; piso frio e lâmpadas fluorescentes. O acervo é composto pela “Cadeirinha de Arruar”. Traz informações históricas sobre o objeto, cuja materialidade compõe-se por têxteis, madeira e metal.



Figura 33 - Cadeirinha de Arruar. Fonte dos autores.

A11 - SALA MULTIMEIOS

Criada em 1996 para tratar o acervo institucional (conservação preventiva) e utilizado atualmente como refeitório para os funcionários; função inapropriada por proximidade à Reserva Técnica 2 e Exposição “Botas do Gigante”. Possui rede hidráulica ativa.



Figura 34 - Sala reservada para tratamento de acervo transformada em refeitório. Fonte dos autores.



Figura 35 - Sala Multimeios vista para área molhada. Fonte dos autores.

(2) PRÉDIO ANEXO I – PAVIMENTO SUPERIOR

A36 - SALA EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS

Voltada para a Rua Duque de Caxias, possui janelas e portas com sistemas de fácil desobstrução. Equipada com extintores e alarme de incêndio afixados à parede. Quadro de luz ao alcance dos visitantes. Piso em condições críticas para a circulação e para o transporte do acervo. Gotejamento intermitente provocado pelas chuvas.

Inexistem sistemas de climatização de temperatura no ambiente. A sala mantém vestígios da pintura original das paredes; a incidência de luz natural sobre essa pintura, mesmo que indiretamente, vem comprometendo seus elementos pictóricos, esse desgaste pode ser identificado pela faixa central da parede desbotada. A iluminação do acervo, feita por lâmpadas fluorescentes e por lâmpadas dicróicas, registram níveis de iluminação que variam entre 600 e 800 lux. Acesso inacessível a pessoas com deficiência (ABNT/NBR9050).



Figura 36 - Fragmentação do piso. Fonte dos autores.



Figura 37 - Quadro de luz e extintores. Fonte dos autores.



Figura 38 - Sala sem climatização. Fonte dos autores.



Figura 39 - Piso danificado pela chuva. Fonte dos autores.



Figura 40 - Parede afetada pela intensa luz solar. Fonte dos autores.

A38 - SALA EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS

Abriga, atualmente, parte da exposição de longa duração da Sala Julio de Castilhos, em virtude do gotejamento provocado pelas chuvas ocorridas.

Expõe, em trânsito pela escada, obras suspensas em mostra contínua. Ambiente inadequado para a exposição obstrui a circulação e permite a passagem de luz solar indireta à obra, “Dom Pedro II”, aproximadamente 1050 lux. O contato direto com a obra “Prisão de Tiradentes”, torna-se possível pela proximidade com a escada, aproximadamente 30 centímetros. O calor incidente afeta substancialmente a obra.



Figura 41 - Vista geral da sala temporária adjacente. Fonte dos autores.



Figura 42 - Dom Pedro II. Fonte dos autores.



Figura 43 - Prisão de Tiradentes. Fonte dos autores.

A40 - SALA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Expõe objetos sobre o conflito ocorrido entre 1835-1845, em especial, obras pictóricas vulneráveis a toques e/ou furtos e à ação ultravioleta. Piso em condições críticas para a circulação dos visitantes, dos funcionários e para o transporte do acervo. Piso e forro em madeira, janelas sem grades e pintura original; lâmpadas fluorescentes, fiação aparente, trilhos e lâmpadas dicróicas. Existem extintores classes “A”, “B” e “C” e alarme de incêndio. Os expositores permitem aos insetos entrada e contato com papéis, armamentos e louça; impurezas internas são visíveis.

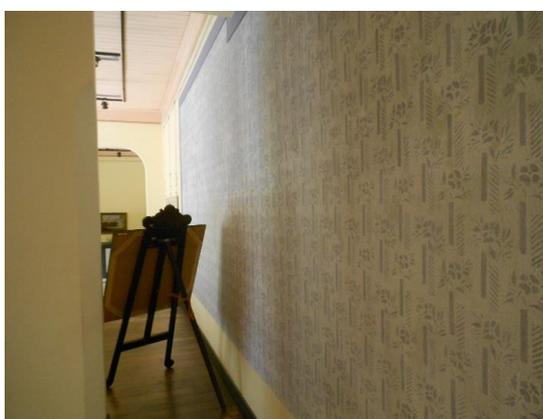


Figura 44 - Intersecção entre sala temporária e sala Farroupilha. Fonte dos autores.

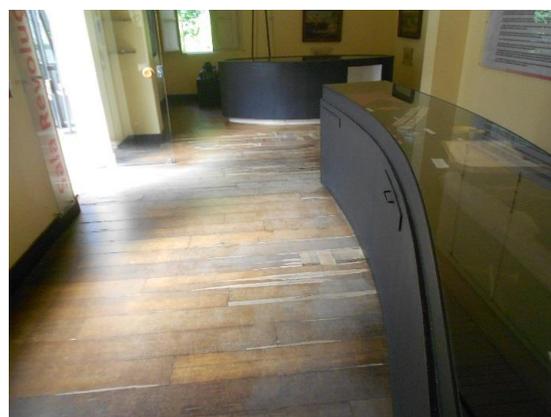


Figura 45 - Janela ao fundo sem proteção. Fonte dos autores.



Figura 46 - Detalhe do mobiliário contendo vestígios de cupins. Fonte dos autores.

A39 - CIRCULAÇÃO EXTERNA

Apresenta ligação com o pátio e abertura suscetível a invasões. Piso em mármore, teto e paredes transparentes em vidro, recobertas por filtro com proteção ineficaz às elevadas temperaturas. Expõe o acervo “Motoneta” - composto basicamente por metal e couro - e recebe incidência solar superior a 33.000 lux, percentual 44.000% superior ao limite recomendado aos objetos altamente sensíveis. As infiltrações e o gotejamento acumulam água sobre o piso. Ambiente impróprio para exposições.



Figura 47 - Abertura para o pátio. Fonte dos autores.



Figura 48 - - Panorama da área de transição entre as duas casas. Fonte dos autores.



Figura 49 - Motoneta exposta à ação solar. Fonte dos autores.

(3) CASA JULIO DE CASTILHOS – PAVIMENTO SUPERIOR

A transição entre as edificações - casa que pertenceu a Julio de Castilhos e Anexo I - incita constante hesitação em relação às casas e suas singularidades. Como hipótese a essa dubiedade aponta-se o piso em mármore que reveste as circulações, **A50 e A39**, em ambas as casas e sua passarela. O revestimento sugere continuidade às edificações forjadas em 1996 com obras e acréscimos (GOMES, 2016) e descaracteriza a arquitetura e o estilo construtivo ao sugerir inconsistente identidade e unidade às casas. Os espaços **A01, A04, A05, A06, A07, A08, A09, A10** receberam o mesmo revestimento em mármore. Circulação inacessível a pessoas com deficiência (ABNT/NBR9050).

A análise teórica frente ao fato e às hipóteses sugeridas referem-se à **ilegibilidade** da passarela que une as casas. Para Grinover (2007) **legibilidade** compreende qualidade visual, relacionada à eficaz capacidade de percepção, leitura e interpretação, ou seja, a comunicação com sujeitos frente aos códigos culturais representados por cada um dos elementos (arquitetônicos, históricos, políticos e econômicos) que constituem uma paisagem, os quais se relacionam diretamente com a identidade de um lugar e com o acesso tangível e intangível às informações sobre esse bem cultural.

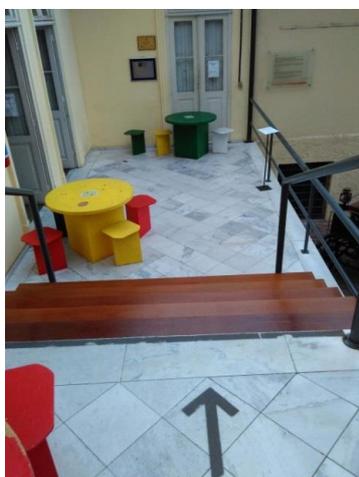


Figura 50 - Piso descaracteriza os estilos de cada casa sugerindo unidade. Fonte dos autores.



Figura 51 - Transição entre as duas casas. Fonte dos autores.



Figura 52 - Passarela detectável pela vista do pátio. Fonte dos autores.

A26 - ESPAÇO EXPOSITIVO

Espaço criado por acréscimos realizados em 1996 (URBANA, 2016) faz alusão a Porto Alegre, séculos XIX e XX (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 2016). Expõe os objetos “Landau” e “Canhão Krupp”. Piso em paralelepípedo, teto e paredes transparentes em vidro, recobertas por filtro com proteção ineficaz às elevadas temperaturas. Intensa luz solar sobre o acervo, composto basicamente por metal, couro, madeira e estofaria, registrou 33.000 lux⁴. Equipada com extintores para incêndio e lâmpadas fluorescentes. O acesso ao espaço impossibilita transportar o veículo, inexistente espaço suficiente para a ação.

⁴ As medições foram realizadas com o instrumento denominado luxímetro no dia 11 de dezembro de 2016, às 13 horas.



Figura 53 - Landau. Fonte dos autores.



Figura 54 - Canhão Krupp. Fonte dos autores.

O objeto-documento, “Landau”, esteve em exposição em 1983, em espaço intitulado “Sala Porto Alegre”. Segundo o registro institucional (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1983), observou-se que objeto foi exposto em espaços internos, protegido, portanto, longínquo à intensa luz solar. Mantê-lo exposto há vinte anos, como sugerem as fontes, afeta a sua conservação; o objeto apresenta rasgos e ressecamento em seu tecido, couro e madeira.



Figura 55 - Sala Porto Alegre. Landau, 1983.

O acervo institucional “Jangada Nossa Senhora da Assunção”⁵, recebido pela instituição em 1952, foi oferecido por Vanessa Dutra⁶ para o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPREC), Rio Grande, em 1990, visto que permanecera em área imprópria para exibição, sujeito às intempéries, contaminação por cupins e pela impossibilidade de mantê-la armazenada em Reserva Técnica (*apud* SOUZA, 2014). Anos antes em 1973, Moacyr Domingues⁷ solicitara aos Assuntos Culturais por essa mesma razão um alpendre ou telheiro para mostra “praticamente ao ar livre” (*apud* SOUZA, 2014, p. 111). As imagens capturadas atualmente mostram seus indícios. Os remos continuam com o Museu, em área também imprópria, próximo ao refeitório.



Figura 56 - Local de exposição da Jangada no pátio do Museu. Fonte dos autores.



Figura 57 - Pilares são os resquícios do objeto exposto. Fonte dos autores.

⁵ A Jangada Nossa Senhora da Assunção partiu da Praia do Meireles, em Fortaleza, Ceará, em outubro de 1951, e chegou à Praia de Belas, em Porto Alegre, RS, em fevereiro de 1952, percorrendo 5.000 km. A jangada e a indumentária dos jangadeiros foi entregue ao Museu Julio de Castilhos por Ildo Meneguetti, prefeito de Porto Alegre em fevereiro de 1952 (MUSEU JULIO DE CASTILHOS).

⁶ Vanessa Maria Dutra de Barcellos foi diretora do Museu entre os anos 1987 e 1991.

⁷ Moacyr Domingues assumiu esteve na direção do Museu entre 1973 e 1974.



Figura 58 - Remos Jangada. Fonte dos autores.

A47/48/49 - DEPÓSITO

Área abrange circulação 09, depósitos 03 e 04. Provável acréscimo realizado à casa em 1925 (GOMES, 2016). Abriga elementos museográficos e mobiliário institucional inutilizado. Janelas, vidros e trincos com avarias e vulneráveis. Circulação 09, bloqueada, permite acesso à escadaria 07, conectada ao pátio. Sifão sanitário libera odores desagradáveis. Teto sem forro, temperatura elevada, proliferação de insetos, aracnídeos e particulados.



Figura 60 - Depósito. Fonte dos autores.



Figura 59 - Depósito. Fonte dos autores.

A46 - SALA JULIO DE CASTILHOS

Provável acréscimo realizado à casa em 1925 (GOMES, 2016). Circulação entre as edificações e o primeiro pavimento, único acesso ativo ao depósito. Fechada para visitação desde as chuvas do dia 29 de janeiro de 2016 (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 2016). Iluminação por lâmpadas fluorescentes, dicróicas e ação solar incidente sobre o acervo. Piso e o forro em madeira; ação de cupins; rachadura e mancha de umidade ascendente. Equipada com extintor e alarme de incêndio.

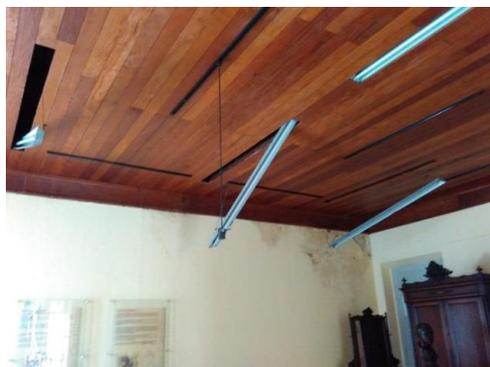


Figura 62 – Luminárias caindo. Fonte dos autores.



Figura 61 - Quarto Julio de Castilhos. Fonte dos autores.

Apresenta objetos sobre a trajetória pessoal e profissional de Julio Prates de Castilhos, presidente do Estado entre 1892 e 1897 (FLORES, 2008): mobília em madeira, escrivaninha, tinteiro, primeira Constituição do Rio Grande do Sul, busto, máscara mortuária e obra pictórica. Conforme análise realizada ao catálogo institucional, em comemoração aos 80 anos do Museu, esses objetos estiveram expostos (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1983).

Em 2016, transcorridos trinta e três anos, a coleção permanece em exposição. A contaminação por cupins e fungos fica nítida.

O avanço do paradigma museológico relacionado ao estudo à conservação preventiva, interventiva e a divulgação dos objetos que compõem o acervo aponta para novos métodos que requerem a sua guarda estratégica em reserva técnica para sua preservação e longevidade, em detrimento às coleções em exposição permanente. Embora ainda seja utilizado no Brasil e em Portugal, o termo atualizado é “exposição de longa duração”, para evitar a conotação de permanência (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013).

40



Figura 63 - MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1983



Figura 65 - Detalhe da ação de cupins. Fonte dos autores.



Figura 64 - Acervo permanece o mesmo. Fonte dos autores.

A51 - SALA MISSIONEIRA

Expõe objetos alusivos à evangelização franciscana e jesuítica⁸; estátuas bancos zoomorfos em madeira e sinos em ferro, passíveis ao toque, sem proteção ou isolamento. Fio em nylon utilizado como recurso expográfico inapropriado para sustentar o acervo “Anjo

⁸ Os missionários fundaram aldeamentos intitulados redução, reunindo os índios em povoados. Sua missão era catequizá-los e convertê-los à fé católica. Mais de treze reduções foram fundadas até 1628, entre a região do Rio do Prata (FLORES, 2008).



Missioneiro”. Piso e forro em madeira; janelas com grades; iluminação artificial por lâmpadas fluorescentes, dicróicas e solar, prejudicial ao acervo. Ação de cupins sobre o piso e o mobiliário exporitor. O catálogo supracitado (MUSEU DE CASTILHOS, 1983) apresenta, igualmente, esses objetos expostos em 1983.



Figura 66 - Panorâmica da sala. Fonte dos autores.



Figura 67 - Ação de cupins. Fonte dos autores.



Figura 68 - Anjo Missioneiro. Fonte dos autores.



Figura 69 - MUSEU DE CASTILHOS, 1983

A45 - SALA INDÍGENA

Evidencia a história do povoamento regional com artefatos relacionados à cultura material dos grupos que habitaram o território sul-rio-grandense no período pré-colonial. Objetos vinculados aos caçadores-coletores, pescadores-coletores e grupos ceramistas (MUSEU JULIO DE CASTILHOS), expostos em mobiliário em vidro; crânio mumificado, em expositor inadequado à conservação. “Cambuchis”, sem proteção ou isolamento. Cortina comprometida pela ação de fungos e vidro quebrado. Janelas abertas contribuem para a ação solar sobre os objetos; piso e forro em madeira; iluminação por lâmpadas fluorescentes e dicróicas.



Figura 71 - Vista Sala Indígena. Fonte dos autores.



Figura 70 - Sala Indígena. Fonte dos autores.



Figura 73 - Mofo nas cortinas. Fonte dos autores.



Figura 72 - Janela facilitando a circulação de ar. Fonte dos autores.

A41/42/43/44 E A53 VESTÍBULO E SALA DE EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS

Espaço expositivo composto por cinco salas adjacentes fechadas para visitação em 1997 e reabertas ao público em 03 de agosto de 2013 (GOMES, 2016). Fechado novamente em 2015 por segurança, devido aos danos em estruturas do telhado ocasionados pelas fortes chuvas (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 2016).

Sistemas de fácil desobstrução em portas e janelas; acesso vulnerável a invasões pela sacada voltada à Rua Duque de Caxias (2,30 m de altura em relação ao solo).⁹Vazamento intermitente de água da chuva; piso em madeira em condições críticas para circulação.

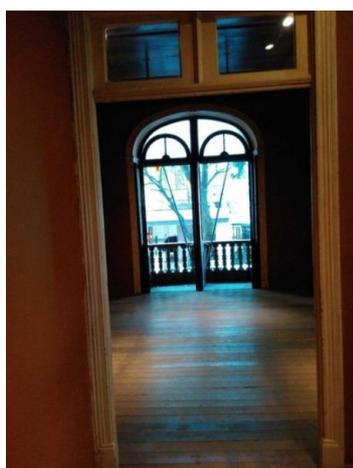


Figura 75 - Sala expositiva. Fonte dos autores.

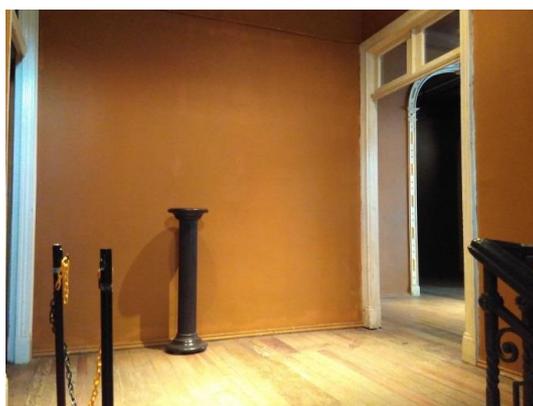


Figura 74 - Entrada Sala expositiva. Fonte dos autores.

⁹ Ver informações sobre atos vandálicos ocorridos em 26 de setembro de 2013, seção 3.1 Macro-ambiente.

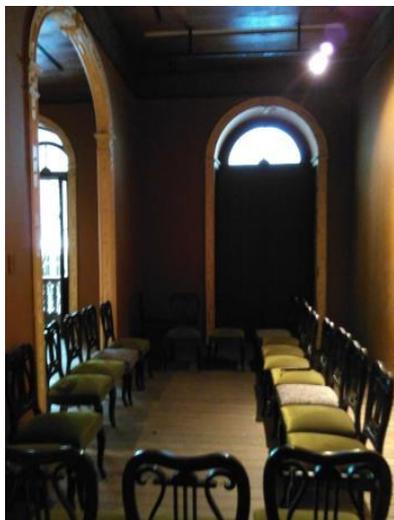


Figura 76 – Sala expositiva. Fonte dos autores.



Figura 77 - Sala expositiva. Fonte dos autores.



Figura 79 - Sala expositiva. Fonte dos autores.



Figura 78 - Sala expositiva. Fonte dos autores.

Inacessível a pessoas com deficiência (ABNT/NBR9050) por entrada voltada à Rua Duque de Caxias, 1205. Revestimento em madeira com avarias (imagem80).



Figura 80 - Escadaria de acesso ao pavimento superior. Fonte dos autores.

(4) CASA JULIO DE CASTILHOS – PAVIMENTO SUPERIOR

A18 - HALL

Reaberto em 2013 e fechado ao público por inundações ocorridas (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 2015). Indícios de umidade, infiltrações e fungos, iluminação por lâmpadas dicróicas, fluorescentes e solar indireta. Quadro geral de luz acessível aos visitantes.



Figura 82 - Hall com vista para porta do pátio interno. Fonte dos autores.



Figura 81 - Detalhe para a pintura do Hall. Fonte dos autores.

46



Figura 83 - Hall com vista para porta dupla.
Fonte dos autores.

A20/23/27/28/29/30 - ADMINISTRAÇÃO E BIBLIOTECA AURÉLIO VIRÍSSIMO DE BITTENCOURT

Área composta por quatro salas interligadas. Acesso exclusivo para funcionários e, eventualmente, pesquisadores. Espaço úmido, suscetível às variações térmicas e oscilações extremas; infiltrações em paredes e piso, *parquet* solto; vulnerável a alagamentos vertiginosos, fungos ascendentes e respectiva frutificação (imagens). Inacessível a pessoas com deficiência (ABNT/NBR9050). (imagens)



Figura 84 - Detalhe do piso setor técnico. Fonte dos autores.



Figura 85 - Setor técnico. Fonte dos autores.

17



Figura 86 - Janela biblioteca. Fonte dos autores.



Figura 87 - Detalhe piso. Fonte dos autores.



Figura 88 - Sala direção Fonte dos autores.



Figura 89 - Circulação entre direção e administrativo. Fonte dos autores.



Figura 90 - Sala administrativo. Fonte dos autores.



Figura 91 – Biblioteca. Fonte dos autores.

A água se acumula (poço de luz 02) e segue em direção às salas e à circulação04.



Figura 92 - Escadaria 05. Fonte dos autores.



Figura 93 - Circulação. Fonte dos autores.

A25 - COZINHA/COPA

Utilizada por servidores e terceirizados. Provável acréscimo realizado à casa em 1925 (GOMES, 2016). Piso em cimento, forro em madeira, tijolos à vista. Porta em madeira e portão em ferro. Acesso ao pátio por escadaria em madeira. Inacessível a pessoas com deficiência (ABNT/NBR9050).



Figura 94 - Circulação para cozinha. Fonte dos autores.



Figura 95 - Cozinha. Fonte dos autores.



Figura 96 - Cozinha. Fonte dos autores.

PÁTIO

Recebeu obras em 1920 e 1973 (GOMES, 2016). A solicitação feita em 1973 por Moacyr Domingues incluía jardim, árvores ornamentais e “lugar para uma adequada montagem de sete canhões” (*apud* SOUZA, 2016). O acervo em ferro fundido permanece exposto às intempéries¹⁰sobre base em concreto, sem qualquer mobilidade.



Figura 97 - Vista com pátio ao fundo. Fonte dos autores.



Figura 98 - Vista para canhões. Fonte dos autores.

¹⁰ Ver a seção 3.2.2 Macro-ambiente.

(5) RESERVAS TÉCNICAS

O espaço físico destinado ao armazenamento seguro do acervo, segundo Yacy-Ara Froner (2008) denomina-se, em um contexto museal, reserva técnica. Esse espaço está disponível à pesquisa ou às práticas museológicas, utilizado para o armazenamento das coleções de um museu, quando não estão em exposição.

Os espaços destinados às reservas técnicas surgiram no início do século XX como resposta à necessidade de se reduzir as coleções permanentes. Com esse objetivo foram criadas, “fosse sacrificando salas de exposição, fosse utilizando espaços de subsolo, fosse pela construção de novos edifícios” (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2013).

Durante a segunda metade desse mesmo século, novas funções foram agregadas, conduzindo, especialmente, a modificações arquitetônicas: a multiplicação das exposições temporárias permitiu uma diferente distribuição das coleções entre os espaços de exposição de longa duração e os das reservas técnicas. Essas por sua vez, demandaram a instalação de espaços especializados autônomos: os ateliês de restauração e os laboratórios (*Ibidem*).

Essas informações convergem com as ações realizadas pelo Museu Julio de Castilhos, que possui uma reserva técnica o pavimento térreo (equivalente a subsolo), uma segunda reserva criada na década de 1990 e, em breve, sua transferência para um novo prédio, a ser construído com recursos apropriados à preservação do acervo.

A16/17/31/32/33/34 - RESERVA TÉCNICA 01

Ocupa o pavimento térreo em edificação construída em 1887 (GOMES, 2016). Armazena acervo orgânico (incluindo fotografias) e inorgânico, em mobiliário associado à sua materialidade.



Figura 99 - Panorâmica RT1. Fonte dos autores



com a data de validade, tipologias: pó químico - indicado para líquidos inflamáveis e eletricidade - e água - indicado para madeira, papel e fibras, respectivamente apropriados a incêndios de classes "A", "B" e "C", conforme seu descritivo; fiação protegida por condutores antichama; câmeras de vigilância inativas. Inexistem: sistemas de isolamento térmico em portas, janelas e armários; sistemas de chuveiros automáticos (*sprinklers*); alarmes de incêndio e saídas de emergência.



Figura 100 - RT1. Fonte dos autores



Figura 101 - Grades laterais RT1. Fonte dos autores

Espaço impróprio para o acervo fotográfico, orgânico e inorgânico: suscetível às variações térmicas e oscilações, representadas em gráfico. Temperatura e umidade relativa em 2015: 24,4°C e 72,1%(média anual) (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 2016).

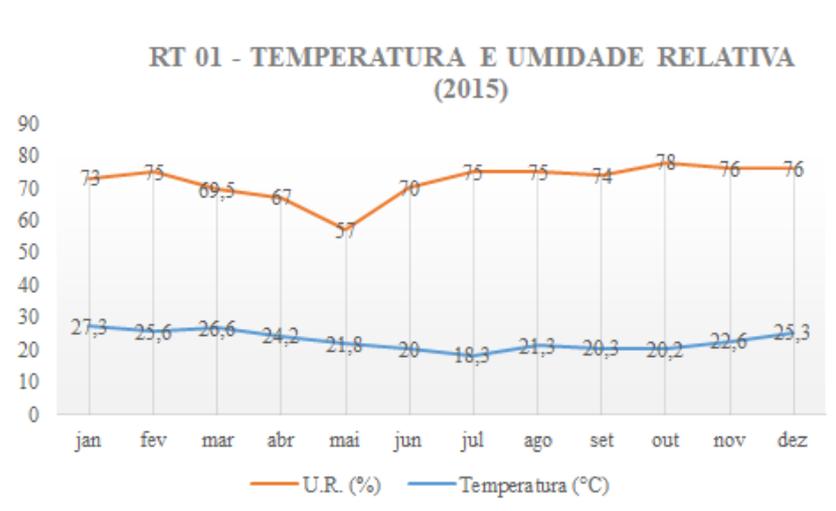


Figura 102 - Oscilação em U.R. e Temperatura. Fonte dos autores.

O percentual recomendável à umidade para a conservação dos acervos inorgânicos

oscila entre 0% e 45%; orgânicos, 50% e 65%. Valores superiores a 70% propiciam a proliferação de insetos e micro-organismos (OSÓRIO, 2000; SOUZA, 2008; BACHETTINI, 2010).

Equipada com termo-higrômetro digital, quatro desumidificadores (imagem 100) e um ventilador; pé-direito abobadado ineficaz para o resfriamento natural do ambiente; esporádica renovação de ar; lâmpadas fluorescentes recobertas com filtros.

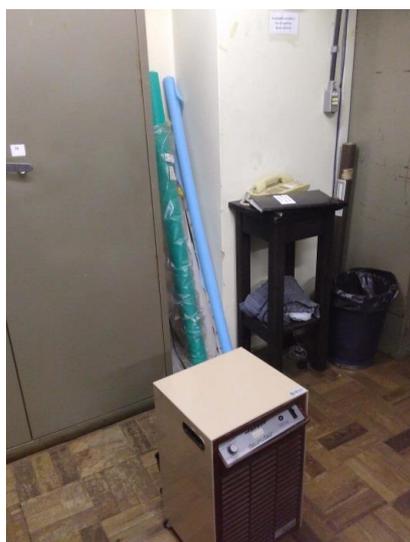


Figura 103 - Desumidificador. Fonte dos autores.



Figura 104 - Teto em abóboda. Fonte dos autores



Figura 105 - Janela para possível troca de ar. Fonte dos autores. Vulnerável a alagamentos; infiltrações em paredes

54



e piso; *parquet* solto; ações paliativas para inibir aranhas e traças (invólucros com cânfora); umidade ascendente e descendente em paredes, setores recobertos por piso cerâmico; piso e teto propícios à proliferação de micro-organismos e a reações químicas.



Figura 106 - Janela sem proteção aos micro-organismos. Fonte dos autores.

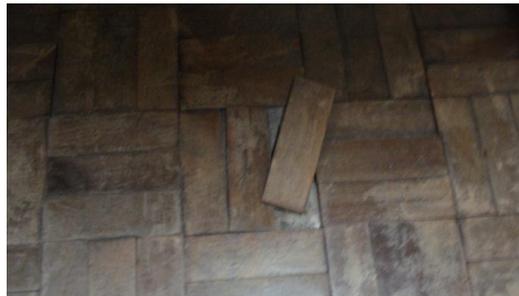


Figura 107 - Piso solto. Fonte dos autores.



Figura 109 - Umidade. Fonte dos autores.



Figura 108 - Parte do piso em cerâmica. Fonte dos autores.



Figura 110 - Rato morto após inundação da RT1. Fonte dos autores.

Espaço e condições para circulação impróprias para transporte, fruição em movimentos e acesso ao acervo: 42% (63,47 m²). A referência para a circulação em reservas técnicas - área livre, sem obstáculos - indica o percentual 60%.



Figura 111 - Alarme de incêndio. Fonte dos autores.



Figura 112 - Espaço insuficiente. Fonte dos autores.



Figura 113 - Circulação obstruída. Fonte dos autores.



Figura 114 - RT1. Fonte dos autores.



Figura 115 - RT1. Fonte dos autores.



Figura 116 - RT1. Fonte dos autores.



Figura 117 - Banheiros desativados. Fonte dos autores.



Figura 118 - Intensa umidade com infiltrações. Fonte dos autores.

A12/13 - RESERVA TÉCNICA 02

Criada em 1996 com obras realizadas ao prédio anexo, número 1205 (GOMES, 2016). Armazena exclusivamente acervo orgânico, coleções iconografia e indumentária, em mobiliário concatenado ao seu suporte material.



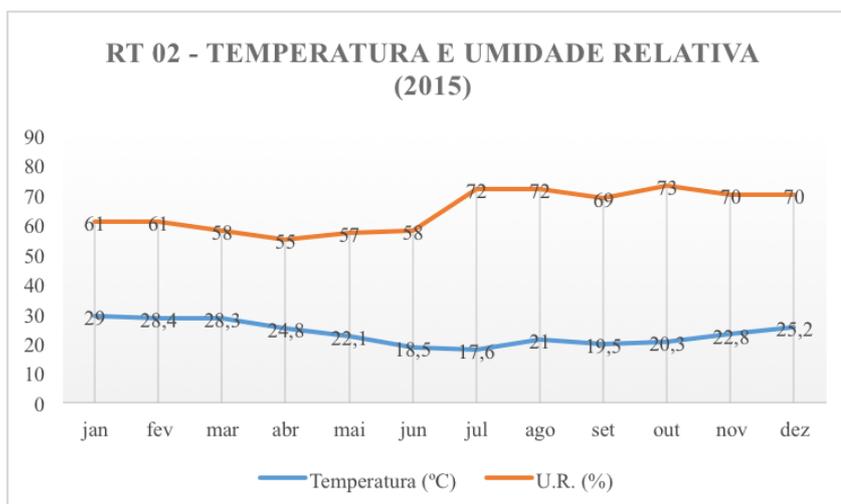
Figura 119 - RT2. Fonte dos autores.

Acesso restrito à direção, técnicos científicos e estagiários. Porta principal em madeira frágil e com portão em ferro, janelas reforçadas por grades, com ligação externa ao pátio. Extintores em conformidade com a data de validade, tipologia: pó químico e água; fiação sem tela protegida por condutores antichama; câmeras de vigilância inativas. Inexistem: sistemas de isolamento térmico em portas, janelas e armários; sistemas de chuveiros automáticos (*sprinklers*); alarmes de incêndio e saídas de emergência. Abertura em vidro, para interação entre público e reserva, frágil. Contígua ao refeitório, área passível a incêndio, microrganismos e insetos.



Figura 120 - Termo-higrômetro. Fonte do autor

Espaço impróprio para o acervo fotográfico, suscetível às variações térmicas, oscilações extremas e altas temperaturas, representadas em gráfico. Temperatura e umidade relativa em 2015: 23,12°C e 64,6% (média anual).



Equipado com termo-higrômetro digital, um desumidificador e um ventilador; pé-

direito pl

ação de

60

ar; lâmpadas fluorescentes inadequadas para o local; ações paliativas para controlar a umidade (invólucros com giz).



Figura 122 - Iluminação. Fonte dos autores.

Piso cerâmico (com rejunte) impróprio para o local; ações paliativas para inibir aranhas, traças e formigas (invólucros com cânfora).



Figura 123 - Área molhada. Fonte dos autores.



Figura 124 - Extintores e alarme. Fonte dos autores.



Figura 125 - Laboratório desativado RT2. Fonte dos autores.



Figura 126 - Vista da rua para RT2. Fonte dos autores.

Espaço e condições para circulação próprias para transporte, fruição em movimentos e acesso ao acervo: 70,9% (19,73 m²). A referência para a circulação em reservas técnicas - área livre, sem obstáculos - indica o percentual 60%.

3.2.3 Micro ambiente

O diagnóstico ao microambiente retrará o armazenamento e o acondicionamento realizado às coleções. O armazenamento, entretanto, será visto com maior detalhamento, pois o mobiliário existente influencia diretamente as dimensões calculadas para a nova reserva técnica. Torna-se relevante para que, a partir do mobiliário, sejam fundamentadas

62



as especificações para a adequação da nova reserva técnica, em relação a sua área útil. Para isso, foi desenvolvida uma tabela de referência vinculada às coleções, seu respectivo mobiliário e a área ocupada. A tabela encontra-se ao final do projeto (anexo II).

Froner, Braga e Aldrovandi (1998, p.262) distinguem acondicionamento e armazenamento segundo suas funções “designamos como acondicionamento o trabalho de acomodação dos artefatos em embalagens ou sistemas que lhes forneça estabilidade física e química. Armazenamento é a guarda e organização desses objetos nos mobiliários”.

Atualmente o acervo apresenta-se dividido em vinte e nove coleções, totalizando 11.335 objetos. Dentre a abrangente museália salvaguardada pelo Museu Julio de Castilhos, selecionaram-se, para análise, conforme critérios descritos anteriormente, coleções expressivas em relação ao seu volume e/ou quantidade; apresentadas por bibliografia, etnologia, iconografia e indumentária. Representam, aproximadamente, sessenta por cento do acervo institucional.

BIBLIOGRAFIA - 795 OBJETOS

Composta por livros e catálogos. Armazenada em cinco estantes de metal esmaltado. Esse mobiliário também armazena outros objetos tridimensionais - pertencentes às coleções Armaria, Arquitetura, Arte Náutica, Escravatura, Etnologia e Missões - individualmente acondicionados em coberturas de TNT (tecido-não-tecido). Em geral, acondicionada em celulose crua.



ETNOLOGIA - 2202 Figura 127 - Bibliografia. Fonte dos autores.

Artefatos produzidos por caçadores-coletores, pescadores-coletores e grupos ceramistas integram a coleção. Majoritariamente armazenada em mapotecas esmaltadas. O mobiliário também armazena objetos como medalhas e moedas (coleção Numismática). Celulose crua utilizada para o revestimento das gavetas e EPE (espuma de polietileno expandido) para dar sustentação à base das peças, em virtude do atrito e reações; em geral, individualmente acondicionadas em capas feitas em papel de seda sem acidez (pH neutro -7,0) ou placas de EPE.



Figura 128 - Cerâmica Indígena. Fonte dos autores.



Figura 129 - Acervo arqueológico/etnológico. Fonte dos autores.

ICONOGRAFIA - 2204 OBJETOS

Bustos, fotografias, pinturas, desenhos, gravuras e croquis compõem maior a coleção institucional; armazenada em três tipos de mobiliário: traineis, arquivos e mapotecas.



Figura 130 - Trainel com cordas de nylon. Fonte dos autores.



Figura 131 - Trainel para pinturas. Fonte dos autores.

São utilizados dois tipos de traineis para as telas: as obras emolduradas são afixadas por ganchos em descanso vertical. Traineis confeccionados em aço e telas em aramados são específicos para esse segmento, possuem módulos apoiados sobre trilhos movidos horizontalmente. O segundo tipo abriga as obras emolduradas repousadas sobre trilhos de metal, também em descanso vertical, porém separadas por cordas em nylon.

As fotografias estão armazenadas em arquivos de metal; acondicionadas em caixas poliondas e/ou arquivos suspensos em papelão. Tesserologia, Sigilografia, Heráldica e Filatelia também são armazenadas em arquivos com gavetas. As obras em papel -croquis desenhos e gravuras - encontram-se armazenadas em mapotecas, em descanso horizontal, recebendo o mesmo tratamento dedicado às fotografias.



Figura 133 - Mapoteca contendo fotografias. Fonte dos autores.



Figura 132 - Acondicionamento fotografias. Fonte dos autores.



Figura 134 - Tesserologia. Fonte dos autores.

INDUMENTÁRIA- 1140 OBJETOS

Mais volumosa coleção do acervo; armazenada em armários suspensa por cabides ou em gavetas, dedicadas às peças mais vulneráveis à suspensão. O mobiliário também abriga as coleções Arreamento, Bandeiras, Regionalismo, Condecorações, Instrumentos de Trabalho, Objetos Decorativos, Vários, Objetos de Uso Pessoal, Documentos, Instrumentos Musicais e Utilidades Domésticas.



Figura 135 - Indumentária e Objetos de Uso Pessoal. Fonte dos autores.



Figura 136 - Indumentária. Fonte dos autores.

Assim, o atual estado de degradação do acervo fez conjecturarmos sobre a postura do Museu Julio de Castilhos, em relação às suas coleções, ao serem analisadas as ações museológicas ou funções essenciais realizadas por museus, empreendidas por essa instituição. Essas atividades sugeriram o provisório questionamento: qual o sentido em se preservar, sem que ações eficazes sejam despendidas à conservação do patrimônio?

O capítulo a seguir, fundamentado por teoria museológica pertinente, apresentará especificações para as intervenções a serem realizadas.

3.3 DIRETRIZES MUSEOLÓGICAS

O conteúdo relativo à ciência do museu, a Museologia, segundo Giraudy e Bouilhet (1990), integra, essencialmente, **prédio, acervo, pessoal e público**. Sua representação alude a quatro triângulos equivalentes em suas faces e inscritos em uma esfera, ou, analogamente a seu campo e suas associações. Concorrentemente, prédio, acervo, pessoal e público define as atividades museológicas basilares e características aos museus, ou seja, suas ações preservacionistas: pesquisa, salvaguarda (aquisição, documentação, conservação) e comunicação (exposição, educação e ação sociocultural).

O prédio, mister “casa dos objetos”, cerne às definições sobre as diretrizes, a pesquisa e a gestão museológica, vem logo a identificar o museu, “serviço público, a serviço do público” (1990:11). Serviço esse, restrito às regras estabelecidas por seu anfitrião: “É



proibido tocar, é proibido aproximar-se, é proibido fotografar, é proibido rir, é proibido correr, é proibido falar alto, é proibido sentar no chão” (GIRAUDY e BOUILHET, 1990, p. 13).¹¹

Essas normas, conforme esses autores, afluem o grande público à ilusória imagem sobre essa instituição: um rito cultural tedioso; o museu, entretanto preserva o patrimônio cultural para o futuro e isso constitui sua singularidade, sua função e seu objetivo. Os objetos, igualmente, preservam informações a serem compreendidas ou celebradas. Sua exposição apropriada, sua articulação a outros objetos e às salas percorridas propiciarão sentido ao visitante (*Ibidem*).

Igualmente, as instalações e o espaço museal - sobretudo a(s) edificação(ões) em que o museu está sediado - estão diretamente relacionados à preservação das coleções, ao bem-estar e à segurança do público e do corpo de funcionários da instituição. Esses são fatores fundamentais à qualidade ambiental proporcionada às coleções e aos usuários, a serem considerados segundo as condições de acesso e circulação de pessoas no interior e na área de entorno do edifício; os fluxos internos e externos de materiais, bens culturais, veículos e pessoas; a disposição dos espaços livres, de exposição, de lazer e de trabalho; o apropriado estado de conservação do edifício e a capacidade de funcionamento das instalações hidráulicas, elétricas e de segurança, conforme Cláudia Storino (2009).

Em síntese, para a autora,

As instalações devem ser adequadas para que o museu desenvolva as funções de pesquisar, conservar e comunicar, incluindo acomodações para o público e para os funcionários levando em consideração também que o edifício, qualquer que seja seu estilo arquitetônico, tem ainda um papel importante como presença física e elemento simbólico no espaço urbano (STORINO, 2009, p. 19).

Storino (2009) sugere, portanto, que o programa arquitetônico para a instalação de um museu, ou os pontos básicos para seu funcionamento, preveja, minimamente, as seguintes necessidades:

1. Espaço de recepção (bilheteria, local para acolhimento do público, ponto de venda de produtos e guarda-volumes);
2. Sala de exposição permanente (ou de longa duração);
3. Sala de exposição temporária (ou de curta duração);
4. Reserva técnica;

¹¹ Os Museus comportam uma tradição de templo dos objetos (CERTEAU, 2011), como um lugar, relativamente, sacro. Durante séculos rir em espaços sacros era considerado pecado (MACEDO, 2000). Portanto, certos hábitos existentes em espaços públicos como os Museus, em tempos coevos devem ultrapassar esses paradigmas.



5. Sala de administração (direção e secretaria);
6. Espaço para ações educativas e culturais;
7. Salas para procedimentos técnicos com o acervo;
8. Espaços de apoio, guarda de materiais e segurança;
9. Espaços de serviços (almojarifado, depósito, copa, banheiros e vestiários);
10. Biblioteca e arquivo (STORINO, 2009, p.19-20).

Destarte, frente às especificidades associadas aos museus, seus espaços e, especialmente, em relação ao seu público, a publicação *Museus e Turismo*, realizada em parceria entre Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e Ministério do Turismo (MTur) em 2014, visou - em consonância com as prerrogativas sobre os museus sancionada em lei nº 11.904 - a “fortalecer o papel do museu como um espaço de encontro, aprendizado, lazer e turismo” (2014:15).

Igualmente para o IBRAM, “a qualidade da experiência do visitante é o foco da comunicação por meio da interpretação de acervos e ambientes” (2014:30). O Turismo, segundo Meneses (2004), tem como base principal a interpretação para o planejamento e o desenvolvimento de um turismo cultural¹² que se traduz em atrativo para as pessoas que buscam conhecer e transformar esse conhecimento em abstração e fruição prazerosa.

A publicação reconhece os esforços para o incentivo às inovações e um efetivo diálogo entre as ciências, Museologia e Turismologia, substancialmente ao que se refere à dinâmica de cada um dos setores que revela pontos convergentes e complementares. Visibiliza as barreiras ao turismo cultural - sociais e econômicas - e seu entrelaçamento com as relações de poder, classe e o direito à cultura, ao considerar os anseios inerentes aos profissionais dos museus e do turismo, aos turistas e à comunidade em torno do museu.

Apresenta, portanto, indicativos para os museus consolidarem suas atividades conectadas ao lazer e à cultura para a população, baseados em informações adequadas, hospitalidade, experiências ricas e interativas, serviços qualificados e confortáveis, adequações voltadas à acessibilidade, segurança para os públicos, os funcionários e o acervo. Esses critérios, em suma, com base em Grinover (2007), constituem o escopo para as análises voltadas à qualidade da experiência, interpretada em indicativos relacionados à legibilidade, identidade e acessibilidade.

Segundo esse autor, legibilidade, identidade e acessibilidade são categorias para análise do estado de hospitalidade ou inospitalidade de uma cidade. O autor emprega essas

¹²Turismo Cultural encerra em si atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais. Valoriza e promove os bens materiais e imateriais da cultura.



mesmas categorias para a apreciação sobre esse tema - hospitalidade - em referência aos atrativos turísticos. Logo, considerados a potencialidade turística dos museus e do patrimônio cultural (VASCONCELLOS, 2006), utilizar-se-á essa proposição teórico-metodológica para justificar os argumentos em relação ao programa arquitetônico.

Camilo Vasconcellos (2006) também propõe a conformidade entre os museus e o turismo cultural, segundo a definição sobre museus do Conselho Internacional de Museus – ICOM: “Museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e de seu meio, para fins de estudo, educação e lazer” (ICOM, 2001 *apud* VASCONCELLOS, 2006, p. 35).

Para o autor, os museus se apresentam como um lugar de convivência, aprendizado e contemplação para que os visitantes possam usufruir. Cita os museus *Reina Sofia, Louvre, Van Gogh, British Museum, Metropolitan, Smithsonian Institution* e sua relação com público, com base em seus serviços: livrarias, cafés, restaurantes, lojas com venda de *souvenirs* e bibliotecas que contribuem para que essas instituições sejam referências culturais e de lazer para os turistas.

Logo, as relações entre museus e turismo, Museologia e Turismologia, em consonância com o diagnóstico realizado ao macro, médio e microambiente - ao qual se encontram exposto, armazenado e acondicionado o acervo salvaguardado pelo Museu Julio de Castilhos - visam a apresentar as diretrizes para o planejamento das ações curativas e preventivas voltadas à estabilização dos agentes de degradação dos objetos.

Objetivam subsidiar as ações para o restauro e a adequação dos espaços museológicos com especificações correlatas, em sua confluência com prédio, acervo, pessoal e público. Essas atividades visam à profícua conservação de cada um dos objetos que integra o patrimônio tombado por essa instituição pública, ou seja, os indicadores e/ou vestígios materiais das sociedades (BRUNO, 1996).

3.3.1 Macro ambiente

Com a transferência total do acervo que compõe a Reserva Técnica I e II para o prédio Anexo II, os problemas apontados anteriormente sobre a segurança, especialmente em relação à Reserva Técnica I, como atos de vandalismo ocasionados pela proximidade

70





das janelas frente à calçada serão solucionados. O acervo, entretanto, permanecerá exposto em sala voltada para a Duque de Caxias.

Considerando a legibilidade e a identidade da fachada do Museu, grades externas seriam pouco recomendáveis; opta-se, portanto, por vigilância constante e a instalação de circuito fechado de TV (CFTV) que registre a movimentação do perímetro e da área do Museu; adequação dos sistemas de combate a incêndio em suas cercanias.

Por sua vinculação com danos materiais causados ao acervo, os apontamentos referentes ao ambiente físico, químico e biológico, à ação humana e aos fatores naturais serão abordados no subcapítulo Médio-ambiente desse capítulo.

3.3.2 Médio ambiente

Como segmento à proposição teórico-metodológica que vem sendo desenvolvida, essa seção abordará as diretrizes museológicas para a casa Julio de Castilhos, o prédio Anexo I e o prédio Anexo II, especialmente em relação à adequação das salas que contem acervo. Contemplará, igualmente, a gestão dos espaços para cada um dos prédios.

Refere-se, em suma, às proposições teóricas vistas em Giraudy e Bouilhet (1990), que integram, essencialmente, prédio, acervo, pessoal e público. As atividades que garantem funcionamento e dinâmica ao museu estarão definidas a partir da relação entre esses elementos, a qualidade da experiência (GRINOVER, 2007) e a constituição de um campo de investigação que, visivelmente, agregue objetos, edificação, história, diretrizes teóricas, políticas, público e identidade museológica (POSSAMAI, 2002).

(1) CASA JULIO DE CASTILHOS

O propósito em visibilizar a casa original de Julio Prates de Castilhos exclusivamente como espaço expositivo, advém de premissas de ocupação desse espaço museológico¹³ coadunadas entre a Museologia, a Arquitetura, a potencialidade turística do Museu Julio de Castilhos e às histórias associadas à edificação. Esse novo desenho expandirá

¹³ As novas funções incorporadas aos museus modernos (a partir do final do século XVIII e início do XIX) e, paralelamente, a reconversão de antigos prédios patrimoniais incitaram investigações e soluções para a iluminação das exposições (Soufflot e Brébion, 1778; J.-B. Le Brun, 1787/15), para melhor distribuição das coleções pelo edifício do museu (Mechel, 1778-1784), e para melhor estruturar o espaço de exposições (Leo von Klenze, 1816- 1830) (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2013).



substancialmente o acesso dos visitantes às dependências da casa, uma vez que as visitas são restritas ao pavimento superior.

Suas informações intrínsecas e extrínsecas trazem singularidade à edificação construída em 1887 e à centenária instituição museal, homenagem feita a Julio por Borges de Medeiros. Inflam o imaginário coletivo e os estudos a respeito dessas histórias preservadas (SILVA, 2011) e pelo simbolismo político do mito Julio Prates de Castilhos (BAKOS, 2006). Assim, o programa de ocupação do bem edificado contemplará as salas expositivas e a edificação, tomada como objeto museológico (POSSAMAI, 2002).

Portanto, além das exposições de longa e curta duração, cujos temas e conceitos serão abordados na Proposta Museográfica, o conjunto arquitetônico que integra o Museu estará visível para a sociedade como patrimônio a ser celebrado e/ou interpretado: um objeto-documento que enriquece a percepção sobre a ação humana que transformou o espaço e o tempo em que concretamente se forjaram as relações sociais, ou seja, o cotidiano (MENESES, 1992).

Proporcionará aos seus visitantes a concisa visualização em relação às edificações e os acréscimos realizados em 1925 e 1996 (GOMES, 2016)¹⁴, ao permitir que as respectivas identidades e legibilidades (GRINOVER, 2007) sejam assim preservadas. Simplificará o fluxo para visitantes, turistas, funcionários e viabilizará as normatizações para emergência e acessibilidade (ABNT/NBR9050) previstas em lei. Facilitará a logística para o acervo em trânsito.

PROGRAMA PARA OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS

A seção relacionará as atuais áreas às suas futuras funções, estabelecidas com base em atividades correlatas, funcionalidade e adequação do espaço. Esse tópico está dividido em **Programa de ocupação dos espaços** e **Programa de necessidades** com base em Cury (2011).

- a) Pavimento inferior

¹⁴ Ver diagrama esquemático com as principais intervenções e acréscimos realizados em (GOMES, 2016).





Pavimento inferior Casa Julio de Castilhos			
Sala (referência)	Designação	Exposição	Área (m²)
A18	Hall principal do Museu equipado com balcão para recepção	-----	27,82
A16	Exposição de média e curta duração	Exposição temporária	59,50
A20, A30 e A31	Exposição de média e curta duração	Exposição temporária	125,19
A27	Depósito e Banheiro	-----	22,51
A22 e A23	Exposição de longa duração	Memorial MJC	66,72
A25	Exposição de média e curta duração	Landau	32,14

Tabela 1- Pavimento Inferior Casa Julio de Castilhos

b) Pavimento superior

Pavimento Superior Casa Julio de Castilhos			
Sala (referência)	Designação	Exposição	Área (m²)
A41, A42 e A43	Exposição de longa duração	Indígena	65,65
A53	Exposição de longa duração	Missões	40,53
A45	Exposição de longa duração	Africanidades Sul-rio-grandenses	57,83
A51	Exposição de longa duração	A (des) construção do Gaúcho	45,28
A46	Exposição de longa duração	Ideologia e política: Julio de Castilhos, o homem, o mito	70,40
A47, A48 e A49	Depósito museográfico	Depósito Museográfico	40,23

Tabela 2 - Pavimento superior Casa Julio de Castilhos

PROGRAMA DE NECESSIDADES

73





- Circuito fechado de TV em todas as salas expositivas e circulações do prédio;
- Sistema de detecção e extinção de incêndio;
- Sensores de contato para as janelas sem grades e sensores de alarme de presença;
- Impermeabilização das coberturas e isolamento térmico do telhado;
- Substituição do piso, em consonância com o restauro e com a conservação museológica: antiderrapante, altamente resistente à carga, à circulação e à abrasão, isento de proliferação de insetos e livres de emissão de vapores (como formaldeídos);
- Utilização de tinta tipo látex em ambientes internos;
- Instalação de pontos elétricos que permitam o uso de equipamento em voltagem 110v e 220v;
- Pontos lógicos que abranjam toda a casa;
- Iluminação dimerizável (outras especificações técnicas serão apresentadas na Proposta Museográfica);
- Plataformas elevatórias projetadas para transportar o acervo e prover acesso ao prédio.

(2) PRÉDIO ANEXO I

A proposição para gestão dos espaços do Museu Julio de Castilhos reforça a integração entre Museus e Turismo na contemporaneidade, conforme mencionam os autores Giraudy e Bouilhet (1990), Vasconcellos (2006), Grinover (2007) e Ibram (2014). Logo, permitirá a interação entre visitantes e turistas, áreas de visitação, jardins da casa e sociabilidades, além de qualificar os espaços destinados ao trabalho e à preservação do acervo, o que abrange condições apropriadas para a sua pesquisa, salvaguarda e comunicação.

A proposta concernente à nova configuração do Museu Julio de Castilhos atende demandas relacionadas ao público com a oferta de novos serviços como cafeteria, loja do museu e espaço de convivência e preserva o acervo e as salas expográficas. Ambos critérios integram a gestão dos espaços e o programa de necessidades, retratados a seguir.

PROGRAMA PARA OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS

74





A seção relacionará as atuais áreas às suas futuras funções, estabelecidas com base em atividades correlatas, funcionalidade e adequação do espaço. Esse tópico está dividido em **Programa de ocupação dos espaços** e **Programa de necessidades**, com base em Cury (2011).

a) Pavimento inferior

Pavimento inferior Anexo I			
Sala (referência)	Designação	Ambiente	Área (m ²)
A01	Hall 02	Entrada secundária	14,17
A02	Ação sociocultural	Centro de Pesquisas e Biblioteca Aurélio Viríssimo de Bittencourt	61,16
A07	Suporte e Manutenção	Sanitários Visitantes	12,26
A15	Área administrativa	Segurança	6,72
A08	Área administrativa	Setor administrativo	22,47
A13	Área administrativa	Direção	19,54
A13 e A12	Suporte e Manutenção	Sanitários/Vestiários	22,86
A11	Suporte e Manutenção	Cozinha	14,61
A09	Suporte e Manutenção	Material de Limpeza	5,16

Tabela 3 - Pavimento inferior Prédio Anexo I

b) Pavimento Superior

Pavimento superior Anexo I			
Sala (referência)	Designação	Ambiente	Área (m ²)
A36	Ação sociocultural	Auditório Joaquim José Mendanha	58,76
A36	Sala Técnica	Guarda de equipamentos	6,77
A36	Suporte e Manutenção	Sanitários visitantes	11,15
A38	Sociabilidades	Loja	21,96
A40	Sociabilidades	Café	42,49
A39	Sociabilidades	Lounge	59,23

Tabela 4 - Pavimento superior Anexo I



PROGRAMA DE NECESSIDADES

- Circuito fechado de TV em todas as salas expositivas e circulações do prédio;
- Sistema de detecção e extinção de incêndio;
- Sensores de contato para as janelas sem grades e sensores de alarme de presença;
- Impermeabilização das coberturas e isolamento térmico do telhado;
- Substituição do piso, em consonância com o restauro e com a conservação museológica: antiderrapante, altamente resistente à carga, à circulação e à abrasão, isento de proliferação de insetos e livres de emissão de vapores (como formaldeídos);
- Utilização de tinta tipo látex em ambientes internos;
- Instalação de pontos elétricos que permitam o uso de equipamento em voltagem 110v e 220v;
- Pontos lógicos que abranjam toda a casa;
- Iluminação dimerizável (outras especificações técnicas serão apresentadas na Proposta Museográfica);
- Plataformas elevatórias projetadas para transportar o acervo e prover acesso ao prédio.

(3) PRÉDIO ANEXO II

Para a construção do prédio que abrigará a Reserva Técnica e setores diretamente vinculados aos objetos foram consideradas especificações técnicas apropriadas à conservação de acervos. Essas especificações foram desenvolvidas primordialmente em consonância com os autores Elza Osório (2000); Resource: Council for Museums, Archives and Libraries (2003); Sérgio Silva (2005); Andréa Bachettini (2010); Marcus Granato (2007); Antonio Mirabile (2010); Marília Xavier Cury (2011) e Rosária Ono e Kátia Moreira (2011).

Para o prédio que abrigará a Reserva Técnica, Sala de Quarentena, Laboratório de Conservação, Centro de Documentação e Setor Técnico recomenda-se, com base em Cury (2011), que a relação entre esse edifício e os setores diretivos seja facilitada pelo acesso e pela comunicação. Deve-se evitar zonas de riscos naturais, como locais sujeitos a inundações, desabamentos, infestações, e zonas vulneráveis, ou seja, zonas pantanosas, terrenos e subsolos

76





úmidos, regiões de ventos com resíduos arenosos.

Frente a longevidade do Museu, a manutenção das adequações previstas pelo Projeto PAC Cidades Históricas e a constante expansão do acervo, recomendamos que a área possua estabilidade do solo e capacidade de suportar a carga do edifício, sem alterações às fundações e que **admita expansões futuras**, inerentes às coleções e à dinâmica do Museu (GIRAUDY e BOUILHET, 1990).

A construção do edifício deve apresentar inércia térmica e hidráulica com materiais impermeáveis, isento às variações de temperatura e umidade; revestimentos devem ser livres da liberação de gases como os formaldeídos, revestimentos lisos e anti poeira com cores neutras e claras, pois facilitam a manutenção e as inspeções. A rede hidráulica do prédio deve estar afastada das áreas que contenham acervo (CURY, 2011).

Em relação à segurança: instalação de CFTV em seu perímetro e circulações internas; sistema de comunicação de emergência, sistema de iluminação e sinalização de emergência; sistema de detecção e extinção de incêndio; sensores de contato para as portas; grades para as janelas; sensores de alarme de presença.

A narrativa descreverá as premissas para a gestão dos espaços e o programa de necessidades, conforme o formato que vem sendo utilizado.

PROGRAMA PARA OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS

Pavimento Térreo			
Sala (referência)	Ambiente	Designação	Área (m²)
	Reserva Técnica I	Orgânicos	143,49

Tabela 5 - Pavimento Térreo Anexo II





Sala (referência)	Segundo Pavimento		
			(m ²)
Reserva Técnica II	Inorgânicos		106,73
Reserva Técnica III	Fotografias		33,36

Tabela 6 - Segundo Pavimento Anexo II

Segundo Pavimento Mezanino			
Sala (referência)	Ambiente	Designação	Área (m ²)
	Reserva Técnica II	Inorgânicos	79,47
	Reserva Técnica III	Fotografias	21,59

Tabela 7 - Segundo Pavimento Mezanino Anexo II

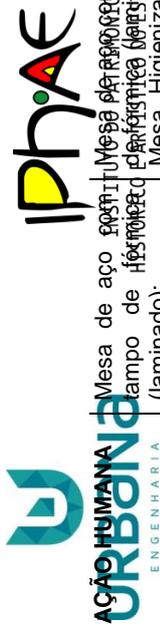
Pavimento Subsolo			
Sala (referência)	Ambiente	Designação	Área (m ²)
	Área técnica	Quarentena	20,63
	Área técnica	Conservação	23,98
	Área técnica	Documentação	19,60
	Área técnica	Setor Técnico	25,78
	Suporte e Manutenção	Sanitários	7,02
	Suporte e Manutenção	Depósito Material de Limpeza	5,14

Tabela 8 - Pavimento Subsolo Anexo II

PROGRAMA DE NECESSIDADES

O conjunto de necessidades essenciais para os espaços conectados à Reserva Técnica, cuja descrição será tratada em um tópico específico, estão retratadas no quadro, a seguir.

PRESERVAÇÃO/S ALAS	QUARENTENA	CONSERVAÇÃO	DOCUMENTAÇÃO	TÉCNICO
SEGURANÇA	CFTV (Circuito Fechado de TV); Acesso restrito; Sistema de extinção de incêndio	CFTV (Circuito Fechado de TV); Acesso restrito; Sistema de extinção de incêndio	CFTV (Circuito Fechado de TV); Acesso restrito; Grade para janela; Sistema de extinção de incêndio	CFTV (Circuito Fechado de TV); Grade para janela; Sistema de extinção de incêndio
AMBIENTE FÍSICO	Tubulações elétricas e lógicas em canaletas aparentes de metal; Janela com tela interna de proteção para agentes biológicos; Iluminação com filtro UV; Blackout para janela;	Tubulações elétricas e lógicas em canaletas aparentes de metal; Janela com tela interna de proteção para agentes biológicos; Blackout para janela; Iluminação com filtro UV;	Tubulações elétricas e lógicas em canaletas aparentes de metal; Janela com tela interna de proteção para agentes biológicos; Blackout para janela; Iluminação com filtro UV;	Piso frio e antiderrapante; Tubulações elétricas e lógicas em canaletas aparentes de metal; Janela com grade e tela de proteção para agentes biológicos; Iluminação com filtro UV;



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



<p>Mesa de aço para campo de festa (laminado); Cadeiras unidades; Estante com até 02 módulos deslizantes, com gavetas para pastas suspensas e componentes internos diversificados; ajustáveis; Carrinho para transporte de acervos;</p>	<p>Mesa para campo de festa (laminado); Mesa Higienizadora de tamanho especial 02 unidades; largura: 110 cm x profundidade 72 cm; Mesa de Sucção (01 unidade); Cadeiras; Estação de trabalho para 2 pessoas com computador e impressora; Armários modulares para armazenamento de insumos (plástico bolha, tnt, invólucros); Estante com até 02 módulos deslizantes, com gavetas para pastas suspensas e componentes internos diversificados e ajustáveis; Carrinho para transporte de materiais de insumo; Carrinho para transporte de acervos;</p>	<p>Estação de trabalho com impressora (06 pessoas); Armário para insumos; Mesa de reuniões redonda com cadeiras;</p>
---	--	--

Quadro 1 - Conjunto de necessidades essenciais para os espaços conectados à Reserva Técnica.



MINISTÉRIO DA CULTURA





(4) RESERVA TÉCNICA

Os métodos adotados para a concepção e o pleno funcionamento da nova Reserva Técnica - condições adequadas para preservação do acervo, em relação à segurança, ao ambiente (físico, químico e biológico), à ação humana e aos fatores naturais - irão atender os critérios propostos por Froner (2008) e por Remy (1999) *apud* Mirabile (2010) em relação à: (a) funcionalidade, (b) acessibilidade, (c) consulta, (d) conservação e (e) segurança.

Esse espaço requer isolamento em relação ao público e em relação aos laboratórios; distanciamento de áreas de passagem, como corredores; isento aos problemas relacionados à inundação; estabilidade do terreno e qualidade do material construtivo; carga suportável considerando o volume, a tipologia do acervo e o mobiliário destinado ao espaço, tendo em vista a **fundamental expansão do acervo**, especialmente se a opção for pela instalação de reservas em pisos superiores (FRONER, 2008).

A (a) **funcionalidade** prevê um esquema de interconexão entre os equipamentos técnicos e os espaços diretamente relacionados com as áreas de reservas técnicas, demonstrado em fluxograma (Figura 137) e pela representação gráfica do espaço ocupado pelo mobiliário.

Em relação à (b) **acessibilidade**, consideradas a (I) área atual utilizada como reserva técnica, 178,61 m², (entre RT 1 e RT 2), (II) o seu espaço inadequado para circulação, (III) a longevidade de uma nova reserva técnica e (IV) a potencialidade de expansão do acervo a longo prazo, recomenda-se que a área destinada para a construção de uma nova reserva técnica, **seja superior a 300 m² de área útil**. Salienta-se, ainda, que o espaço aconselhado para circulação conforme Mirabile (2010) deverá ser 60%. Esse critério refere-se ao transporte, à manipulação e ao acesso aos objetos, suscetíveis à fraturas e fragmentos, ou seja, livre de obstáculos. A organização do espaço, portanto, no interior das reservas, necessita planejar áreas para circulação e organização.

A possibilidade de mobiliário compactador, ainda demanda que o espaço projetado seja adequado ao volume e às características do acervo, prevendo inclusive o tamanho e a localização estratégica das portas de acesso. O desenho da nova Reserva Técnica deverá considerar o percurso de deslocamento com ângulos de mobilidade (como exemplos: as coleções Mobiliário e Viaturas, dispostas de maneira que possam sair para exposição, estudo ou conservação/restauração; urnas funerárias, esculturas e telas de grande porte; e objetos pesados, como sinos missionários, que demandam carrinhos para seu deslocamento, localizados em áreas próximas à saída.

81





O tempo de permanência à Reserva Técnica pode ser reduzido com o conhecimento apropriado, a localização rigorosa dos objetos e por sua visibilidade ampliada, o que implica na adequação do mobiliário, cuja (c) **consulta** permita identificá-lo rapidamente. Esses apontamentos encaminham o entendimento referente ao mobiliário, igualmente primordial para o pleno funcionamento de uma reserva técnica.

Para a (d) **conservação** do acervo, deverão ser respeitados os parâmetros de inércia térmica e hidráulica com materiais impermeáveis, isentos às variações de temperatura e umidade; seus componentes devem ser livres da liberação de gases como os formaldeídos, revestimentos lisos e anti poeira com cores neutras e claras, pois facilitam a manutenção e as inspeções. Quanto à pintura dos ambientes internos, a tinta do tipo látex facilitará a sua manutenção.

Instalação de sistema de ar-condicionado que atenda respectivamente os ambientes segmentados pela materialidade do acervo, imune aos problemas relativos às altas temperaturas, umidade e constante oscilação. Esses ambientes não deverão conter janelas. (GUICHEM, 1984, *apud* OSÓRIO, 2000):

- Objetos inorgânicos, temperatura entre 20°C e 23°C e umidade relativa entre 25% e 55%;
- Objetos orgânicos, temperatura entre 18°C e 22°C e umidade relativa entre 45% e 55%;
- Acervo fotográfico, temperatura de 16°C e umidade relativa entre 30% e 50%.

Isolamento que impeça a entrada de particulados com mais de 0,5 micra no ambiente; piso antiderrapante, com baixíssima retenção de particulados, altamente resistente à carga, à circulação e à abrasão, isento de proliferação de insetos, micro-organismos e livres de emissão de vapores. Pisos vinílicos devem ser evitados, pois podem liberar gases e suas colas de fixação são fontes de formaldeídos (CURY, 2011).

Introdução de pontos elétricos que permitam o uso de equipamento em voltagem 110v e 220v; pontos lógicos que abranjam toda Reserva Técnica. Iluminação, com filtros UV, controlada por sensores de presença, minimizando os impactos incidentes sobre o acervo pela exposição contínua à luz.

À (e) **segurança**, recomenda-se a instalação de CFTV em sua área; sistema de comunicação de emergência, sistema de iluminação e sinalização de emergência; sistema de detecção e extinção de incêndio isentos de liberação de líquido ou pó; portas corta-fogo; e sensores de alarme de presença.



3.3.3 Micro ambiente

Avaliadas as diferentes matérias-primas, a variabilidade de dimensões e o sistema de acondicionamento das coleções que compõem o acervo do Museu Julio de Castilhos, compreende-se que os objetos geram necessidades específicas de armazenamento.

O mobiliário irá abrigar as 29 coleções existentes e as futuras aquisições feitas pelo Museu; recomenda-se para esse fim mobiliário compactador em metal que considere suas especificidades. Preferencialmente deverá ser confeccionado em chapas de aço fosfatizado, apresentando melhores condições de segurança, estabilidade e durabilidade. Para mobiliário não compactado o espaço dos corredores entre uma estante, prateleiras/armários, deve ser de pelo menos 1,20 cm para o manuseio seguro do acervo (CURY, 2011). A tabela apresentada na seção, 3.3 Microambiente, explicita as dimensões do mobiliário utilizado atualmente para armazenar o acervo.

4 PROPOSTA MUSEOGRÁFICA

83





Essa seção foi fundamentada pela Proposta Museológica antecedente, a qual retratou Relatório Histórico, Diagnóstico de Conservação e Diretrizes Museológicas. Esses estudos subsidiaram as definições sobre o acervo a expor, os conceitos e a proposta narrativa orientativa para o Projeto Museográfico.

Inicialmente, para essa seção será apresentado (1) o memorial descritivo da proposta conceitual do Museu Julio de Castilhos, (2) o partido adotado na forma expositiva, em que se evidencia a relação entre exposições, edificação, mobiliário e o público alvo (3) o espaço expográfico, ao qual se retrata o dimensionamento do espaço físico e os ambientes voltados às exposições de longa, curta e média duração. Por fim, (4) a proposta conceitual expositiva apresentará em seus subcapítulos individualmente os projetos expográficos elaborados para as seis exposições de longa duração.

4.1 MUSEU JULIO DE CASTILHOS: PROPOSTA CONCEITUAL

As mudanças significativas em duas salas temáticas visa atender de forma gradual a inserção de exposições que atendam cada vez mais o grande público que visita o Museu. A primeira exposição Africanidades sul-rio-grandenses estabelece um novo marco dentro da própria instituição, que frequentemente retratou o negro representado sempre pela escravidão.

A adoção de um percurso sugerido - integrado por Arqueologia e Povos Originários no RS, Missões Jesuíticas, Africanidades Sul-rio-grandenses, A Construção do Gaúcho e Ideologia e Política: Julio de Castilhos, o homem, o mito - visa a oferecer um percurso como citado anteriormente sugerido e não estanque, tendo o visitante a liberdade na escolha de visitação das salas temáticas. O remanejamento das exposições e ocupação das salas integra prédio, acervo e público.

A Construção do Gaúcho oferece ao visitante a construção do mito gaúcho, vertentes que levaram ao ideário construído atualmente, linhas históricas, políticas e culturais. Objetos que compõe a indumentária do arquétipo gaúcho estarão dispostos em uma vitrine, a qual poderá ser contemplada em 360 graus.

O Museu Julio de Castilhos possui uma tradição no que se refere às exposições de longa duração, por isso será dada atenção somente a esse tipo de exposição. Como o tempo para o projeto é curto, discute-se a falta de pesquisa para a produção dessas exposições e/ou salas temáticas. O período de construção e concepção para uma exposição varia de um tema para outro, porém como a Instituição possui mais de 11 mil objetos em

84





seu acervo, a relação pesquisa e comunicação fica prejudicada pois serão desenvolvidas 6 Salas Temáticas que abrigarão uma exposição cada. Assim conforme Andrada (2006):

A exposição de 1987 – Expansão, Ordem e Defesa, tem uma característica diferente. Foi um período de muitos recursos e o museu contava com uma equipe grande, além de uma verba relativamente generosa. Para se ter uma ideia, o projeto dessa exposição, da concepção à montagem, durou cerca de 3 anos e exigiu uma pesquisa profunda (ANDRADA, 2008, p. 46).

Fica evidente que a produção de apenas uma exposição deve contar com uma grande equipe do quadro técnico do Museu, pesquisadores, curadores entre outros. Por esse motivo, o Projeto Museográfico contará com o conceito das exposições elencadas para cada Sala Temática, bem como a indicação de vitrines, painéis expositores e cubos. Não cabendo nessa etapa a pesquisa de acervo.

4.2 PARTIDO EXPOGRÁFICO

Como já referenciado anteriormente, o prédio da casa de Julio de Castilhos nº 1231, onde será abrigado as exposições, é histórico e centenário, acervo a ser comunicado e pesquisado além de bem conservado, por essa razão o partido expográfico de todas exposições deverá ser de integração entre exposições e o prédio original onde abrigou a casa de Julio Prates de Castilhos. Seu mobiliário deve estar de acordo com a arquitetura não havendo competição entre os mesmos.

De tal modo, o partido expográfico das Salas Temáticas deve dialogar com o edifício em questão, propondo um equilíbrio nas formas. Sendo duas linguagens distintas, não devem competir e sim coadunar sendo percebidas distintamente e sem concorrência. Como o edifício será restaurado, visando manter o máximo das características originais, deve se atentar a linguagem estabelecida pela intervenção.

A partir disso, o resultado do partido expográfico deve inferir em alguns pontos como:

- Legibilidade;
- Aproximação do público visitante na experiência museal;
- Exposições/Salas temáticas consagradas pelo público repaginadas e com enfoque ressignificado;
- Inserção de elementos tecnológicos como hipertextos e painéis interativos;



- Ambiência por meio de iluminação, materiais e cores variando para cada exposição, criando a possibilidade do visitante ter experiências cognitivas, efetivas, emocionais e etc.

Serão utilizados nas exposições de longa duração do Museu Julio de Castilhos:

- Objetos originais pertencentes ao acervo do Museu composto pelas diversas coleções que o integram;
 - Reproduções fotográficas;
 - Maquetes ilustrativas;
 - Textos em painéis, legendas e etiquetas;
 - Programas interativos.

O mobiliário que integrará as exposições de longa duração do Museu deverá estar integrado ao conceito da casa original de Julio de Castilhos, mas também valorizar e conservar os objetos expostos. Devem conter gavetas para mostra de pequenos objetos e documento, protegidos por folha de vidro. Quando possível, o mobiliário deverá conter iluminação própria do tipo *led* (para não haver aquecimento das peças do acervo), é importante haver dimerização na iluminação para o devido controle. Ao longo da Proposta Museográfica será abordado sugestões para mobiliário conforme Sala Temática.

A iluminação torna-se essencial para se atingir os objetivos propostos na exposição, por isso no momento da execução das exposições, deve-se tomar cautela para não produzir efeitos contrários ao de integração com o prédio que é patrimônio tombado. Observar o conforto visual dos visitantes, evitar grandes contrastes entre ambientes próximos, baixa iluminação ou grandes taxas de lux sobre os objetos podem causar desconforto e efeitos contrários aos da conservação.

O público alvo que o Museu atende/atenderá é de caráter diverso, recebendo crianças e adultos de todas as idades. O Museu histórico do Rio Grande do Sul, com seu caráter multidisciplinar e público, visa atender a população, portanto a definição de público que mais apropriada é a de público heterogêneo. Para o público portador de necessidades especiais (PNE), o Museu contará com plataforma elevatória que estará disposta estrategicamente na casa Julio, conforme os projetos complementares evidenciarão.

Outrossim, o projeto expográfico prevê acessibilidade tangível e intangível com o atendimento aos portadores de deficiência visual, proposta com a utilização de maquete tátil e sistema de áudio localizado, integrado aos totens, e aos cadeirantes com mobiliário em dimensões apropriadas. Os totens *touch screen* viabilizarão incluir audiodescrições

86





associadas ao acervo exposto e apresentar o acervo audiovisual projetado para as

Pavimento inferior Casa Julio de Castilhos

exposições. Igualmente, essa tecnologia permitirá a leitura de obras e documentos - expostos em vitrines - mediante sua prévia digitalização.

4.3 ESPAÇO EXPOGRÁFICO

Com designação exclusiva a espaço expositivo, a casa Julio de Castilhos abrirá os seus dois pavimentos para o público. Esses ambientes receberão funções específicas em relação à temporalidade das exposições. Para as exposições de longa duração, sediadas no

Pavimento principal Casa Julio de Castilhos

Sala (referência)	Designação	Exposição	Área (m²)
A41/42/43	Exposição de longa duração	Indígena	62,65
A53	Exposição de longa duração	Missões	43,53
A45	Exposição de longa duração	Africanidades Sul-rio-grandenses	57,83
A51	Exposição de longa duração	A Construção do Gaúcho	45,28
A46	Exposição de longa duração	Ideologia e política: Julio de Castilhos, o homem, o mito	102,23

pavimento principal, mantiveram-se as atuais dimensões, conforme se demonstra em tabela a seguir:

Tabela 9 - Tabela de Exposições

Os espaços disponíveis no pavimento térreo do Museu Julio de Castilhos e as respectivas intervenções para a sua expansão serão utilizados para sediar as exposições de média e curta duração. Considerando que o Museu Julio de Castilhos contará com um espaço de exposições temporárias com 225,06 m², vários poderão ser os temas propícios para essa finalidade.

Tabela 10 - Exposições de média e curta duração





Sala (referência)	Designação	Exposição	Área (m²)
A22/23	Exposição de média e curta duração	Exposição temporária Memorial Julio de Castilhos	64,35
A20/30/31	Exposição de média e curta duração	Exposição temporária	162,39
A16	Exposição de média e curta duração	Exposição temporária	62,67
A25	Exposição de média e curta duração	Exposição temporária Landau	30,06

Sugestões sobre os temas a serem abordados com suas narrativas peculiares em exposições de média e curta duração:

- Obras de artistas sul-rio-grandenses
- Paisagens sul-rio-grandenses
- Guerras e conflitos no Rio Grande do Sul
- Mulheres na Guerra Farroupilha
- Mulheres na história sul-rio-grandense
- Getúlio Vargas
- Políticos sul-rio-grandenses
- O Positivismo e as Instituições de Memória no Rio Grande do Sul (Arquivo Público do Estado, Biblioteca do RS e Museu do Estado)
- Movimentos sociais ocorridos no Rio Grande do Sul
- Gabinete de Curiosidades

4.4 CONCEITO EXPOGRÁFICO

A seguir, será explicitada a proposta conceitual expositiva para as exposições de longa duração que farão parte do conceito proposto, segundo a abordagem que o Museu





Julio de Castilhos apresenta, frente ao seu caráter histórico, político, antropológico e cultural.

As seis exposições de longa duração do Museu Julio de Castilhos apresentarão:

- 1 Primeiras ocupações no Estado do Rio Grande do Sul, por meio das diversas Tradições Indígenas que ocuparam e ainda ocupam esse território;
- 2 Estatuária produzida em São Miguel das Missões, guerra guaranítica, aspectos sociais, antropológicos e históricos sobre as Missões Jesuíticas;
- 3 História, cultura e identidade afirmativa negra sul-rio-grandense;
- 4 Criação da tradição do Gaúcho, sob a perspectiva da cultura material;
- 5 Ideologia e política gaúcha apresentada, sobretudo, pela vida pública e privada do político Julio Prates de Castilhos;
- 6 Trajetória do Museu Julio de Castilhos, com os registros sobre a história e a memória institucionais associadas à primeira instituição pública museológica do Rio Grande do Sul.

O circuito expositivo proposto para as exposições de longa duração seguirá uma linha histórica de acontecimentos. Todavia, essa temporalidade linear se constituiu como sugestão para o percurso. Será utilizado o **Plano Aleatório**, método mais orgânico e fora do controle, que permite ao público visitante uma variedade de escolhas de direções. Neste método criativo de exibição é permitido a concentração de mostras expositivas, cada uma com seu foco. A exposição exploratória é um exemplo de Plano aleatório, no qual o público visitante se posiciona em concentrações ao longo da exposição de equipamentos gráficos e vitrines, conforme imagem abaixo (McLEAN, 1993).

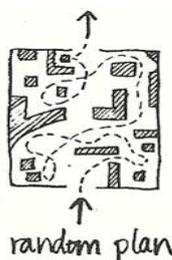


Figura 137 - Plano Aleatório de visitação. Fonte: McI.FAN. 1993.

4.4.1 Arqueologia e Povos Originários no RS

Área: 62,65m²

Localização: A41/42/43

a) Apresentação do tema

A premissa expográfica para essa sala é de remodelamento da atual exposição Sala Indígena que está ativa desde a gestão de 1995-1998. O recorte espacial da exposição concentra-se na região do Rio Grande do Sul, local de recolhimento de boa parte do acervo que se encontra no Museu Julio de Castilhos. Acervo esse que foi uma das bases fundadora do Museu, tendo boa parte de sua coleção transferida para o MARSUL – Museu de Arqueologia do Rio Grande do Sul.

b) Objetivo geral

A exposição “Arqueologia Indígena no RS” tem como objetivo apresentar as diversas Tradições Indígenas que ocuparam e ainda ocupam esse território, bem como o trabalho do profissional Arqueólogo, que essencialmente, busca através da cultura material e resquícios do passado, construir ou resgatar uma visão coerente desses antigos povos habitantes e os atuais, criando assim uma visão cosmológica entre um mundo “pré-histórico” e os Indígenas contemporâneos. A exposição visa essencialmente, fugir do fetichismo do objeto, na medida em que mostram os processos de ocupação humana local, diversidade, cotidiano, crenças,

90



rituais e simbologia como ponto de partida para pensar os objetos reunidos dentro desse contexto museológico. No que tange a aplicabilidade da busca desses objetos *in situ*, será demonstrado a metodologia de prospecção utilizada na Arqueologia contemporânea.

(1) Sobrevivência e Sociabilidades

Localizado à direita da sala, estará representada pelo trabalho, sociabilidade e algumas características do modo de vida dos indígenas das diversas Tradições que ocuparam o território Sul Rio-grandense. Os objetos que compõem esse nicho estão intimamente ligados ao modo de sobrevivência dessas Tradições e como esse processo está intimamente ligado as suas sociabilidades. As possibilidades de diálogo dentro deste nicho estão na potencialidade do grande número de objetos que compõem o acervo arqueológico-indígena no Museu Julio de Castilhos.

(2) Arqueologia

Zona central da sala, terá como função primordial ligar conceitualmente os nichos 1 e 3. Um mapa conceitual do território, hoje Rio Grande do Sul, será criado para exemplificar a ocupação por parte dos indígenas. Quais caminhos percorreram até chegar nesse território. Explicações arqueológicas de como se obtém as datações dos objetos que compõem a exposição, informações técnicas e científicas sobre a Arqueologia. Uso de monitores digitais para auxílio na explanação das informações. Não haverá bloqueio das janelas nesse nicho, por entender que há uma relação de continuidade entre a casa e a rua quando as mesmas são abertas estendendo sua dimensão para a sacada.

(3) Sagrado e Ritualístico

Último nicho localizado na parte esquerda da sala, trará um conceito ritualístico para a exposição, demonstrando como eram realizados os enterramentos de alguns dos povos que ocupavam o território, a utilização das inscrições rupestres e a relação desses povos com a natureza. Neste último nicho, o acervo a ser exposto é de peças do acervo como

adornos, urnas funerárias e amuletos.



c) Métodos para apresentação

Para a exposição “Arqueologia e Povos Originários no RS” será utilizada o **Plano Radial** de percurso expositivo. Esse método permite que os visitantes perambularem e retornem para um lugar central. Este é um modo de dividir uma exposição em distintas áreas de objetos com um centro que unifica as partes da exposição. Nesse caso, o nicho 2 contará com objetos e ferramentas do profissional Arqueólogo como um elemento que conectará toda a exposição.

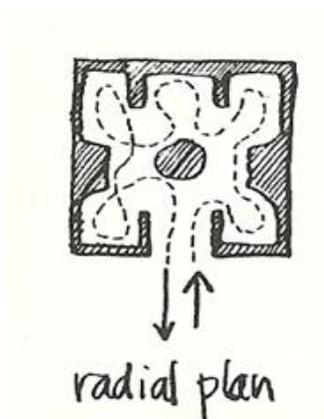


Figura 138 - Plano Radial. Fonte: Planning for people in Museum Exhibitions McLEAN, Kathleen

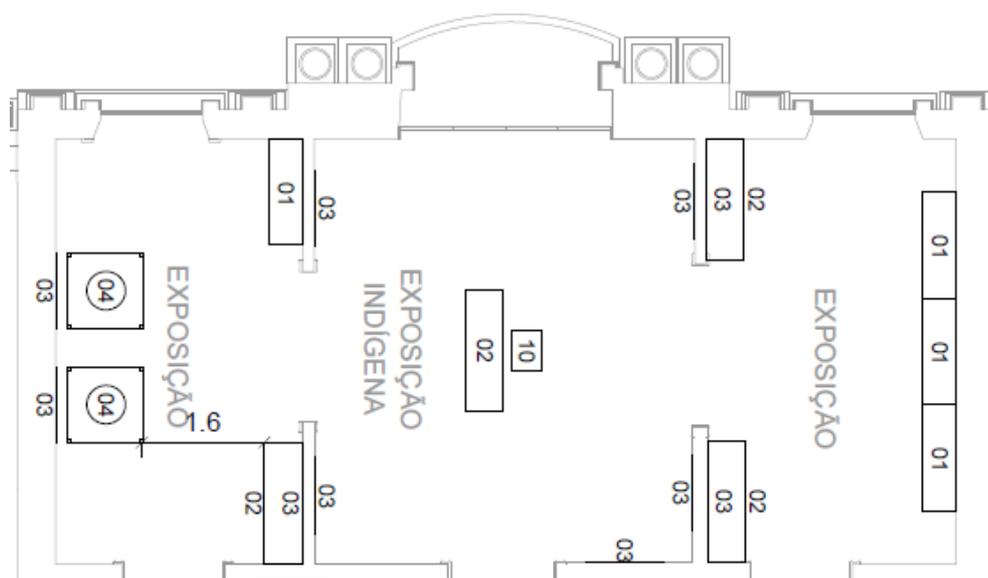


Figura 139 - Vista Exposição Arqueologia e Povos Originários no RS

d) Recursos materiais permanentes

Correspondem aos elementos físicos da exposição: espaço, forma, luz, cor, objeto, suportes, som, movimento, recursos multimídia, recursos digitais (SCHEINER, 2006). Serão apresentados conforme os núcleos expositivos.

(1) NÚCLEO SOBREVIVÊNCIA E SOCIABILIDADES

RECURSOS EXPOGRÁFICOS:

- 01 Vitrines para objetos de uso cotidiano e trabalho
- 03 Painel para textos curatoriais trilingue (português, inglês e espanhol).
- 03a Plotagem para textos e fotos
- 02 Vitrine de Mesa com Gavetas

Acervo: Constan alguns exemplos do tipo de acervo que deverão estar expostos nesse núcleo, cabendo a curadoria no momento da execução realizar uma seleção mais aprofundada.

93



OBJETO/ICONOGRAFIA	IMAGEM
<p>Nº de registro: 67 pedra sulcada, 20 x 11 cm</p>	
<p>Fuso com garganta Nº de registro: 112 meláfiro, 7 x 7 cm</p>	
<p>Vasilha oval Nº de registro: 128 cerâmica, 6 x 0 cm</p>	
<p>Peso de linha Nº de registro: 258 arenito, 5 x 2 cm</p>	
<p>Fusiforme Nº de registro: 287 meláfiro, 1 x 5 cm</p>	

Pedra de boleadeira
Nº de registro: 339



Machado
Nº de registro: 379
pedra sulcada, 20 x 9 cm



Pedra de boleadeira
Nº de registro: 491
pedra, 0 x 0 cm



Fusiforme (abridor de conchas)
Nº de registro: 498
rocha melafírica, 6 x 5 cm



Tembetá
Nº de registro: 500
osso, 3 x 5 cm





<p>Itaiçá Nº de registro: 504 terracota, 0 x 0 cm</p>		
<p>Ponta de projétil Nº de registro: 511 não consta material, 0 x 0 cm</p>		
<p>Ponta de projétil Nº de registro: 514 quartz lascado, 4 x 3 cm</p>		
<p>Cunha Nº de registro: 1454 pedra, 11 x 6 cm</p>		
<p>Almofariz Nº de registro: 1501 pedra, 4 x 0 cm</p>		

Cambuchi caguabã
Nº de registro: 1544
cerâmica, 10 x 0 cm



Cambuchi (talha)
Nº de registro: 1817
cerâmica, 24 x 23 cm



Yapepó (panela)
Nº de registro: 1952
cerâmica roletada, 57 x 43 cm



Itaiçá
Nº de registro: 2078
pedra, Ø = 10 cm



Quadro 2–Acervo

(2) NÚCLEO ARQUEOLOGIA

RECURSOS EXPOGRÁFICOS:

- Uma (01) vitrine central para objetos referente à Arqueologia;
- Cinco painéis (05) painéis de texto e fotos.

97



O acervo nesse núcleo será construído e captado por meio de campanha de doações.

(3) NÚCLEO SAGRADO E RITUALÍSTICO

RECURSOS EXPOGRÁFICOS:

- Uma vitrine;
- Três painéis em MDF para textos
- Uma vitrine de mesa com gavetas e um suporte com LED

Acervo: Constatam alguns exemplos do tipo de acervo que deverão estar expostos nesse núcleo, cabendo à curadoria no momento da execução realizar uma seleção mais aprofundada.

OBJETO/ICONOGRAFIA		IMAGEM
Adorno peitoral Nº de registro: 482 pedra, 9 x 7 cm		
Adorno peitoral Nº de registro: 483 pedra, 6 x 4 cm		
Adorno em concha Nº de registro: 493 concha, 6 x 0 cm		

Adorno
Nº de registro: 527
concha, quartzo, 0 x 0 cm



Apito
Nº de registro: 528
madeira, fibras vegetais, miçangas, 0 x 0 cm



Coroa
Nº de registro: 532
garras de onça, fibras vegetais, cipó, 0 x 0 cm



Cambuchi
Nº de registro: 1401
cerâmica, 53 x 53 cm



Cabeça reduzida
Nº de registro: 1556
cera, cordão, crina de animal, 0 x 0 cm





Quadro 3 – Acervo.

4.4.2 Missões Jesuíticas

Área: 17,25m²

Localização: A53

a) Apresentação do tema

A premissa expográfica para essa sala é de remodelamento da atual exposição Sala temática Missões.

b) Objetivo geral

Missões Jesuíticas visa essencialmente apresentar estatuária produzida em São Miguel das Missões e que pertencem ao Museu Julio de Castilhos. Apresenta também a guerra guaranítica, aspectos sociais, antropológicos, arqueológicos e históricos sobre as Missões Jesuíticas. O reordenamento da posição da estatuária dentro do espaço trará maior visibilidade para os objetos na medida em que será possível verificar completamente seus aspectos materiais mais intimamente.

c) Métodos para apresentação

A exposição contará com o Plano Aleatório de percurso expositivo, método mais orgânico e fora do controle, que permite ao público visitante uma variedade de escolhas de direções, facilitará a recepção do conteúdo expositivo por parte do visitante e manterá de forma livre a exibição da estatuária Missioneira.

100



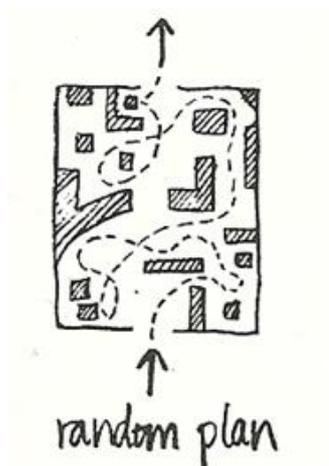


Figura 140 - Plano Radial. Fonte: Planning for people in Museum Exhibitions McLEAN, Kathleen

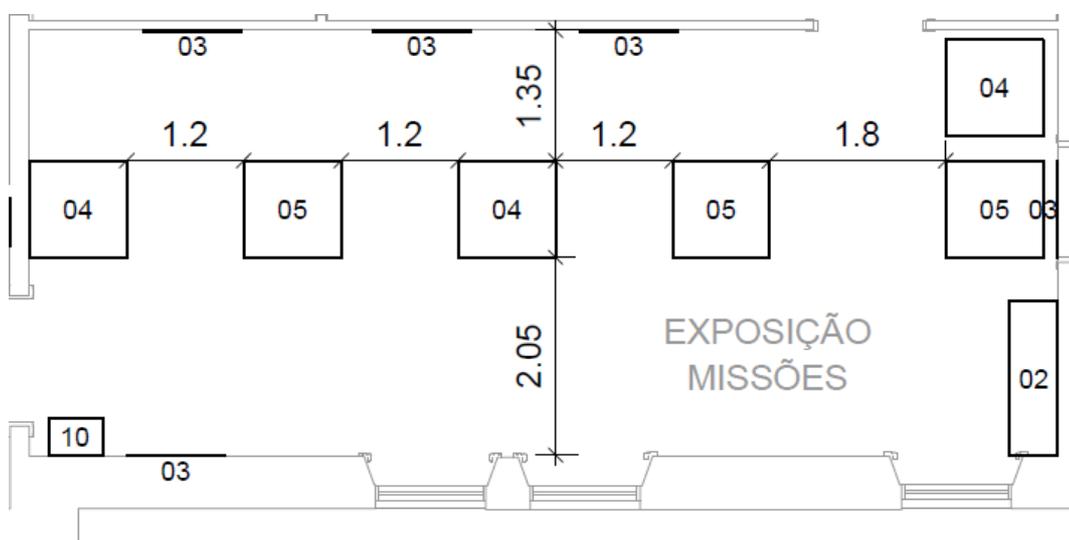


Figura 141 - Vista Exposição Missões

d) Recursos materiais permanentes

101





Correspondem aos elementos físicos da exposição: espaço, forma, luz, cor, objeto, suportes, som, movimento, recursos multimídia, recursos digitais (SCHEINER, 2006). Serão apresentados conforme os núcleos expositivos.

RECURSOS EXPOGRÁFICOS:

- Uma vitrine
- Cinco painéis de MDF para textos
- Uma vitrine de mesa com gavetas
- Seis suportes

Acervo:

Sino das Missões , 1717
Nº de registro: 320
bronze, 37 x 33 cm



Sino
Nº de registro: 321
bronze, 14 x 20 cm



Campainha
Nº de registro: 323
bronze, 7 x 7 cm



Cruz das Missões
Nº de registro: 459
quartzo maclado, 3 x 3 cm



Pedra tumular
Nº de registro: 545
arenito, 2 x 21 cm





Fragmento de rocha
Nº de registro: 677
pedra cupim, 10 x 16 cm



Nossa Senhora da Conceição ou
Virgem Maria
Nº de registro: 751
madeira (cedro), 108 x 45 cm



Anjo
Nº de registro: 752
madeira (cedro), 132 x 51 cm

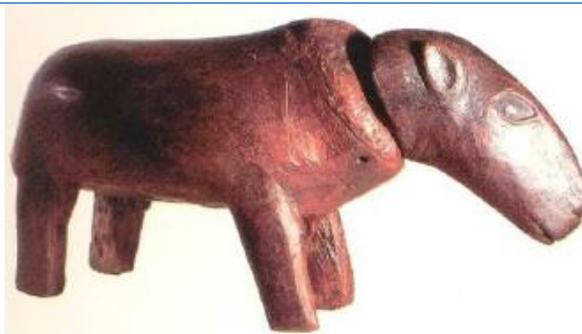


104





Banco zoomorfo das Missões
(Anta)
Nº de registro: 754
madeira, 34 x 80 cm



Cruz de prata das Missões
Nº de registro: 979
prata, 28 x 4 cm



Colher de pedreiro das Missões
Nº de registro: 1496
aço, 13 x 3 cm





Cacos de cerâmica
Nº de registro: 7361
cerâmica, 3 x 7 cm



São Francisco Xavier , 1683 /
1754
Nº de registro: 9713
madeira (cedro), 187 x 65 cm



Senhor dos Passos , 1683 / 1754
Nº de registro: 10413
madeira, 0 x 0 cm



Anjo
Nº de registro: 10495
madeira, 0 x 0 cm



Quadro 4 – Acervo.

4.4.3 Africanidades Sul-Rio-Grandenses¹⁵

Área: 57,83m²

Localização: A45.

a) Apresentação do tema

A exposição Africanidades Sul-Rio-Grandenses versará sobre a história de resistência e de afirmação da identidade negra sul-rio-grandense, o protagonismo exercido pelos sujeitos negros, agentes de sua história, e os trânsitos culturais¹⁶ entre a África e os negros sul-rio-grandenses. Os grupos étnicos africanos selecionados para a exposição, assim como os outros, legaram marcos identitários e civilizatórios relacionados à ancestralidade negra e à expressão de africanidade. A expressão de africanidade, segundo o antropólogo Maurício Waldman (1998), compreende espaço, temporalidade, oralidade e força vital, eminentemente negra e indissociável ao conhecimento sagrado *griot*.¹⁷

¹⁵ A exposição Africanidades Sul-Rio-Grandenses contou a consultoria de historiador e antropólogos, gentilmente realizada pelos docentes da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes, Prof.ª Dra. Lia Dias Laranjeira e Prof. Dr. Patrício Carneiro Araújo.

¹⁶ Ver Bhabha (2003).

¹⁷ Os *griots* revestem a sua atuação em uma “especial importância para a “memória profunda”, responsável pelo entendimento sensível do Tempo Histórico em seu entrelaçamento inelutável com o Espaço”. Interlocutores de uma cosmovisão negra africana, notáveis expoentes como veículo de transmissão de conhecimentos e de “uma comunicação social total”. Homens que, incansavelmente, percorreram a Savana em um solene ofício que visara transmitir, educar e disseminar um conhecimento sagrado e que, entre outros atores sociais, representa aquele conjunto de valores civilizatórios inerentes à “Africanidade”, à “África eterna e Imorredoura” (WALDMAN, 1998).



O patrimônio material negro africano e afro-brasileiro, conforme analisa o museólogo Raul Lody (2005), fundamenta as profundas relações entre a África e o Brasil: “[...] as comunidades afrodescendentes querem retomar testemunhos materiais de suas histórias, sociedades, para retornar assim os objetos às suas funções, desempenhando seus papéis, assumindo os verdadeiros significados” (*Ibidem*, p. 18). Esses vestígios, para esse pesquisador, são objetos para definir territórios e ideologias, apreciar, estudar, estabelecer relações, identificar grupos e se autoidentificar.

Logo, a exposição Africanidades Sul-Rio-Grandenses estará conceitualmente vinculada aos estudos sobre a cultura material¹⁸ e a cultura visual¹⁹ e analisará, sobretudo, os artefatos culturais Espada Africana (Sabre Mandinga) e Tambor Sopapo. Esses objetos conectam simbolicamente África e Rio Grande do Sul e suscitam interpretações sobre os trânsitos culturais, as relações entre sujeitos, objetos e seus significados associados aos valores civilizatórios, à força vital, e à resistência.²⁰

Concorrentemente, os escritos selecionados em organizações sociais, instituições museológicas, arquivos e jornais sobre associativismo, ações políticas, cultura e resistência propõem-se a tornar visíveis os fatos históricos vinculados à construção e à afirmação identitária negra sul-rio-grandense. Igualmente, as imagens pictóricas e fotográficas de mulheres negras e homens negros, agentes da cultura e da identidade, visam personificar a presença negra afirmativa em uma tradicional instituição museológica.²¹

A exposição Africanidades Sul-rio-grandenses vem suceder as interpretações sobre o negro ideologizadas em tempo pretérito, restritas ao período escravocrata, abolicionista, e cujos métodos para representação invisibilizaram as perspectivas sobre os trânsitos culturais, suprimiram o protagonismo, a contribuição e a resistência política e cultural por esses sujeitos (BITTENCOURT, 2014).²² Essa invisibilidade histórica também analisada por

¹⁸ Ver Pearce (2005) e Panofsky (2012).

¹⁹ Ver Meneses (2005).

²⁰ Ver Waldman (1998).

²¹ Ver Bittencourt (2013), Machado e Zubaran (2013) e Gomes (2016) sobre a invisibilidade negra em instituições museológicas sul-rio-grandenses. Ver Bittencourt (2005; 2008), Barbosa (2010) e Santos (2013) sobre a invisibilidade negra em instituições museológicas localizadas em outros estados brasileiros.

²² A coleção denominada Escravatura, composta por 37 objetos (entre gargalheiras, vira-mundo, bolas de ferro), foi subsídio em 2003, cento e quinze anos após a Abolição, para a exposição que se manteve efetiva por 11 anos no Museu Julio de Castilhos, com o título Período Escravista (MUSEU JULIO DE CASTILHOS).

Em crítica a essa exposição, Machado e Zubaran (2013) afirmam que essa ação (que exime qualquer referência a seus idealizadores) privilegiou os estereótipos racializados em relação à representação do negro, em uma visão dicotômica que ensina/comunica um comportamento apenas relacionado à acomodação ou à resistência e que vem a negligenciar as suas negociações sociais, os seus saberes, a sua história e as suas práticas culturais. Igualmente para Bittencourt (2013), em análise à mesma exposição, os métodos de representação do negro invisibilizaram as perspectivas teórico-metodológicas que contemplassem a diáspora africana (GILROY, 2001), a contribuição e a resistência política e cultural por esses sujeitos: “[...] a militância, os intelectuais e usuários



Gomes (2016), em estudo integrante a esse projeto sobre o Museu Julio de Castilhos, tornou-se embasamento conceitual à exposição.

Espada Africana (Sabre Mandinga) ²³ e Tambor Sopapo ocuparão o espaço central da exposição e unificarão simbolicamente África e Rio Grande do Sul, pela convergência entre os valores civilizatórios negro-africanos e negro sul-rio-grandenses e pela história associada a esses lugares e a esses sujeitos. Os núcleos propostos para a apresentação do tema serão evidenciados subseqüentemente, bem como seus objetivos, métodos e materiais (recursos expográficos e acervo) utilizados.

b) Objetivo geral

A exposição tem como objetivo visibilizar a história de resistência e de afirmação da identidade negra sul-rio-grandense, o protagonismo exercido pelos sujeitos negros, agentes de sua história, ao estabelecer a relação simbólica entre a África - com os grupos étnicos trazidos a esse território - e os negros sul-rio-grandenses, a partir de artefatos de sua cultura material, Espada Africana (Sabre Mandinga) e Tambor Sopapo. ²⁴

(1) NÚCLEO LINGUAGEM, RELIGIOSIDADE E RESISTÊNCIA

O módulo visa a analisar os artefatos culturais Espada Africana (Sabre Mandinga) e Tambor Sopapo, com base em sua materialidade. Logo, interpretar as relações entre sujeitos, objetos e seus significados - (in) visíveis - associados aos valores civilizatórios negro-africanos e sul-rio-grandenses sobre linguagem, religiosidade e resistência. ²⁵

(2) NÚCLEO ÁFRICA

negros recusam a visão estereotipada e deformada de suas realidades históricas e imagens socioculturais". (*Ibidem*, p. 15).

²³ Etnônimo que inclui vários povos da África Ocidental (do Mali à Costa do Marfim) falantes de línguas do grupo mandê. O mesmo que malinquê, mandenca e maninca (LOPES, 2011, p. 188). Segundo as pesquisas realizadas ao acervo Espada Africana, o artefato tenha sido manufaturado por esse grupo étnico (GOMES, 2014b).

²⁴ Segundo as pesquisas realizadas por Maestri (1993), em listas referentes ao tráfico escravista sulino entre 1802 e 1803, as etnias quimbundus, ovimbundus, libolo, kakongos, aos quais os lusitanos designavam, respectivamente, como "angola", "benguela", "rebolo" e "congo", eram os povos quantitativamente majoritários em territórios sul-rio-grandenses. Em sua pesquisa, Berute (2006) aferiu o percentual 71% aos sujeitos da África Centro Ocidental, com predomínio benguela e angola, 26% da África Ocidental e 3% da África Oriental, em período analisado, 1788 a 1802.

Para saber mais sobre as etnias citadas ver LOPES (2011).

²⁵ Proposição teórico-metodológica para interpretação de objetos segundo Panofsky (2012).

109





O eixo temático objetiva contextualizar a África, com histórias associadas aos povos mandinga - culturalmente vinculados à Espada Africana (Sabre Mandinga) - e aos principais grupos étnicos trazidos ao Rio Grande do Sul, simbolicamente vinculados ao tambor e seus atuais territórios em África. Os objetos artísticos contemporâneos expostos estarão relacionados a essas histórias, igualmente, narradas em projetores multimídia.²⁶

(3) NÚCLEO ASSOCIATIVISMO, EDUCAÇÃO; TRABALHO, CULTURA; TERRITORIALIDADE

Pautado pela historiografia oficial e pelas fontes primárias, como atas, impressos jornalísticos e mapas, o núcleo apresentará documentos sobre o associativismo, as ações políticas, a cultura e a resistência negra sul-rio-grandense. Propõem-se a publicizar os escritos segmentados a essa construção e a sua afirmação identitária.²⁷

(4) NÚCLEO PRESENÇA NEGRA

A seção almeja visibilizar mulheres negras e homens negros, agentes da cultura e da identidade negra afirmativa sul-rio-grandense, com sua exposição fotográfica e pictórica. O baobá será a árvore utilizada como base para as molduras e respectivas imagens, expostas em arranjo referente ao imaginário espacial africano.²⁸

c) Métodos para apresentação

²⁶ Proposição teórico-metodológica para interpretação de escritos e objetos segundo Waldman (1988), Pearce (2005), Panofsky (2012).

²⁷ Ver Gomes (2008; 2014a) sobre movimento negro, protagonismo negro, identidade negra e história e cultura afro-brasileira.

²⁸ Segundo Waldman (2011) "Uma das imagens mais emblemáticas da África são as portentosas árvores conhecidas como Baobá ou *Baobab*. Verdadeiro símbolo do continente, a sociedade tradicional africana reserva carinho apologético para esta árvore." (2011:224). Suas características, certamente, justificam as emoções que desperta: porte magnífico (30 metros de altura e 07 de circunferência), longevidade (séculos ou milênios), capacidade de resistir a longos períodos de seca (concentra 120.000 litros de água) e sua galhada fenomenal (formada por uma ramificação peculiar de galhos e ramos), seduzem qualquer um. Essa especificidade esclarece a coletânea de contos, lendas e provérbios com foco no Baobá (*Ibidem*).

Ainda conforme o autor, "para o africano tradicional, a concepção de um Espaço uniforme, regrado por finalidades laicas ou objetivas, é inconcebível. A Espacialidade está sempre ladrilhada em segmentos com funções, virtudes e valores afetivos específicos" (1998: 233). A Espacialidade está apoiada, quanto à sua articulação, em fluxos naturais, derivada de um cadenciamento pulsante do Espaço e declina de antemão da imposição de marcos rígidos, de fronteiras fixas e de limites carpintejados (*Ibidem*).



Para a exposição Africanidades Sul-Rio-Grandenses será utilizado o **Plano Radial** como percurso expositivo. Esse método permite que os visitantes perambularem e retornem para um lugar central. O modo permite dividir uma exposição em distintas áreas de objetos com um centro que unifica as partes da exposição (McLEAN, 1993).

A Espada Africana (Sabre Mandinga) e o Tambor Sopapo serão elementos centrais da exposição e unificarão os outros três núcleos, citados anteriormente, pela convergência simbólica entre os valores civilizatórios negro-africanos e negro sul-rio-grandenses. Ambos os objetos-documento, Espada e Tambor, representam resistência, preservam a cultura ancestral e assim relacionam-se aos outros objetos expostos.

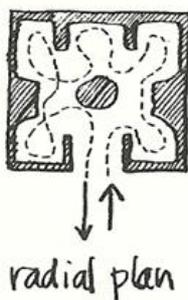


Figura 142 - Plano Radial. Fonte: McLEAN (1993).

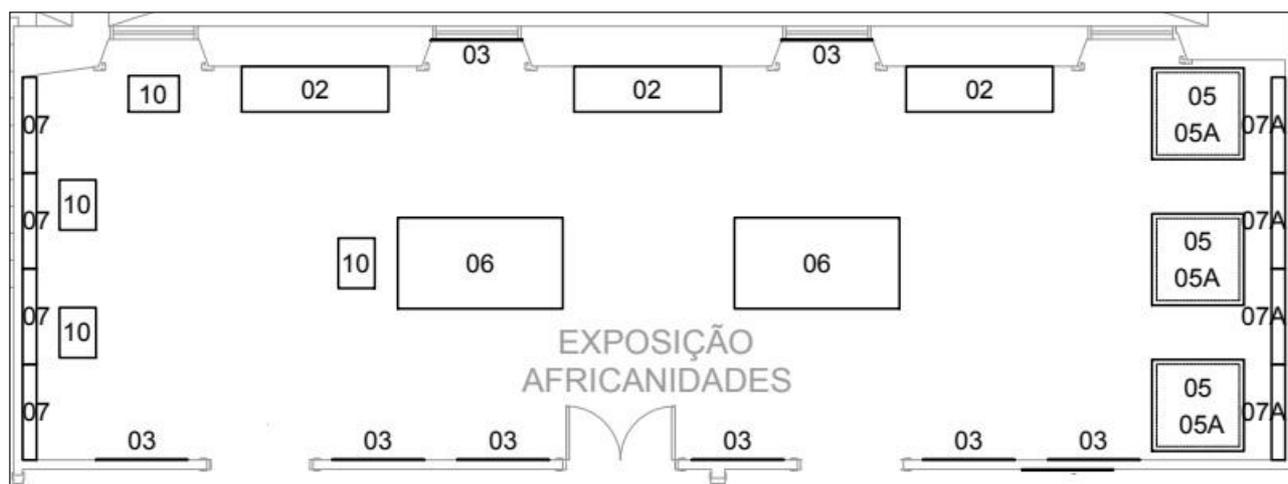


Figura 143–Vista Exposição “Africanidades Sul-Rio-Grandenses”.



d) Recursos materiais

Correspondem aos elementos físicos da exposição: espaço, forma, luz, cor, objeto, suportes, som, movimento, recursos multimídia, recursos digitais (SCHEINER, 2006).

Serão apresentados conforme os núcleos expositivos (1) Linguagem, Religiosidade e Resistência; (2) África; (3) Núcleo Associativismo, Educação; Trabalho, Cultura; Territorialidade e; (4) Presença Negra. Em resumo, a exposição terá como recursos materiais:

- Para expor o acervo: (02) duas vitrines, (03) três mapotecas, (03) três suportes, (04) paredes falsas para obras e fotografias, (04) quatro paredes falsas para embutir TV's;
- Para os textos curatoriais: (08) seis painéis trilingues (português, inglês e espanhol);
- Para as informações sobre o acervo e o seu isolamento: (04) quatro totens *touch screen*, (01) um pedestal organizador com legendas integradas.

(1) NÚCLEO LINGUAGEM, RELIGIOSIDADE E RESISTÊNCIA

RECURSOS EXPOGRÁFICOS

- 06: Vitrine para expor o Tambor Sopapo.
- 06: Vitrine para expor a Espada Africana (Sabre Mandinga).
- 03: Painéis para textos curatoriais trilingue (português, inglês e espanhol).
- 03a: Plotagem com textos sobre a exposição, o núcleo e a ficha técnica.
- 10: Totem *touch screen* com informações complementares sobre o acervo exposto e som.

112





TOTEM (REF. 10)



Figura 144 - Totem touch screen com tela inclinada. Comercializado por Aqua. Disponível em: <<https://www.aqua.com.br/equipamentos-interativos/>>. Acesso em 05 out 2017.

ACERVO (VITRINE REF.06)

OBJETO/ICONOGRAFIA

IMAGEM

(01) Tambor Sopapo. Modelo ilustrativo. O objeto será obtido por campanha de doação específica. Disponível em: <https://pontodeculturaesaudeventrelivre.files.wordpress.com/2015/11/20151110_184746>. Acesso em 20 jun. 2016.



ACERVO (VITRINE REF.06)

(01) Espada Africana.
Acervo Museu Julio de Castilhos.
Número de registro 1112/Am.
Comprimento: 85 cm.
Espada Africana (Sabre Mandinga).
Créditos da imagem: Thais Franco.



Quadro 5 – Acervo.

ACERVO (TOTEM REF.10)

Trilha sonora a ser produzida com o som emitido pelo Tambor Sopapo e informações complementares sobre o acervo exposto.



O acervo indicado para esse núcleo possui pesquisas científicas, publicadas em livros, artigos, monografias, dissertações e/ou teses que serão apresentadas resumidamente em totens *touch screen*.

(2) NÚCLEO ÁFRICA

RECURSOS EXPOGRÁFICOS

- 03: Painel para textos curatoriais trilingue (português, inglês e espanhol).
- 03a: Plotagem com texto sobre o núcleo.
- 03b: Mapa - África, grupos étnicos, tráfico transatlântico e rotas ao Brasil.
- 05: Suporte para expor objetos, arrolados abaixo.
- 07a: Parede falsa para embutir os televisores.
- 12: Telas para projeção, vídeo sobre a África e grupos étnicos trazidos ao Brasil.

ACERVO (SUPORTE REF.05)

OBJETO	IMAGEM
<p>(01) Reprodução artística em madeira de um Baobá. O objeto será obtido por campanha de doação específica. Dimensões proporcionais ao expositor. Referência da imagem: http://www.culturamix.com/wp-content/gallery/o-destino-do-cacador/o-destino-do-cacador-wilbur-smith-01.jpg. Modelo ilustrativo.</p> <p>ACERVO (SUPORTE REF.05)</p>	
<p>(01) Objeto artístico em ferro. O objeto será obtido por campanha de doação específica. Dimensões proporcionais ao expositor. Referência da imagem: https://i.ytimg.com/vi/OLpL39jZXGQ/maxresdefault.jpg Modelo ilustrativo.</p> <p>ACERVO (SUPORTE REF.05)</p>	
<p>(01) Reprodução artística de uma bolsa mandinga em couro. O objeto será obtido por campanha de doação específica. Dimensões proporcionais ao expositor. Referência da imagem: http://www.marciafernandes.com.br/site/wp-content/uploads/2013/10/pode_mandinga.jpg Modelo ilustrativo.</p> <p>ACERVO (PROJEÇÃO REF.12)</p>	
<p>Vídeo a ser produzido com animação de A Epopeia Mandinga (NIANE, 1982),</p>	

114





literaturas africanas, Ilha de Gorée, atuais territórios africanos. Referência: Vídeo Viajando pela África com Ibn Battuta. Autor José Rivair Macedo. Imagem ilustrativa.



Quadro 6 - Acervo

O acervo indicado para esse núcleo possui pesquisas científicas, publicadas em livros, artigos, monografias, dissertações e/ou teses, que serão apresentadas resumidamente em totens *touch screen*.

(3) NÚCLEO ASSOCIATIVISMO, EDUCAÇÃO; TRABALHO, CULTURA; TERRITORIALIDADE

RECURSOS EXPOGRÁFICOS

- 02: Vitrine de mesa com gavetas para expor documentos, arrolados abaixo.
- 03: Painéis para textos curatoriais trilingue (português, inglês e espanhol).
- 03a: Plotagem com textos sobre o núcleo.
- 10: Totem *touch screen* com informações complementares sobre o acervo exposto.

ACERVO (VITRINE DE MESA COM GAVETAS REF.02) (Associativismo e Educação)

DOCUMENTO /TEMÁTICA	IMAGEM
(01) Jornal O Exemplo	Acervo a ser criado
(02) Revista Tição	Acervo a ser criado
(03) Jornal A Voz do Escravo	Acervo a ser criado
(04) Jornal A Alvorada	Acervo a ser criado
(05) Sociedade Floresta Aurora	Acervo a ser criado
(06) Frente Negra Pelotense	Acervo a ser criado
(07) Satélite Prontidão	Acervo a ser criado
(09) Igreja Nossa Senhora do Rosário	Acervo a ser criado
(10) Sociedade Parthenon Literário	Acervo a ser criado
(11) União dos Homens de cor	Acervo a ser criado
(12) Primeiro Congresso Nacional do Negro	Acervo a ser criado
(13) Movimento Negro Unificado	Acervo a ser criado
(14) Grupo Palmeares	Acervo a ser criado
(15) Movimento de Mulheres Negras	Acervo a ser criado
(16) Liga da Canela Preta	Acervo a ser criado

115





ACERVO (VITRINE DE MESA COM GAVETAS REF.02) (Trabalho e Cultura)

(01) Trabalho nas charqueadas	Acervo a ser criado
(02) Trabalho no campo	Acervo a ser criado
(03) Trabalho nas cidades	Acervo a ser criado
(04) Resistência à escravidão	Acervo a ser criado
(05) Lanceiros Negros	Acervo a ser criado
(06) Procissão de Iemanjá(N ^a Sra. dos Navegantes)	Acervo a ser criado
(07) Clube Náutico Marcílio Dias, Porto Alegre	Acervo a ser criado
(08) Clube Fica aí pra ir dizendo, Pelotas	Acervo a ser criado
(09) Clube Guarani, Arroio Grande	Acervo a ser criado
(10) Clube 24 de agosto, Jaguarão	Acervo a ser criado
(11) Sociedade Estrela do Oriente, Rio Grande	Acervo a ser criado
(12) Clube Cultural Braço e Braço, Rio Grande	Acervo a ser criado
(13) Clube Chove e Não Molha, Rio Grande	Acervo a ser criado

ACERVO (VITRINE DE MESA COM GAVETAS REF.02) (Territorialidade)

(01) Campo da Redenção	Acervo a ser criado
(02) Passarela do samba e grupos carnavalescos	Acervo a ser criado
(03) Colônia Africana	Acervo a ser criado
(04) Bairro Restinga	Acervo a ser criado
(05) Ilhota	Acervo a ser criado
(06) Areal da Baronesa	Acervo a ser criado
(07) Esquina Democrática	Acervo a ser criado
(08) Largo Zumbi dos Palmares	Acervo a ser criado
(09) Cidade Baixa	Acervo a ser criado
(10) Museu do Percurso do Negro	Acervo a ser criado
(11) Museu Treze de Maio	Acervo a ser criado
(12) Mercado Público	Acervo a ser criado
(13) Quilombos urbanos	Acervo a ser criado
(14) Religiosidades	Acervo a ser criado

Quadro 6 - Acervo

O acervo selecionado para esse núcleo possui pesquisas científicas, publicadas em livros, artigos, monografias, dissertações e/ou teses, vinculadas aos espaços que representam e serão apresentadas resumidamente em totens *touch screen*.

116





A campanha específica para aquisição de acervo para a Exposição Africanidades Sul-rio-grandenses, a ser realizada concomitantemente às obras para adequação e restauro do Museu Julio de Castilhos, viabilizará as escolhas sobre o acervo a ser exposto e sobre o arranjo, cujas imagens estarão ordenadas.

(4) NÚCLEO PRESENÇA NEGRA

RECURSOS EXPOGRÁFICOS

- 03: Painel para textos curatoriais trilingue (português, inglês e espanhol).
- 03a: Plotagem com texto sobre o núcleo.
- 07: Parede falsa para expor telas e fotografias, arroladas abaixo.
- 07b: Plotagem baobá.
- 07c: Molduras para as telas, fotografias e espelhos.
- 07d: Espelhos como recurso expográfico.
- 07e: Pedestal organizador com informações sobre o acervo exposto.
- 10: Totens *touch screen* com informações complementares sobre o acervo exposto, arrolado abaixo, e vídeo sobre oralidades e corporeidade.

PLOTAGEM BAOBÁ (REF. 07b) APLICADA SOBRE PAREDE FALSA (REF.07).

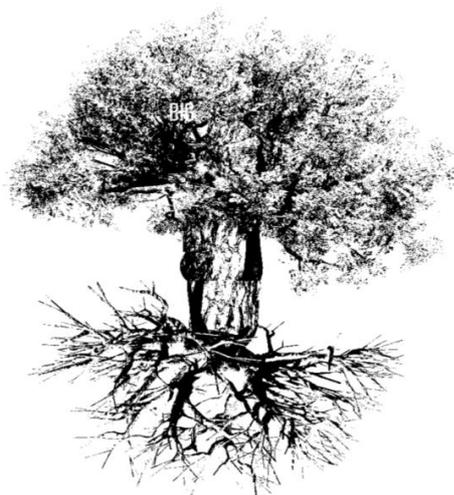


Figura 145 - Baobá com raízes. Modelo para plotagem. Disponível para uso com licença em: <<https://www.bigstock.com.br/image-19599452/stock-photo-baob%C3%A1-velha-alta-resolu%C3%A7%C3%A3o-isolado-no-branco-com>>

117





MOLDURAS (REF. 07c)



Figura 146 - Moldura. Modelo disponível para comercialização em: <<https://pt.aliexpress.com/item/Floral-Photo-Frame-Round-Frame-Picture-Frame-Holder-Wedding-Home->>>. Acesso em 05 out 2017.

ACERVO (PAREDE FALSA REF. 07): 28 imagens e 02 espelhos

OBJETO/ ICONOGRAFIA	IMAGEM
(01) Tela a óleo Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Acervo: Museu Julio de Castilhos. Dimensões: 68,8 cm x 58,5. Número de registro:	
(02) Fotografia de Luiza Helena de Bairros, a ser obtida por campanha de doação específica. Imagem ilustrativa. Disponível em: < ">https://exame.abril.com.br/brasil/dilma-lamenta-morte-da-ex-ministra-da-igualdade-racial/> >. Acesso em 13 jul. 2016.	
(03) Fotografia de Carlos Santos, a ser obtida por campanha de doação específica. Imagem ilustrativa. Disponível em: < ">http://www.nacaoz.com.br/2015/events/o-universo-das-gentes-do-mar-e-a-identidade-negra-nos-discursos-e-praticas-politicas-de-carlos-santos-1959-1974/> >. Acesso em 14 jul. 2016.	

118





(04) Fotografia de Oliveira Silveira, a ser obtida por campanha de doação específica. Imagem ilustrativa.

Disponível em:
<<http://www.poesiaspoemaseversos.com.br/o-poeta-da-consciencia-negra-oliveira-silveira-poemas/>>. Acesso em 14 jul. 2016.



(05) Fotografia de Custódio Joaquim de Almeida, o “Príncipe”, a ser obtida por campanha de doação específica. Imagem ilustrativa. Disponível em:
<<http://www.viamaoantigo.com.br/historias-01.htm>>. Acesso em 14 jul. 2016.



(06) Fotografia de Dr. Luciano Raul Panatieri, a ser obtida por campanha de doação específica. Imagem ilustrativa. Disponível em:
< <https://www.flickr.com/photos/muhmrs/15707744716>>.
Acervo: Museu de História da Medicina.

(07) Fotografia de João Cândido Felisberto, “o almirante negro” a ser obtida por campanha de doação específica. Imagem ilustrativa. Disponível em:
<<http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/historia-e-memoria/2014/07/17/jo%C3%A3o-c%C3%A2ndido>>



(08) Fotografia de Dr. Alcides Freitas da Cruz, a ser obtida por campanha de doação específica. Imagem ilustrativa. Disponível em: < <https://www.ihgrgs.org.br/fragmentos/Biblioteca%20-%20Homenagem%20Alcides%20Cruz.pdf>>.
Acervo: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.



(09) Fotografia de Geraldina da Silva, a ser obtida por campanha de doação específica. Imagem ilustrativa. Fonte: PEREIRA, 2005, p. 127.



119



(10) Fotografia de Lupicínio Rodrigues, a ser obtida por campanha de doação específica. Imagem ilustrativa. Disponível em: <<http://www.portalcbn Campinas.com.br/2016/02/lupicinio-rodrigues/>>. Acesso em 13 jul. 2016.



(11) Paulino Azurenha	Acervo a ser criado
(12) Ivette Nunes	Acervo a ser criado
(13) Sônia Maria Rangel Paim	Acervo a ser criado
(14) Veridiano Farias	Acervo a ser criado
(15) Zenóbia Lúcia de Deus	Acervo a ser criado
(16) Honorina Corrêa	Acervo a ser criado
(17) Maria Helena Vargas da Silveira	Acervo a ser criado
(18) Tereza Franco	Acervo a ser criado
(19) José Alves de Bitencourt	Acervo a ser criado
(20) Nelma Oliveira Soares	Acervo a ser criado
(21) Rubinei Machado	Acervo a ser criado
(22) Sandra Maria Correa Noronha	Acervo a ser criado
(23) Luís Carlos Amaro	Acervo a ser criado
(24) Oscarina Mathias Rocha	Acervo a ser criado
(25) Felisberta da Silva	Acervo a ser criado
(26) Manuel da Conceição Silva Santos	Acervo a ser criado
(27) Arthur Rocha	Acervo a ser criado
(28) Maria Oscarlina Mathias Rosa	Acervo a ser criado

Quadro 7 – Acervo.

ACERVO (TOTEM REF. 10)

Vídeo a ser produzido sobre as oralidades negras sul- rio-grandenses.

Vídeo a ser produzido sobre a corporeidade afro sul-rio-grandense.

Os sujeitos indicados para esse núcleo, todos *in memoriam* e representados por sua imagem, tiveram sua trajetória histórica publicada em revistas científicas, publicadas em

120



livros, artigos, monografias, dissertações e/ou teses e serão apresentadas resumidamente nos totens.

A campanha específica para aquisição de acervo para a Exposição Africanidades Sul-rio-grandenses, a ser realizada concomitantemente às obras para adequação e restauro do Museu Julio de Castilhos, viabilizará as escolhas sobre o acervo a ser exposto e sobre o arranjo ao qual as imagens estarão ordenadas.

ARRANJO PARA AS IMAGENS SOBRE PLOTAGEM (21-a)



Figura 147 - Esboço para o arranjo das imagens sobre a plotagem (Baobá). Criação dos autores.

4.4.4 A Construção do Gaúcho

Área: 45,28 m²

Localização: A51.

a) Apresentação do tema

O vocábulo gaúcho, com origem etimológica incógnita, surgiu em regiões platinas como *gaucho* e em território rio-grandense como gaúcho para caracterizar o grupo gaudério

121





formado por brancos, índios, mestiços e negros que primitivamente se reuniam em acampamentos charruas e minuanos²⁹, marginalizados pela sociedade latifundiária e pecuarista. O primeiro tipo surgiu, em 1617, em Santa Fé “quando *mozos perdidos*, vestidos e agindo semelhante aos charruas, assaltavam as estâncias” (CONI *apud* FLORES, 2008, p 269).³⁰

Pós 1800, o termo gaúcho se generalizou para indicar o grupo social que perambulava pelos campos, sem registro em freguesia. Em 1820, o botânico e naturalista Auguste de Saint-Hilaire, em seus apontamentos escritos - em “Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)” - sobre os costumes e as paisagens brasileiras, atribuiu o título campeiro aos que trabalhavam em estâncias e gaúcho ao pilhador que se engajava em exércitos português e espanhol (*Ibidem*).³¹

Os registros imagéticos sobre hábitos, vestuários, danças, costumes, celebrações locais foram compostos pelo artista francês Jean-Batiste Debret, em Missão Artística Francesa. Conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2016) ao retratá-los, o pintor “torna-se um artista a serviço do registro histórico”. Para o escritor Antônio Carlos Villaça, em seu ensaio “Debret, um itinerário de amor”, à obra de Debret há um “cheiro de povo” (*Ibidem*).³²

²⁹ Sobre o protagonismo ameríndio e a formação do Rio Grande do Sul ver “Os nativos Charrua/Minuano, Guarani e Kaingang: o protagonismo indígena e as relações interculturais em territórios de planície, serra, e planalto do Rio Grande do Sul”, em Fernando Laroque (2011).

³⁰ Conforme Maria Eunice Maciel (2007) foi no cenário marcado pelo “binômio gado-guerra” em que emergiu o gaúcho e que lhe conferiu significado. Historicamente, o gaúcho está associado aos primórdios da ocupação europeia à zona fronteira. O território compreendido pelo sul do Brasil, Uruguai e Argentina e os propósitos para a expansão colonial entre as coroas, espanhola e portuguesa, fez com que se chocassem frontalmente, e se tornassem palco de lutas de fronteiras que definiram limites territoriais e pertencimentos nacionais (*Ibidem*). Ao retratar exclusivamente o gaúcho brasileiro, embora enfatize o processo semelhante aos três países, a autora informa que o gaúcho passou à condição de marginal, em primeiros tempos de ocupação e colonização, a herói: “o gaúcho, o guasca, o gaudério era o marginal, “sem lei nem rei”, aquele que “morava na sua camisa, debaixo de seu chapéu” e que percorria, sozinho ou em bandos, aquela “terra de ninguém” que seria depois o Rio Grande do Sul” (2007:02).

³¹ Márcio Ezequiel (1999) ao examinar os “visitantes” e suas impressões sobre a Província Rio-grandense, afirma que, no mínimo, quatro nomes se sobressairam na produção de uma historiografia local: John Luccock, Nicolaus Dreys, Auguste de Saint-Hilaire e Arsene Isabelle. Segundo o autor, os relatos tornaram-se relevantes como fonte histórica para o estudo das primeiras décadas do século XIX no Rio Grande do Sul, quer fossem suas motivações para as viagens: científicas, comerciais, aventura e inusitado (*apud* BASSO, 2003).

³² Jean-Batiste Debret (1768-1848) foi pintor e desenhista, um dos principais artistas da Missão Artística Francesa. Legou um amplo registro sobre os costumes e a paisagem brasileira. Frequentou a Academia de Belas Artes na França, foi aluno do pintor Jacques-Louis David, principal nome do neoclassicismo francês. Atuou como professor de pintura histórica na Academia Imperial de Belas Artes no Brasil, entre 1826 e 1831. Em 1829, promoveu a Exposição da Classe de Pintura Histórica da Imperial Academia das Belas Artes, a primeira mostra pública em território nacional.

A Missão Artística Francesa chegou ao Brasil em 25 de março de 1816, e resultou na Fundação da Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro em 1826. Representou, portanto, a profissionalização artística, formando uma geração de pintores e arquitetos (IPHAN, 2016). Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema ver “Debret e a Missão Artística Francesa de 1816: aspectos da constituição da arte acadêmica no Brasil”, por Anderson Trevisan (2007).



Sem as gravuras seria escasso o conhecimento sobre as primeiras décadas do século XIX, Brasil Colonial, em seus aspectos sociais, etnográficos, em suas paisagens urbanas e rurais, e em registros sobre os tipos humanos e as cenas cotidianas. Em terras sulinas, realizou estudos sobre tipos da província e a região. Jean-Batiste Debret retornou à França, em 1831, e o seu acervo originou o livro “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil”, em três volumes (*Ibidem*).

Posteriormente, João Cezimbra Jacques considerou, em seus escritos, o gaúcho como uma classe nômade mestiça, especialmente formada por brancos e índios, outrora valorosa, leal, hospitaleira, e liberta à própria vida, vivendo em estâncias às lides pastoris e guerreiras e ao contrabando (FLORES, 2008). O “Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul”, publicado em 1883, primeiro livro escrito e publicado por um santa-mariense, está incluído entre as obras pioneiras a retratar o Rio Grande (UFMS).³³

Sequencialmente, tornara-se gaúcho “o habitante rural descendente desse tipo forte, destemido nas pelejas e nas ardorosas lides pastoris” (FLORES, 2008, p 269). Literatos como Alcides Maya, Augusto Meyer, Simões Lopes Neto, Vargas Neto, Salis Goulart e poetas tradicionalistas conferiram continuidade ao mito sobre o gaúcho (*Ibidem*). Luiz Carlos Barbosa Lessa apresentou sua tese-matriz para o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), “O sentido e o Valor do Tradicionalismo”, em 1954 (OLIVEN, 1985).³⁴

Os anos-chave para o Tradicionalismo Gaúcho, segundo Ruben Oliven (1985), foram 1948 e 1954. Correspondem, respectivamente, ao primeiro Centro de Tradições Gauchescas, o 35 CTG, e ao evento realizado em Santa Maria, - em que Lessa apresentou sua tese - o primeiro congresso a reunir os vários Centros de Tradições que se proliferam

³³ João Cezimbra Jacques teceu considerações a respeito da vida, usos e costumes dos indígenas sul-riograndenses, registrados em seu “Ensaio Sobre os Costumes do Rio Grande do Sul” (1883) e em “Assuntos do Rio Grande do Sul” (1911). As obras versam sobre história, geografia, usos e costumes e temas como música, poesia, danças populares, crendices e superstições, aspectos lúdicos, culinária, indumentária, pelagens bovina e equina, lendas em sua pureza primitiva, e outros aspectos da vida do homem do campo e a faina pastoril (MARIANTE, 1999). Conforme Hélio Marante (1999), “um estudo sério da formação do homem no pampa sul-brasileiro não pode prescindir de consultar a obra de Cezimbra Jacques” (1999:04). Com sua inspiração e proselitismo foi criado o Grêmio Gaúcho, em Porto Alegre, no dia 22 de maio de 1898, “núcleo primeiro no culto sistematizado das tradições sul-riograndenses” (*Ibidem*). Foi o “primeiro iniciador de sociedades dessa ordem no Rio Grande do Sul” (CEZIMBRA JACQUES *apud* MARIANTE, 1999, p. 04) com a fundação do Grêmio Gaúcho. Esse motivo o levou ao título de Patrono do Tradicionalismo Gaúcho. Está entre os intelectuais gaúchos que fundaram a Academia de Letras do RS, onde ocupou a cadeira de Crítica e História, patrono da cadeira nº 19 da atual Academia Rio-Grandense de Letras. Compôs os primeiros adeptos ao positivismo no Rio Grande do Sul; integrado à política, foi um dos fundadores do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), em 1880 (*Ibidem*).

³⁴ Segundo Maria Eunice Maciel (2005), Luiz Carlos Barbosa Lessa foi um dos mais importantes estudiosos das tradições gaúchas e um dos fundadores do Tradicionalismo Gaúcho. Ele estabeleceu a distinção entre cultura tradicionalista e cultura tradicional: Barbosa Lessa atribuiu à “cultura tradicionalista” o conjunto de manifestações pertencentes ao tradicionalismo. “Segundo esse autor [Barbosa Lessa] ao criarem o movimento, seus fundadores pretendiam criar algo cuja base fosse a cultura tradicional, mas adaptada às mais diversas situações de tempo e espaço, daí surgindo algo novo, a “cultura tradicionalista”” (*apud* MACIEL, 2005, p. 449).



em seis anos. O nome 35 CTG evoca a Revolução Farroupilha (1835-1845), fundamento para a “fabricação do gaúcho” (OLIVEN, 1985, p. 79).³⁵

O aparelho estatal sul-rio-grandense recebeu o alcance do Tradicionalismo e sob a influência do Movimento Tradicionalista Gaúcho criou o Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF), dirigido por tradicionalistas. Mantém o Galpão Crioulo no Palácio Piratini (título que evoca a República Farroupilha) onde se homenageia as autoridades vindas ao Rio Grande do Sul e se comemora o vinte de setembro, em alusão à Proclamação da República Rio-Grandense (*Ibidem*).

Consequentemente, ao examinar o conteúdo relativo ao gaúcho e as coleções museológicas, ampliou-se o horizonte para orientar as estratégias para a exposição “A Construção do Gaúcho”. Em síntese, sua base teórica aplicada à prática, relacionará os Estudos Culturais sobre cultura visual e o significado intrínseco às imagens - com aportes teórico-metodológicos respectivamente propostos por Ulpiano Meneses (2005), sobre imagem, visual, (in) visível e visão³⁶, e Erwin Panofsky (2012) - aos estudos sobre a cultura material.

A galeria organizada, em 1955, “Tradições Gaúchas”, sob a administração e os trabalhos feitos por Dante de Laytano, diretor do Museu Julio de Castilhos à época, tornaram-se fundamento para a atual exposição, sobretudo em relação ao conhecimento sobre esses objetos, conforme narra Laytano (1955),

Outra iniciativa da atual direção foi aparelhar o Museu com elementos informativos, sobre as tradições gaúchas, pois os visitantes de outras regiões brasileiras, e mesmo os estrangeiros mostram o maior interesse, sempre, pelas coisas regionais do Rio Grande.

Formamos, assim, duas coleções inteiramente novas:

Indumentária Gaúcha - Mais de 30 quadros coloridos, devidamente explicados, conforme o testemunho escrito pelos viajantes, sobre o traje do homem e da mulher, no pampa brasileiro, que é o nosso Estado. Trabalhos estes realizados por Isolde Brans.

Miniaturas – Uma coleção de perto de 40 esculturas, em miniatura de Ovídio de Guimarães, reproduz cenas, costumes e tipos mais comuns da vida do campo e uma série de figuras populares de Porto Alegre [...]

³⁵ A Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos, ocorrida entre 1835 e 1845, foi, segundo Fábio Kühn (2004), fundamental para a constituição da identidade do Rio Grande do Sul como nenhum outro conflito na história regional. Conforme o autor, “o episódio forneceu uma série de elementos que ainda hoje compõem o imaginário político gaúcho. Inerentes a essa autopercepção são os valores associados à liberdade, ao caráter guerreiro e à independência em relação ao poder central” (2004:79-80). Para saber as principais causas do conflito, ver Kühn (2004).

³⁶ Conforme Meneses (2005), em sua proposição teórica, esses insumos permitem investigar a visualidade, concebida como “um conjunto de discursos e práticas que constituem formas distintivas de experiência visual em circunstâncias historicamente específicas” (CHANEY *apud* MENESES, 2003, s.p.).



(MUSEU JULIO DE CASTILHOS, LIVRO DE CORRESPONDÊNCIAS, 1955, *apud* SOUZA, 2014, p. 94-5).

As coleções museológicas, para Zita Possamai (2002) constituem um profícuo campo para as investigações em cultura material e para o conhecimento científico. Associados a problemáticas específicas à pesquisa e aos fenômenos sociais, os objetos integram peculiares evidências sobre os sujeitos e o ambiente. Igualmente, para Meneses (1992; 2010) as classificações sobre a museália imprescindem às críticas para além de uma celebração estética, simbólica e/ou afetiva e, igualmente, às caracterizações lógicas, estanques e unívocas que fragmentam a informação.

Logo, a abordagem museográfica contemplará os objetos e suas originais sociedades, as reflexões e significações para a cultura local; a história relacionada ao seu uso e a sua função, suas relações com o ambiente; seu significado para o seu tempo e o seu lugar, suas informações estéticas, simbólicas e sensoriais, coletivas ou individuais (PEARCE, 2005). Os artefatos, segundo Susan Pearce (2005), preservam singulares informações sobre o espaço natural, as sociedades e seus processos organizacionais.

Os três núcleos propostos para a apresentação do tema referem-se, portanto, às representações e aos objetos que compõem a típica indumentária gaúcha. Esses vestígios materiais, ligados à cotidianidade regional, tornam-se essenciais às análises sobre a composição cultural gaúcha, enquanto as fontes imagéticas e os escritos, utilizados em outros núcleos, propõem-se a tornar visíveis os registros históricos visuais sobre o gaúcho, suas interpretações e seu consumo. Seus respectivos objetivos, métodos e materiais serão apresentados a seguir.

b) Objetivo geral

A exposição tem como objetivo analisar o significado intrínseco ao conteúdo relativo à construção, às influências e à composição cultural, o visível e a visualidade, em representações imagéticas, relatos de viagem e em artefatos culturais - alusivos à indumentária e aos acessórios, - que tradicionalmente associa-se como símbolo à identidade oficial sul-rio-grandense: o Gaúcho.³⁷

³⁷ Sobre a proposição teórico-metodológica associada à descrição pré-iconográfica, a análise iconográfica e a interpretação iconológica ver Panofsky (2012). Sobre os estudos relacionados à indumentária gaúcha ver Fagundes (1985) e Fiorin (2009).





(1) NÚCLEO A COTIDIANIDADE REGIONAL E OS ARTEFATOS CULTURAIS

O eixo temático objetiva reconstruir cenograficamente, em perspectiva explodida, segundo as análises aos registros, os vestígios/artefatos culturais peculiares à cotidianidade regional, frente a compreensão sobre os motivos, imagens, estórias e alegorias expressos por Jean-Batiste Debret, viajantes-naturalistas franceses - Auguste de Saint-Hilaire, Arsene Isabelle, Nicolaus Dreys, Aimé Bompland³⁸ - John Luccock em suas respectivas obras.

(2) NÚCLEO A TRADIÇÃO GAÚCHA E A CULTURA TRADICIONAL

O núcleo propõe-se a realizar análise pré-iconográfica e iconográfica à representação composta pelo artista francês Jean-Batiste Debret, em sua viagem ao Sul do Brasil, e às imagens pelo fotógrafo Wolfgang H. Harnisch Júnior³⁹, em “Costumes Gauchescos”, frente às suas interpretações sobre os costumes regionais. Ou seja, enumerar-se-ão os motivos artísticos - lenço, espora, boleadeiras - e se classificarão as evidências para as tradições peculiares ao simbolismo gaúcho.

(3) NÚCLEO O TRADICIONALISMO GAÚCHO E A CULTURA TRADICIONALISTA

O módulo visa a evidenciar a trajetória histórica envolta à “fabricação do gaúcho”, com base em sua indumentária, a “pilcha gaúcha”, oficializada como traje de honra e de uso preferencial no Rio Grande do Sul, conforme os ditames e as diretrizes traçadas pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho; fato estritamente relacionado à ideologia e à cultura tradicionalista regional, ou seja, o conjunto de manifestações pertencentes ao tradicionalismo gaúcho.⁴⁰

³⁸ A tese, fruto da pesquisa de doutorado realizada por Marise Amaral (2003), auxilia essa construção à medida que apresenta os relatos feitos por quatro viajantes-naturalistas franceses - Auguste de Saint-Hilaire, Arsene Isabelle, Nicolaus Dreys e Aimé Bompland -, que estiveram no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX. A pesquisa investiga a produção cultural da natureza engendrada nas formas como esses naturalistas narraram as diferentes paisagens do Rio Grande do Sul. Analisa, portanto, como a percepção sobre o que se considera natureza está profundamente marcada por construções estéticas, culturais e históricas, processadas em meio a intensas negociações e disputas.

³⁹ Wolfgang H. Harnisch Júnior nasceu na Checoslováquia, fugiu da Alemanha nazista, chegando ao Brasil em 1939. No mesmo ano iniciou sua jornada pelo Rio Grande do Sul e produziu as fotos pertencentes ao álbum “Costumes Gauchescos”, publicado em 1940, em parceria com a Editora Globo e a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (FONTE).

⁴⁰ Lei nº 8.813, de 10 de janeiro de 1989. Oficializa como traje de honra e de uso preferencial no Rio Grande do Sul, para ambos os sexos, a indumentária denominada “PILCHA GAÚCHA” (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO, 10 de janeiro de 1989).



c) Métodos para apresentação

Para a exposição “A Construção do Gaúcho” será utilizado o **Plano Radial** como percurso expositivo. Esse método permite que os visitantes perambularem e retornem para um lugar central. O modo permite dividir uma exposição em distintas áreas de objetos com um centro que unifica as partes da exposição.

O núcleo central conterá objetos que compõem a típica indumentária gaúcha e estarão expostos em vitrine visualizável em 360°, com cenografia em perspectiva explodida, com vestígios materiais, relacionados à cotidianidade regional. As fontes imagéticas utilizadas propõem-se a tornar visíveis os registros visuais sobre o gaúcho.

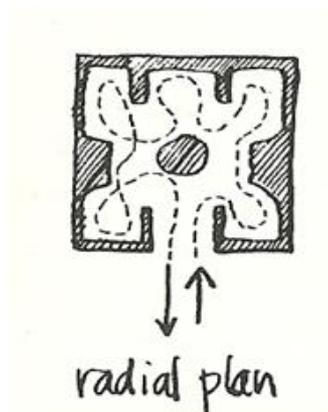


Figura 148 - Plano Radial. Fonte: McLEAN, 1993.

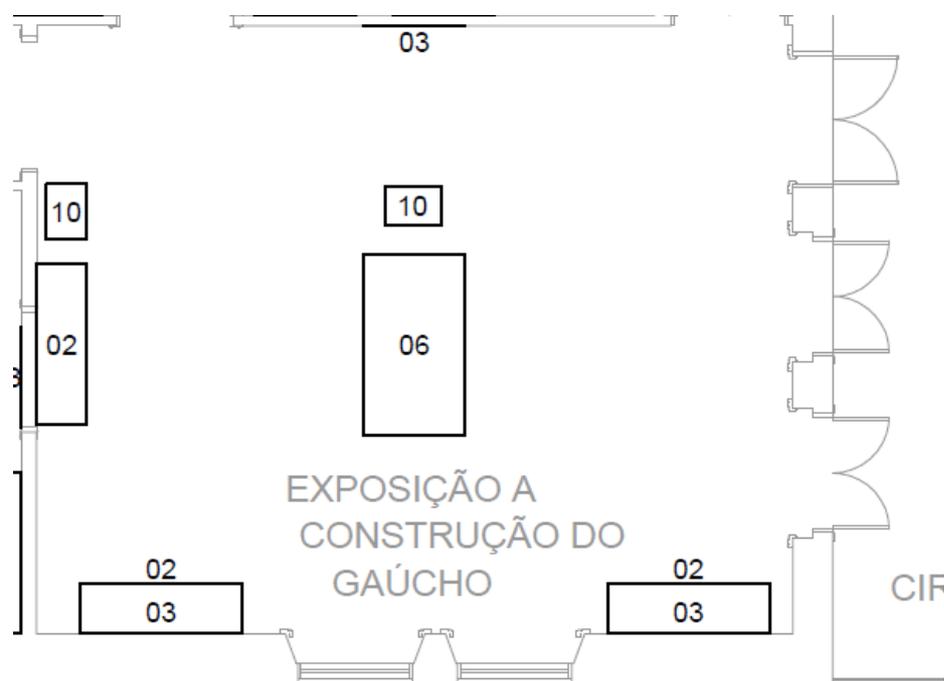


Figura 149 - Vista Exposição A Construção do Gaúcho.

d) Recursos materiais

Correspondem aos elementos físicos da exposição: espaço, forma, luz, cor, objeto, suportes, som, movimento, recursos multimídia, recursos digitais (SCHEINER, 2006).

Serão apresentados conforme os núcleos expositivos (1) A cotidianidade regional e os artefatos culturais; (2) A tradição gaúcha e a cultura tradicional; e (3) O tradicionalismo gaúcho e a cultura tradicionalista. Em resumo, a exposição terá como recursos materiais:

- Para expor o acervo: (01) uma vitrine, (03) três vitrines de mesa com gavetas.
- Para os textos curatoriais: (03) três painéis trilingues (português, inglês e espanhol);
- Para as informações sobre o acervo e o seu isolamento: (02) quatro totens *touch screen*.

(1) NÚCLEO A COTIDIANIDADE REGIONAL E OS ARTEFATOS CULTURAIS

RECURSOS EXPOGRÁFICOS

128



- 03: Paineis para textos curatoriais trilingue (português, inglês e espanhol).
- 03a: Plotagem com textos sobre a exposição, os núcleos e a ficha técnica.
- 06: Vitrine para expor objetos e imagens, arrolados abaixo.
- 10: Totem *touch screen* com informações complementares sobre o acervo exposto.

TOTEM (REF. 10)



Figura 150 - Totem touch screen com tela inclinada. Comercializado por Aqua. Disponível em: < <https://www.aqua.com.br/equipamentos-interativos/>>. Acesso em 05 out 2017.

(2) NÚCLEO A TRADIÇÃO GAÚCHA E A CULTURA TRADICIONAL

RECURSOS EXPOGRÁFICOS

- 02: Vitrine para expor objetos, fotos e escritos, arrolados abaixo.
- 03: Paineis de textos (português, inglês e espanhol).
- 03a: Plotagem com textos sobre o núcleo.

VITRINE DE MESA COM GAVETAS (REF. 02)

129



ACERVO (VITRINE DE MESA COM GAVETAS REF.02) (Século XIX)

OBJETO/ ICONOGRAFIA	IMAGEM
(01) Estudos sobre os tipos da Província. Jean-Batiste Debret (1815-1831). Imagens.	Acervo a ser criado
(02) Livro Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821). Auguste de Saint-Hilaire.	Acervo a ser criado
(03) Arsene Isabelle	Acervo a ser criado
(04) Nicolaus Dreys	Acervo a ser criado
(05) Aimé Bompland	Acervo a ser criado
(06) John Luccock	Acervo a ser criado

(3) NÚCLEO O TRADICIONALISMO GAÚCHO E A CULTURA TRADICIONALISTA

RECURSOS EXPOGRÁFICOS

- 02: Vitrine de mesa com gavetas para expor objetos, fotos e escritos, arrolados abaixo.
- 10: Totem *touch screen* com informações complementares sobre o acervo exposto.

ACERVO (VITRINE DE MESA COM GAVETAS REF.02) (Séc. XIX e XX)

OBJETO/ ICONOGRAFIA	IMAGEM
(01) Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul, 1833. João Cezimbra Jacques.	Acervo a ser criado
(02) O sentido e o Valor do Tradicionalismo, 1883, Luiz Carlos Barbosa Lessa.	Acervo a ser criado
(03) Carta de Princípios (MTG)	Acervo a ser criado
(04) Lei Nº 8.813, de 10 de janeiro de 1989. Oficializa como traje de honra e de uso preferencial no Rio Grande do Sul, para ambos os sexos, a indumentária denominada "PILCHA GAÚCHA". ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO, 1989.	Acervo a ser criado

Quadro 9 – Acervo.

4.4.5 Ideologia e política: Julio de Castilhos, o homem, o mito

130





Área: 118,99 m²

Localização: A46.

a) Apresentação do tema

Julio Prates de Castilhos nasceu em 29 de junho de 1860, em Vila Rica, São Martinho, município intitulado Julio de Castilhos, em 1905, como homenagem ao seu filho mais ilustre. Faleceu em 24 de outubro de 1903 em Porto Alegre, em sua residência.⁴¹ A casa foi adquirida pelo Governo do Rio Grande do Sul, em 1905, para sediar o Museu do Estado, criado em 30 de janeiro de 1903, por Decreto nº 589.⁴²

A instituição museológica, iniciada por ele, foi posteriormente chamada Museu Julio de Castilhos em 19 de julho de 1907, em homenagem outorgada por Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863-1961), Presidente do Estado à época, ao “benemérito patriota” (DECRETO nº 1140). O Governo do Estado do Rio Grande do Sul inicia, portanto, uma série de homenagens cívicas, conforme relata Silva (2011), após a morte de Julio de Castilhos, incentivando a admiração em torno do líder político. Ainda, conforme a autora,

A evocação da memória de Castilhos teve, certamente, a intenção política de consagrá-lo como o grande líder republicano rio-grandense, afirmando o castilhismo como projeto político vencedor e o modelo a ser seguido e também de legitimar Borges de Medeiros como inquestionável herdeiro político de Castilhos, o que o ajudaria a manter a unidade e estabilidade dentro do PRR, antes garantida pela autoridade do líder morto. (SILVA, 2011, p.10-1).

Outrossim, a exposição, Ideologia e política: Julio de Castilhos, o homem, o mito, retratará os projetos político-ideológicos empreendidos pelo Governo do Rio Grande do Sul e pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) em relação à vida pública, à vida privada, à morte e a conseqüente heroização, construção mítica e consagração da memória do

⁴¹ Para saber mais sobre Julio Prates de Castilhos ver: artigos publicados em Julio de Castilhos e o Paradoxo Republicano (2005), transcrições de editoriais organizadas por Bakos (2006) e transcrições de correspondências por Velho (2013).

⁴² Em 1897, ao final do mandato de Julio de Castilhos, foi aberta uma subscrição entre os membros do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) para comprar o imóvel, situado à Rua Duque de Caxias, número 1231, antiga Rua da Igreja, cujo propósito era servir como residência a Castilhos (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO, PASTA JULIO DE CASTILHOS). Em 25 de agosto de 1898 Julio de Castilhos mudou-se com a família (sua esposa Honorina Prates de Castilhos e seus filhos) para a casa, onde permaneceu até sua morte, em 1903. Após o falecimento da viúva, Honorina, em 1905, o prédio foi comprado pelo Governo do Estado em 11 de agosto do mesmo ano, por oitenta contos de réis, e para onde foi transferido o acervo do Museu (Ibidem).



político gaúcho Julio Prates de Castilhos, com base em registros oficiais e bens culturais alusivos à essa personagem.⁴³

A expografia terá como fundamento os objetos e os escritos encomendados pelo Governo do Rio Grande do Sul, o próprio “espaço icônico”⁴⁴, ou seja, a exposição Julio de Prates de Castilhos, o Museu Julio de Castilhos e outros “veículos de glorificação cívica”⁴⁵ alusivos ao político gaúcho. O acervo museológico será igualmente interpretado, segundo essa análise, como objetos simbólicos em torno da “consagração da memória”⁴⁶ e da elaboração construtiva de um “grande homem” e a sua função em corroborar com o perfil do homem que se almejou imortalizar, em tempos coevos.

Os objetos utilizados para a exposição - alusivos a uma imagem pública criada para Julio Prates de Castilhos - corroboram as hipóteses, suscitadas pela antropóloga Regina Abreu (1996), sobre como um bem privado pode influenciar na concepção expositiva de uma instituição pública, ao mesmo tempo em que informa as nuances existentes entre os propósitos de uma instituição pública ao salvaguardar e ao expor as coleções privadas.

Os três núcleos propostos para a apresentação do tema referem-se à história oficial sobre Julio Prates de Castilhos e a seus objetos evocativos, ao utilizar os recursos visuais que serviram para construir a sua imagem e consagrar o patrono da exposição como o grande líder republicano rio-grandense. Seus respectivos objetivos serão a seguir evidenciados, bem como o objetivo geral, os métodos e os materiais (recursos expográficos e acervo) utilizados.

b) Objetivo geral

A exposição tem como objetivo analisar os projetos político-ideológicos empreendidos, em espaços públicos, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), associados à vida pública, vida privada, heroização, construção mítica e consagração da memória do político gaúcho Julio Prates

⁴³ Ver Félix (1998), Nedel (2005), Bakos (2006), Leal (2006), Silva (2011).

⁴⁴ Espaços em museus dedicados à instauração mítica de personagens políticos. Designação utilizada por Scheiner (2008), *apud* SILVEIRA, 2011, p. 14.

⁴⁵ Designação atribuída por Leal (2006) às homenagens póstumas feitas a Julio Prates de Castilhos: biografias, monumentos cívico e fúnebre, bustos em bronze, romarias ao túmulo e a criação do Museu Julio de Castilhos.

⁴⁶ Ver Silva (2011) sobre o Museu Julio de Castilhos e a sua contribuição para consagrar a memória alusiva a Julio Prates de Castilhos.



de Castilhos, com base em bens culturais e outras homenagens alusivas a essa personagem.⁴⁷

(1) NÚCLEO HOMENAGENS PÓSTUMAS

O eixo temático objetiva evidenciar recursos visuais produzidos para atividades políticas, encomendados pelo Governo do Rio Grande do Sul - monumentos públicos, bustos, máscara mortuária, fotografias, escritos, instituições e lugares -, com propósito a consagrar Julio Prates de Castilhos como o grande líder republicano rio-grandense e a afirmar Antônio Augusto Borges de Medeiros como seu legítimo sucessor político.

(2) NÚCLEO VIDA PÚBLICA

O módulo visa a contextualizar objetos semióforos produzidos à época para simbolizar as ideologias vitoriosas como modelos a serem seguidos pelo Rio Grande do Sul. A expografia tem como foco reflexões sobre a trajetória profissional de Julio Prates de Castilhos e a história política do Estado, séculos XIX e XX, ao apresentar imagens sobre a Guerra Farroupilha, a Revolução Federalista, o positivismo-castilhista, o Partido Republicano Rio-grandense e a República rio-grandense.

(3) NÚCLEO VIDA PRIVADA

O núcleo propõe-se a compreender as ações empreendidas à musealização de objetos de uso pessoal de Julio Prates de Castilhos pelo Museu Julio de Castilhos - como óculos, caneta, bengala, pala, manuscritos, mobiliário, entre outros - ao analisar a coleção, seus respectivos símbolos em torno da elaboração construtiva de um “grande homem” e a sua função em corroborar o perfil do homem que se almejou ideologicamente immortalizar.

c) Métodos para apresentação

⁴⁷ A teoria sobre os “aparelhos ideológicos de Estado” foi originalmente proposta por Louis Althusser (1918-1990). Conforme o autor, se a ideologia dominante, produzida pela classe dominante, tinha a seu serviço todos os meios - exército, igrejas, escolas, associações, imprensa, museus - logo, esses meios seriam utilizados como aparelhos ideológicos de estado para a difusão de suas ideias (*apud* GOMES, 2016, p. 18).

Para a exposição Ideologia e política: Julio de Castilhos, o homem, o mito será utilizado o conceito **Plano Aberto**. Esse método é eficaz para que o visitante consiga obter uma visão panorâmica da sala com todos os objetos de uma vez, criando uma unicidade expositiva.

Os três núcleos propostos referem-se à história oficial de Julio Prates de Castilhos e a seus objetos evocativos, em homenagens póstumas, vida pública e vida privada. Utiliza os recursos visuais que serviram ideologicamente para construir a sua imagem e consagrar o patrono da exposição como o líder republicano rio-grandense.

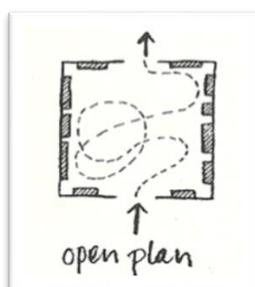


Figura 151 - Plano Aberto. Fonte McLEAN, 1993.

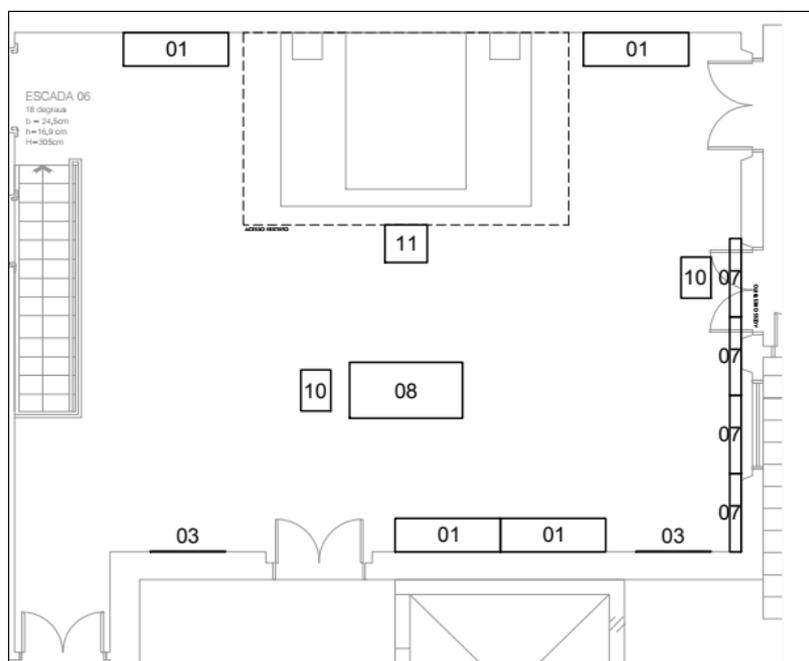


Figura 152–Vista Exposição "Ideologia e política: Julio de Castilhos, o homem, o mito".

134



d) Recursos materiais

Correspondem aos elementos físicos da exposição: espaço, forma, luz, cor, objeto, suportes, som, movimento, recursos multimídia, recursos digitais (SCHEINER, 2006).

Serão apresentados conforme os núcleos expositivos (1) Homenagens Póstumas; (2) Vida Pública; e (3) Vida Privada. Em resumo, a exposição terá como recursos materiais:

- Para expor o acervo: (04) quatro vitrines, (01) uma vitrine de mesa, (04) paredes falsas para obras;
- Para os textos curatoriais: (02) dois painéis trilingues (português, inglês e espanhol), (01) um pedestal para texto curatorial e legenda;
- Para as informações sobre o acervo e o seu isolamento: (02) dois totens *touch screen*, 01 Pedestal organizador com informações sobre o acervo exposto.
- (01) um pedestal organizador para isolar o mobiliário pertencente a Julio de Castilhos.

(1) NÚCLEO HOMENAGENS PÓSTUMAS

RECURSOS EXPOGRÁFICOS

- 01: Vitrine para expor objetos, fotos e escritos, arrolados abaixo.
- 03: Painel para textos curatoriais trilingue (português, inglês e espanhol).
- 03a: Plotagem com textos sobre a exposição, o núcleo e a ficha técnica.

ACERVO (VITRINE REF. 01)

OBJETO/ ICONOGRAFIA	IMAGEM
(01) Máscara Mortuária de Julio Prates de Castilhos. Acervo Museu de Castilhos.	

135





(02) Fotografia do funeral de Julio de Castilhos, as ser obtida por campanha de doação específica. Imagem ilustrativa. Disponível em: <<https://www.facebook.com/OldPortoAlegre/>>. Acesso em 25 jul. 2016.



(03) Busto de Julio Prates de Castilhos. Acervo Museu Julio de Castilhos.



(03) [Busto de] Julio Prates de Castilhos. Acervo: Museu Julio de Castilhos.



(04) Documento referente à compra da edificação em que residiu Julio Prates de Castilhos, agosto, 1905. Reprodução. Acervo: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - IPHAE.



(05) Decreto 1140 de 19 de julho de 1907, referente à alteração do nome Museu do Estado para Museu Julio de Castilhos. Papel, tinta, 22 x 33 cm. Acervo: Museu Julio de Castilhos. Número de registro: 8636 b





(06) Monumento a Julio Prates Castilhos. Sem assinatura. Acervo: Museu Julio de Castilhos. Número de registro: 6395.



(07) Ginásio Julio de Castilhos. Sem assinatura, 09 x 15 cm. Acervo: Museu Julio de Castilhos. Número de registro: 9226.



(08) Cidade de Julio de Castilhos, 1976. Fotografia, 28 x 36 cm. Acervo: Museu Julio de Castilhos. Número de registro: 3607.



(09) Fazenda da Reserva, 1930. Óleo sobre papelão. Assinada Atelier Calegari V, Cervasio 1930. Acervo: Museu Julio de Castilhos. Número de registro: 44.



(10) Julio de Castilhos, 1913. Fotografia retocada com crayon colada em cartão, 63 x 51 cm. Assinada Atelier Calegari V. Cervásio 913. Museu Julio de Castilhos. Número de registro: 53.



137



(11) Medalhão com efígie de Julio de Castilhos. Mármore, baixo relevo, Ø = 49 cm, sem assinatura. Acervo: Museu Julio de Castilhos. Número de registro: 4458.



(12) Homenagem da Brigada Militar a Julio de Castilhos no 30º dia de seu falecimento , 1903. Papel, tinta, couro, 25 x 17 cm.



(13) Rua Julio de Castilhos em Porto Alegre.

Acervo a ser criado.

(14) Escritos sobre o “glorioso morto” (FÉLIX, 1998). Fonte: jornal A Federação.

Acervo a ser criado.

(15) Fotografias alusivas às praças, ruas e instituições intituladas Julio de Castilhos.

Acervo a ser criado.

Quadro 10 – Acervo.

Os títulos atribuídos ao acervo arrolado acima e suas respectivas informações, fielmente transcritas, têm como referência o sistema Donato, banco de dados utilizado pelo Museu Julio de Castilhos para catalogar suas coleções.

(2) NÚCLEO VIDA PÚBLICA

RECURSOS EXPOGRÁFICOS

- 03: Paineis para textos curatoriais trilingue.
- 03a: Plotagem com texto sobre o núcleo.
- 07: Parede falsa para expor telas e quadros, arrolados abaixo.
- 07e: Pedestal organizador com informações sobre o acervo exposto.
- 08: Vitrine de mesa “A Federação” para expor objetos, fotos e escritos, arrolados abaixo.
- 10: Totens *touch screen* com informações complementares sobre o acervo exposto.

138



ACERVO (VITRINE DE MESA REF. 08)

OBJETO/ICONOGRAFIA	IMAGEM
(01) Constituição de 1891. Acervo Museu Julio de Castilhos.	
(02) Livro sobre o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e seus membros. Acervo Museu Julio de Castilhos.	
(03) Manifesto do Dr. Julio de Castilhos - Diário Popular, 1891. Seda, tinta, 63 x 45 cm. Acervo Museu de Castilhos. Número de registro: 1749.	
(04) Placa oferecida a Julio de Castilhos, 1898. Prata, 05 x 09 cm. Acervo Museu de Castilhos. Número de registro: 7174.	
(05) Carta de Julio de Castilhos para Borges de Medeiros, 1897. Papel, tinta, 34 x 23 cm. Assinada por Julio de Castilhos. Acervo Museu de Castilhos. Número de registro: 8996.	
(06) Antônio Augusto Borges de Medeiros. Óleo sobre tela, 30 x 24 cm, sem assinatura. Acervo Museu de Castilhos. Número de registro: 7904.	
(07) Grupo de chefes revolucionários federalistas, 18 x 24 cm. Acervo Museu de Castilhos. Número de registro: 9386.	



(05) A Federação, 1887, 59 x 40 cm.
Acervo Museu de Castilhos.
Número de registro: 7335.



(06) O advogado Julio de Castilhos tem o seu escritório. A Federação, 14 de março de 1884.
Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&PagFis=54&Pesq=museu>>. Acesso em: 16 out 2016.



Quadro 11 – Acervo.

Os títulos atribuídos ao acervo arrolado acima e suas respectivas informações, fielmente transcritas, têm como referência o sistema Donato, banco de dados utilizado pelo Museu Julio de Castilhos para catalogar suas coleções.

(3) NÚCLEO VIDA PRIVADA

RECURSOS EXPOGRÁFICOS

- 01: Vitrine para expor objetos, fotos e escritos, arrolados abaixo.
- 10: Pedestal para legenda sobre o acervo exposto e informações sobre o núcleo.
- i, ii, iii: Acervo Museu Julio de Castilhos, mobiliário: cama e duas mesas laterais.

ACERVO (VITRINE REF. 01)

OBJETO/ ICONOGRAFIA	IMAGEM
(01) Carta em que Julio Prates de Castilhos solicita ao irmão Chiquinho a venda de seu escravo. Papel de seda, papelão texturizado, tinta, 27 x 17 cm. Acervo Museu Julio de	

140





Castilhos. Número de registro: 9253.

(02) Cartas de Julio de Castilhos a sua esposa, 1882 / 1898 [Honorina]. Papel, percaline, tinta, 26 x 21 cm. Acervo Museu Julio de Castilhos. Número de registro: 2721.



(03) Assentamento de casamento do Dr. Julio de Castilhos. Papel, 30 x 22 cm. Acervo Museu Julio de Castilhos. Número de registro: 2722.



(04) Honorina Costa de Castilhos. Fotografia retocada, 42 x 38 cm, assinada V. Calegari. Acervo: Museu Julio de Castilhos. Número de Registro: 9159.



(05) Fotografia "Julio de Castilhos e outros". Fotografia colada sobre papelão, 19 x 16 cm. Acervo Julio de Castilhos. Número de registro: 6988.



(03) Imagens sobre Julio Prates de Castilhos alusivas à infância, à juventude e à família. Acervo: Museu Julio de Castilhos.

ACERVO (REF. i)

OBJETO/ICONOGRAFIA	IMAGEM
Mesa de cabeceira pertencente a Julio Prates de Castilhos. Acervo Museu Julio de Castilhos. Números de registro: 3129.	

141





ACERVO (REF. ii)

Cama pertencente a Julio Prates de Castilhos. Acervo Museu Julio de Castilhos. Número de registro:



ACERVO (REF. iii)

Mesa de cabeceira pertencente a Julio Prates de Castilhos. Acervo Museu Julio de Castilhos. Números de registro: 3130.



ACERVO (VITRINE REF. 01)

OBJETO/ICONOGRAFIA

IMAGEM

(01) Pala pertencente a Julio Prates de Castilhos. Acervo: Museu Julio de Castilhos.

(02) Lenço. Seda, 38 x 42 cm. Acervo: Museu Julio de Castilhos. Número de registro: 19.



(03) Relógio de parede - pertenceu a Julio de Castilhos. Madeira, metal, vidro, 10 x 34 cm. Acervo: Museu Julio de Castilhos. Número de registro: 10679.



Quadro 12 – Acervo.

Os títulos atribuídos ao acervo arrolado acima e suas respectivas informações, fielmente transcritas, têm como referência o sistema Donato, banco de dados utilizado pelo Museu Julio de Castilhos para catalogar suas coleções.



4.4.6 Memorial MJC

Área: 66, 72 m²

Localização: A22, A23

a) Apresentação do tema

A primeira instituição pública museológica sul-rio-grandense sucede as ações para a sua fundação oficial sob a administração de Julio Prates de Castilhos (1860-1903), presidente do Estado do Rio Grande do Sul entre o íterim 1889-1898 ⁴⁸. Com o político, originou-se o propósito em se fundar um museu estadual, conforme relata João José Pereira Parobé, a Antônio Augusto Borges de Medeiros, presidente à época: “A idéia de criação que surgiu na administração do vosso ilustre antecessor está se realizando [...]” (RELATÓRIO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS, 1900, p. 14) ⁴⁹.

Esse propósito tem continuidade em 1889, com Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863-1961), seu sucessor político por 25 anos, - fiel à ideologia positivista-castilhista⁵⁰ - com a Lei nº 29 de 24 de novembro de 1889, sobre a receita e a despesa do Estado para o exercício de 1900: “Até 50:000\$000 com a criação de um museu do Estado [...]” (A FEDERAÇÃO, 1889, s/p). E, em 1900, com as convocações públicas para formar o acervo.⁵¹ Em 1901, foram arrolados, em relatório oficial, os primeiros objetos adquiridos e a provisória instalação para o futuro Museu do Estado - criado oficialmente em 1903 - em uma sala no edifício da Assembleia dos Representantes⁵²:

Começou a aquisição de objectos (*sic*) pela compra de diversas pedras e de uma colleção (*sic*) de ovos de aves e pássaros do Estado do cidadão Affonso Correa da Silveira.

Generosamente foram feitas as seguintes ofertas:

De diversas armas e utensílios indígenas e de uma antiga moeda de prata, pelo professor Augusto Kuhnert, residente em Santa Maria de Soledade;

De alguns artefactos (*sic*) indígenas e outros objetos (*sic*), pelo intendente Municipal de Caçapava;

⁴⁸ Sobre os mandatos de Julio Prates de Castilhos ver Espírito Santo (2005).

⁴⁹ Para saber mais sobre a trajetória do Museu ver as pesquisas realizadas por Nedel (2005), Silveira (2010; 2014), Possamai (2012; 2014), Souza (2014), Gomes (2016).

⁵⁰ Ver Pesavento (1996).

⁵¹ Borges de Medeiros convoca, em 29 de março de 1900, os intendentes municipais para o Concurso Municipalidades. Seu objetivo era obter objetos ou coleções meritórios a figurarem o Museu Estadual, entre os cidadãos propensos a vendê-los ao Estado (RELATÓRIO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS, 1900, p. 25).

⁵² Atual sede para o Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, localizado à Rua Duque de Caxias, 1029, em Porto Alegre



De uma coleção (*sic*) de caramujos pelo professor Kij;
De um par de dragonas do Marechal Floriano Peixoto, 3 medalhas e um
alfange, pela ilustre viúva do inolvidável brasileiro (*sic*).
[...] **É de se esperar, porém que elle se forme e constitua em futuro talvez muito próximo utilíssimo centro de recreio, de estudo, e de observações científicas.** (Grifo do autor).
(RELATÓRIO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS, 1901, p. 20).

O acervo foi posteriormente exposto, - o que pretensamente traria grande impulso ao Museu com objetos cedidos pelos expositores (*Ibidem*) - em 1901, na 1ª Exposição Agroindustrial. Em 1902, os objetos, segundo o relatório, achavam-se “collocados em armários e vitrinas e recolhidos em 2 salas da Escola de Engenharia Benjamin Constant [espaço-sede para a exposição], onde estão [estavam] sendo cuidadosamente conservados” (RELATÓRIO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS, 1902, p. 32).

Uma comissão, composta por engenheiros - Francisco de Ávila Silveira, João Maria Paldaof e Benjamin Torres -, formou-se, àquele ano, para avaliar e emitir parecer sobre o valor atribuído à coleção de lepidópteros, oferecidas por venda ao Estado. A avaliação sobre a coleção de objetos históricos, também ofertados por venda ao Estado, legou-se aos doutores - Arthur Pinto da Rocha e Alcides Freitas da Cruz - os quais “desempenharam-se dessa incumbência apresentando minuciosos pareceres” (RELATÓRIO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS, 1902, p. 67).

O Museu do Estado foi criado em 30 de janeiro de 1903, pelo Decreto 589, assinado por Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863-1961), então presidente do Estado, e João José Pereira Parobé (1853-1915), Secretário dos Negócios das Obras Públicas. A instituição estava subordinada à Secretaria dos Negócios e Obras Públicas e teve como seu primeiro representante, Francisco Rodolpho Simch (1877-1937), engenheiro mineralógico (*Ibidem*).

Em 15 de agosto de 1905 foi recebida a ordem para que se mudassem as coleções para o prédio onde Julio de Castilhos e seus familiares haviam residido.⁵³ Brevemente, em 1906, Rodolpho Simch, evidenciaria à Secretaria dos Negócios das Obras Públicas os aspectos inábeis à edificação para se preservarem as coleções (RELATÓRIO SECRETARIA DOS NEGÓCIOS E OBRAS PÚBLICAS, 1906). Em 19 de julho de 1907, por Decreto 1.140,

⁵³ Em 1897, ao final do mandato de Julio de Castilhos, foi aberta uma subscrição entre os membros do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) para comprar o imóvel, situado à Rua Duque de Caxias, número 1231, antiga Rua da Igreja, cujo propósito era servir como residência a Castilhos (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, pasta referente a Julio de Castilhos). Em 25 de agosto de 1898 Julio de Castilhos mudou-se com a família (sua esposa Honorina Prates de Castilhos e seus filhos) para a casa, onde permaneceu até sua morte, em 1903. Após o falecimento da viúva, Honorina, em 1905, o prédio foi comprado pelo Governo do Estado em 11 de agosto do mesmo ano, por oitenta contos de réis, e para onde foi transferido o acervo do Museu (*Ibidem*).



Borges de Medeiros comuta o nome Museu do Estado para Museu Julio de Castilhos, em homenagem ao estadista republicano.

A sumária cronologia apresentada evidencia os primeiros registros oficiais sobre a trajetória histórica da instituição museológica e, indissociável a ele, o seu acervo. Esses escritos tornar-se-ão fomento ao memorial/exposição Memorial MJC em conjunto com a memória institucional, suscitada por imagens e objetos, fundamentalmente realidade última aos museus. O termo memorial tem sua raiz etimológica em *memorialis*, e seu significado compreende o “registro que auxilia a memória” (BARCELOS, s/d, p.07), objetivo expográfico central.

O conjunto arquitetônico, futuramente formado por três edificações, também estará exposto para os visitantes, em maquete, como patrimônio a ser celebrado e/ou interpretado: ou seja, um objeto que enriquece a percepção sobre a ação humana que transformou o espaço e o tempo em que concretamente se forjaram as relações sociais, o cotidiano (MENESES, 1992). Essa ação visa, igualmente, à interação tátil entre sujeitos e objetos e a proporcionar legibilidade ao espaço, em sua multiplicidade de formas.

Legibilidade, segundo o arquiteto Lucio Grinover (2007) compreende qualidade (visual), relacionada à eficaz capacidade de percepção, leitura e interpretação, ou seja, a comunicação com sujeitos frente aos códigos culturais representados por cada um dos elementos (arquitetônicos, históricos, políticos e econômicos) que constituem uma paisagem, os quais se relacionam diretamente com a identidade de um lugar e com o acesso, tangível e intangível, às informações sobre esse bem cultural.

Os três núcleos propostos para a apresentação do tema referem-se, portanto, a aspectos relacionados à trajetória histórica e aos registros institucionais sobre o acervo, o Museu, e a casa, e a sua multiplicidade de formas, representada por maquete tátil. Seus respectivos objetivos serão a seguir evidenciados, bem como o objetivo geral, os métodos e os materiais (recursos expográficos e acervo) utilizados.

b) Objetivo geral

A exposição tem como objetivo comunicar ao público os registros sobre a história e a memória institucionais associadas à primeira instituição pública museológica do Rio Grande do Sul, com testemunhos específicos sobre a sua origem, atribuições, reformulações, sua



tipologia, sua abrangência temática relacionada à área - museu regional - e as orientações teóricas ou políticas escolhidas.⁵⁴

(1) NÚCLEO MULTIPLICIDADE DE FORMAS

O módulo almeja suscitar a percepção e a compreensão espacial associada ao Museu Julio de Castilhos para que os visitantes possam conhecê-lo em sua multiplicidade de formas, interagir e possivelmente identificar-se com esse espaço. Logo, propõe-se para esse fim uma maquete tátil para representar o conjunto arquitetônico que compõe o Museu Julio de Castilhos.⁵⁵

(2) NÚCLEO TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL

O núcleo tem como objetivo apresentar os escritos oficiais sobre a criação do Museu do Estado, seus propósitos, suas instalações, as primeiras iniciativas para a formação do acervo, suas coleções; o Museu Julio de Castilhos, sua sede, seus representantes, a transferência parcial de seu acervo, as atuais coleções, as exposições, o seu público.

(3) NÚCLEO MEMÓRIAS SOBRE AS INTERVENÇÕES

O eixo temático visa a contextualizar cronologicamente as principais intervenções e acréscimos realizados às edificações, em um século, abrangendo, inclusive, restauro e adequação previstos pelo edital 114/14⁵⁶ e as respectivas etapas construtivas para o Museu Julio de Castilhos, com registros audiovisuais (fotos, vídeos e peças gráficas) sobre o tema.

c) Métodos para a apresentação

⁵⁴Os critérios apresentados sobre a trajetória histórica dos museus, propostos por Possamai (2002), relacionam-se ao conceito da instituição e são fomento para as pesquisas, atividade essencial dos museus. Essa investigação sobre o museu, ainda segundo a autora, viabiliza situar historicamente as diferentes concepções que nortearam a sua atuação ao longo do tempo, datando-as como escolhas específicas vinculadas a determinadas concepções relacionadas ao passado, às áreas de conhecimento do museu e também às implicações ideológicas (Ibidem, p. 85).

⁵⁵ Maquetes táteis constituem-se como auxílio eficiente aos visitantes, sobretudo por sua utilidade para as pessoas com deficiência visual, crianças e pessoas com deficiência intelectual. Permitem satisfazer critérios de apreciação à representação dos volumes de uma construção, de uma obra, de um objeto e de certos detalhes COHEN; DUARTE; BRASILEIRO (2012).

⁵⁶ Integra o processo publicado pela CELIC, número 004332-11.00/13-5, edital 114/14, concorrência vencida pela empresa Urbana Logística Ambiental do Brasil S/A, para o projeto de restauro e de adequação erigido ao Museu Julio de Castilhos.



Para a exposição Memorial MJC será utilizado o **Plano Radial** como percurso expositivo. Esse método permite que os visitantes perambularem e retornem para um lugar central. O modo permite dividir uma exposição em distintas áreas de objetos com um centro que unifica as partes da exposição.

A maquete tátil será o elemento expositivo central e conectará simbolicamente os outros dois núcleos: (02) Trajetória institucional e (03) Memórias sobre as intervenções realizadas ao Museu Julio de Castilhos.

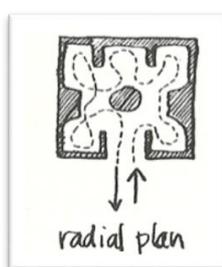


Figura 1 - Plano Radial. Fonte: McLEAN, 1993.

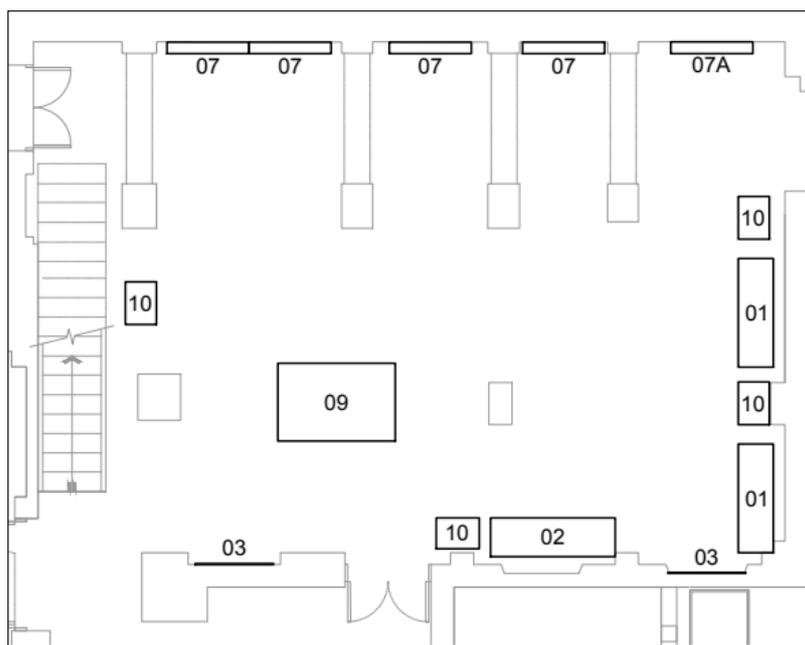


Figura 153–Vista Exposição "Memorial MJC".



d) Recursos materiais

Correspondem aos elementos físicos da exposição: espaço, forma, luz, cor, objeto, suportes, som, movimento, recursos multimídia, recursos digitais (SCHEINER, 2006).

Serão apresentados conforme os núcleos expositivos (1) Multiplicidade de formas; (2) Trajetória institucional; e (3) Memórias sobre as intervenções. Em resumo, a exposição terá como recursos materiais:

- Para expor o acervo: (01) mesa, (01) vitrine de mesa, (02) duas vitrines, (02) duas paredes falsas para fotos, (01) um parede falsa para embutir TV;
- Para os textos curatoriais: (02) paredes falsas para texto e linha do tempo, (02) dois painéis trilingues (português, inglês e espanhol);
- Para as informações sobre o acervo e o seu isolamento: (04) quatro totens *touch screen*.

(1) NÚCLEO MULTIPLICIDADE DE FORMAS

RECURSOS EXPOGRÁFICOS

- 03: Painel para textos curatoriais trilingue (português, inglês e espanhol).
- 03a: Plotagem com textos sobre a exposição, o núcleo e a ficha técnica.
- 09: Mesa para expor a maquete tátil.
- 09a: Maquete tátil (peça especial).

ACERVO (PEÇA ESPECIAL REF. 09a)

- 01: Maquete tátil projetada para representar o conjunto arquitetônico que integra o Museu Julio de Castilhos, casas 1205 e 1231, prédio a ser construído e jardim. Acervo a ser criado.

148





Figura 2 - Maquete tátil. Modelo sugestivo. Fonte: Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <http://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2015/08/26/patrimonio-em-todos-os-sentidos-escola-louis-braille-realiza-visita-tatil-ao-museu-do-doce/>

(2) NÚCLEO TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL

RECURSOS EXPOGRÁFICOS

- 01: Vitrine para expor objetos, fotos e escritos, arrolados abaixo.
- 02: Vitrine de mesa com gavetas para expor objetos, fotos e escritos, arrolados abaixo
- 03: Painel para textos curatoriais trilingue (português, inglês e espanhol).
- 03a: Plotagem com texto sobre o núcleo.
- 10: Totem *touch screen* com informações complementares sobre o acervo exposto.



TOTEM (REF. 10)



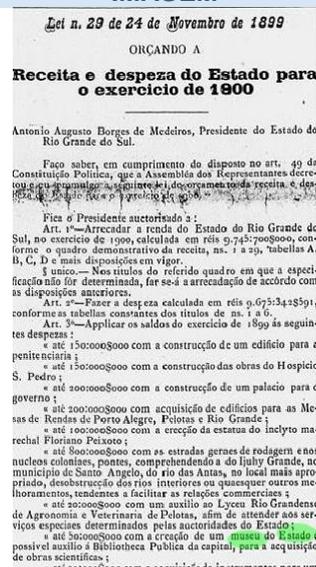
Figura 6 - Totem touch screen com tela inclinada. Comercializado por Aqua. Disponível em: <<https://www.aqua.com.br/equipamentos-interativos/>>. Acesso em 05 out 2017.

ACERVO (VITRINE DE MESA COM GAVETAS REF.02) (1900-1905)

OBJETO/ICONOGRAFIA

(01) Lei nº 29 de 24 de novembro de 1899. Receita e despesa do Estado para o exercício de 1900: "Até 50:000\$000 com a criação de um museu do Estado [...]" (A FEDERAÇÃO, 1889, s/p). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&PagFis=54&Pesq=museu>>.

IMAGEM



(02) Circular sobre a convocação pública para aquisição de acervo para o Museu do Estado. Borges de Medeiros, 29 de março de 1900. Fonte: RELATÓRIO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS, 1900, p. 25, 26. Acervo:



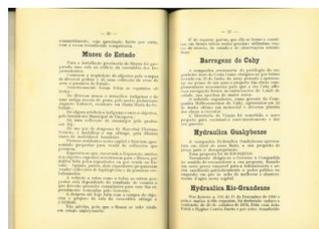
150





Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Utilizar reprodução.

(03) Relatório sobre os primeiros objetos a comporem o acervo e as instalações provisórias para o Museu. Fonte: RELATÓRIO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS, 1901, p. 20. Acervo: Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Utilizar reprodução.



(04) Instalação provisória Assembleia dos Representantes. Disponível em <<http://ronaldofotografia.blogspot.com.br/2011/07/as-primeiras-imagens-da-historica-casa.html>>. Acesso em mar 2016. Imagem ilustrativa. Acervo: Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul.



(05) Dragonas pertencentes ao Marechal Floriano Peixoto, doadas por sua viúva, Josina Peixoto em 1900, descritas no relatório de 1901, p. 20. Acervo: Museu Julio de Castilhos. Número de registro: 5735/6ld.

(06) Carta escrita por Deputado Alfredo Varela à Josina Peixoto ao qual solicita objetos pertencentes ao Marechal Floriano Peixoto.

(08) Jornal A Federação, "Presente inestimável", sobre a doação feita por Josina Peixoto, 20 de fevereiro de 1901, p.2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20190&pesq=josina%20peixoto>>. Acesso em: jan 2016. Imagem ilustrativa. Utilizar reprodução da página do jornal. Acervo: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Presente inestimável

Tivemos hoje ocasião de ver um par de dragonas que pertenceram e foram usadas pelo inolvidavel marechal Floriano Peixoto.

Esse objecto, que constitue para nós uma preciosa reliquia, foi doado ao Rio Grande pela exma. sra. d. Josina Peixoto, a digna viuva do consolidador da Republica.

A respeitavel senhora, assim procedendo, correspondeu ao pedido feito pelo nosso illustre amigo e talentoso deputado dr. Alfredo Varela.

(09) Instalação provisória Escola de Engenharia. Disponível em <<http://sul21.com.br/wp-content/uploads/2011/12/Engenharia-Velha-Foto-UFRGS-7.jpg>>. Acesso em mar 2016. Utilizar reprodução da fotografia. Acervo: Museu





da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

(10) Acervo, 1ª Secção, abril, 1903.
Acervo: Museu Julio de Castilhos.



(11) Acervo, 1ª Secção, abril, 1903.
Primeiros trabalhos técnicos no Museu do Estado, em 1903. Acervo: Museu Julio de Castilhos.



(12) Registro sobre o acervo. Sem data:
Acervo: Museu Julio de Castilhos.



(13) Registro sobre o acervo. Sem data:
Acervo: Museu Julio de Castilhos.



(14) Decreto nº 589, de 30 de janeiro de 1903, assinado por Borges de Medeiros e João José Pereira Parobé sobre a criação do Museu do Estado e sua função. Fonte: RELATÓRIO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS, 1903, p. 26. Acervo: Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul.

(15) João José Pereira Parobé. Acervo: Museu Julio de Castilhos.

(16) Primeiro Regulamento do Museu do Estado, 1903. Fonte: RELATÓRIO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS, 1903, p. 26. Acervo: Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul.

(17) Fotografia do primeiro diretor do Museu, Rodolpho Simch. Acervo do Museu Julio de Castilhos.



(18) Primeiro Livro de visitas e respectivas mensagens registradas ao Museu, 1903, p. 150. Assinado por Rodolfo Simch. Acervo: Museu Julio de Castilhos.

(19) Relatório em que Rodolpho Simch solicita e justifica o propósito em o Museu ter uma revista. Fonte: RELATÓRIO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS, 1904, p. 219. Acervo: Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul.

(20) Primeiros objetos a integrarem as coleções. Acervo Museu Julio de Castilhos.



ACERVO (VITRINE REF. 01) (1905-1954)

OBJETO/ ICONOGRAFIA

IMAGEM

(01) Documento de compra da casa de Julio de Castilhos, 1905. Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAE-RS). Reprodução.



(02) Ordem de transferência das coleções para a casa, 15 de agosto de 1905.

(03) Imagem da residência-sede do Museu do Estado. Rua Duque de Caxias, 1205. Acervo: Museu Julio de Castilhos.



(04) Carta escrita por Rodolpho Simch sobre as acomodações que recebera o Museu do Estado, 1906. RELATÓRIO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS, 1906. Acervo: Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Reprodução.

(05) Decreto nº 1140, de 19 de julho de 1907, sobre a alteração Museu do Estado para Museu Julio de Castilhos.

(06) Objetos relevantes ao contexto.

(07) Lei nº 2345 de 29 de janeiro de 1954 sobre o desmembramento das coleções do Museu Julio de Castilhos e a guarda do acervo de objetos históricos.

ACERVO VITRINE 08 (objetos e repercussões)

OBJETO/ ICONOGRAFIA

IMAGEM

(01) Par de botas pertencentes a Francisco Ângelo Guerreiro. Acervo: Museu Julio de Castilhos.

(02) Gargalheira, coleção escravista. Acervo: Museu Julio de Castilhos.

(03) Motoneta. Acervo: Museu Julio de Castilhos.

Quadro 13 – Acervo.



Os títulos atribuídos ao acervo arrolado acima e suas respectivas informações, fielmente transcritas, têm como referência o sistema Donato, banco de dados utilizado pelo Museu Julio de Castilhos para catalogar suas coleções.

(3) NÚCLEO MEMÓRIAS SOBRE AS INTERVENÇÕES

RECURSOS EXPOGRÁFICOS

- 07: Parede falsa.
- 07a: Parede falsa para embutir televisor.
- 07b: Plotagem com texto sobre o núcleo e linha do tempo.
- 07c: Molduras para as fotos.
- 10: Totem *touch screen* com informações complementares sobre o acervo
- 12: Telas para projeção, vídeo sobre o restauro.

MOLDURAS (REF. 07c)



Figura 6- Molduras com vidro A5, A4 e A3. Modelo para expor o acervofotográfico. Comercializado por Decohouse. Disponível em; <<http://www.decohouse.com.br/pd-1673f4-molduras-a5-a4-ou-a3-com-vidro.html?ct=9f852&p=1&s=1>>.

PLOTAGEM LINHA DO TEMPO (REF. 07b) APLICADA SOBRE DUAS PAREDES FALSAS (REF. 07)

155





Linha do tempo sobre as diferentes concepções que nortearam a atuação do Museu Julio de Castilhos ao longo do tempo: atribuições, reformulações, tipologia, abrangência temática - museu regional - e orientações teóricas ou políticas. Recurso a ser produzido.

ACERVO (PAREDE FALSA REF. 07)

Memorial fotográfico sobre as edificações que integram o Museu Julio de Castilhos. Acervo a ser criado.

ACERVO (PAREDE FALSA REF. 07)

Memorial fotográfico sobre os diretores do Museu Julio de Castilhos. Cronologia elaborada por Souza (2014). Acervo a ser criado.

ACERVO (PAREDE FALSA REF. 07a)

Vídeo a ser elaborado sobre as obras para adequação e restauro erigidas ao Museu Julio de Castilhos, conforme o projeto, edital 114/14. As filmagens serão realizadas ao curso das obras.



5 PROPOSTA PARA POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Esta seção abordará proposições para gerenciar os ambientes segundo a setorização dos espaços recomendados por esse projeto, relacionados às suas futuras dimensões. Refere-se a outros campos de atuação do Museu Julio de Castilhos, além da comunicação com o público pelas exposições, retratado no capítulo anterior. Esses ambientes foram assim intitulados:

- a) Sociabilidades;
- b) Ações culturais e educativas;
- c) Área administrativa e segurança;
- d) Suporte e manutenção;
- e) Área técnica;
- f) Reservas técnicas.

Atenderão aos fundamentos estabelecidos por Giraudy e Bouilhet (1990), que integram **prédio, acervo, pessoal e público** e, concorrentemente, definem as atividades museológicas basilares e características aos museus, ou seja, suas ações preservacionistas: estudo, salvaguarda - aquisição, documentação, conservação - e comunicação - exposição, educação e ação sociocultural - (BRUNO, 1996). Esses ambientes conformarão, igualmente, a potencialidade turística das instituições museais (VASCONCELLOS, 2006) e o programa arquitetônico apresentado por Storino (2009).

a) Sociabilidades

A experiência do visitante do museu se inicia com a construção da imagem da instituição como atrativo, com a qualidade do acesso, com a recepção ao público e com os serviços de hospitalidade para seu conforto e segurança. Experiências ricas e estimulantes voltadas para o conhecimento e o lazer, com as comodidades e as atrações possíveis de serem inseridas em um museu são ofertas potenciais ao seu público (IBRAM, 2014). Em síntese, “a qualidade da experiência do visitante é o foco da comunicação por meio da interpretação de ambientes e acervos.” (*Ibidem*, p.28).

Logo, a nova configuração do Museu Julio de Castilhos satisfará demandas relacionadas ao público, com a oferta de novos serviços como Recepção, Cafeteria, Loja do Museu e espaço de convivência. A Loja do Museu Julio de Castilhos - espaço dedicado à

157





venda de *souvenirs* exclusivos com a marca MJC, objetos e publicações - será gerida pela Associação de Amigos do Museu Julio de Castilhos (AJUC) ⁵⁷ou cedida para locação/ocupação através de edital específico, a ser elaborado por Associação e Museu, para ocupação pelo setor privado.

Para a Cafeteria, sugere-se a cessão para ocupação por meio de edital específico, mediante os parâmetros citados para a Loja do Museu. Direção e AJUC regulamentarão as formas para o repasse ao Museu sobre os valores arrecadados com as locações. Essas ações visam a contribuir para a sustentabilidade econômica institucional voltada às atividades museológicas, segundo critérios a serem criados por esses órgãos.

Lounge e Jardim serão ambientes abertos ao público, com acesso gratuito à rede *wi-fi*.

Sociabilidades			
Sala (referência)	Edificação - Piso	Designação	Área (m²)
A16	Casa Julio de Castilhos - térreo	Recepção	28,09
A38	Anexo I - 1º piso	Loja	21,96
A40	Anexo I - 1º piso	Cafeteria	42,49
A39	Anexo I - 1º piso	<i>Lounge</i>	59,23
	Casa Julio de Castilhos - térreo	Jardim	

Tabela 28 - Tabela sociabilidades

b) Ações culturais e educativas

As ações educativas são procedimentos que promovem a educação no museu, e tem o acervo como centro para as suas atividades. A ação cultural se fundamenta em um processo de mediação, permite aos sujeitos apreender, em um sentido amplo, o bem cultural, e objetiva o desenvolvimento de uma consciência crítica e abrangente da realidade que os cerca (CHAGAS; NASCIMENTO, 2008).

Para a realização dessas ações, o Museu Julio de Castilhos contará com o Centro de Pesquisas, o Auditório e o seu Jardim, abordado anteriormente.

O Centro de Pesquisas Aurélio Viríssimo de Bittencourt será o espaço para os estudos ao acervo, realizado pelos pesquisadores. Sugere-se que a bibliografia para consulta local seja segmentada a temas análogos aos objetos museológicos com a

⁵⁷A Associação de Amigos do Museu Júlio de Castilhos - AJUC, fundada em 20 de outubro de 1983, é uma entidade civil sem fins lucrativos, com sede no Museu, que tem por finalidade colaborar com as ações do Museu Julio de Castilhos, em consonância com as diretrizes estaduais e federais da área da Cultura (RIO GRANDE DO SUL, 2016).





nomeação de uma comissão especializada para desbastamento de livros, periódicos, anais, revistas e a transferência dos títulos selecionados para a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul ou instituições públicas congêneres. Ressalta-se a importância da utilização de programa específico para catalogação dos títulos.

O Auditório Joaquim José Mendanha propiciará práticas socioculturais e educativas complementares às exposições, para fruição dos objetos pelo público, em atividades únicas ou programas contínuos voltados à comunicação institucional em encontros dialógicos como seminários, palestras, mostras cinematográficas. Promoverá, igualmente, a interação entre o Museu e o público com atividades culturais e artísticas em espetáculos musicais e teatrais, conforme o regulamento institucional.

Ações Socioculturais e Educativas			
Sala (referência)	Edificação - Piso	Designação	Área (m²)
A08/13	Anexo I - térreo	Centro de Pesquisas Aurélio Viríssimo de Bittencourt	42,01
A36	Anexo I - 1º piso	Auditório Joaquim José Mendanha	58,76

Tabela 29 - Gestão dos espaços para Ações Socioculturais e Educativas

c) Área administrativa e segurança

Sede para as atividades relacionadas ao setor administrativo, à direção do Museu Julio de Castilhos e à segurança.

Segundo Cândido (2014), o setor administrativo dos museus tem como responsabilidades as atividades-meio, cujos efeitos auxiliam e viabilizam o desempenho de atribuições que permitem à instituição cumprir suas finalidades com êxito. Como exemplos, apresenta a gestão do pessoal, dos recursos financeiros e dos espaços ocupados pelo museu.

A segurança, conforme essa autora, torna-se responsabilidade do setor administrativo e, simultaneamente, relaciona-se com o setor técnico e sua área responsável pela gestão dos riscos ao acervo, a conservação. Dialoga com o público e garante o cumprimento das regras institucionais para a utilização dos espaços; por fim, representa segurança aos funcionários e aos visitantes (CÂNDIDO, 2014).

A direção dos museus, por sua vez, para Nascimento & Chagas (2009),





Tem o dever de manter e desenvolver todos os aspectos do museu: suas equipes, seus serviços, suas coleções, suas instalações, seus espaços, seus públicos e seus programas de comunicação, educação, pesquisa e preservação, entre outros. Os públicos devem ser bem atendidos; as equipes devem ser valorizadas e estimuladas a investir sistematicamente em capacitação profissional; as coleções devem estar adequadamente acomodadas, conservadas, estudadas e documentadas, e os serviços, as finanças, as instalações e os espaços devem estar bem cuidados, levando em conta as variações de tamanho, missão, tipologia e natureza administrativa de cada museu (NASCIMENTO & CHAGAS, 2009, p. 15).

Dentre as equipes mencionadas por esses autores estão os profissionais do setor técnico, os quais serão retratados subseqüentemente em virtude da divisão de áreas propostas por esse estudo e que representam o futuro programa arquitetônico institucional.

Área Administrativa e Segurança			
Sala (referência)	Edificação - Piso	Designação	Área (m ²)
A02	Anexo I - térreo	Direção e Administrativo	62,61
A15	Anexo I - térreo	Segurança	6,72

Tabela 30 - Gestão dos espaços administrativo e segurança

a) Suporte e manutenção

Ambientes restritos aos funcionários. O almoxarifado será utilizado para armazenar materiais de limpeza e para higienizá-los. Esse item contempla ainda cozinha e vestiário.

Suporte e manutenção			
Sala (referência)	Edificação -Piso	Designação	Área (m ²)
A09	Anexo I - térreo	Almoxarifado	5,16
A11	Anexo I - térreo	Cozinha	14,61
A12	Anexo I - térreo	Vestiário	22,86

Tabela 31 - Gestão dos Espaços Suporte e Manutenção

e) Área Técnica

Compreende o setor técnico e os novos espaços criados - conservação, quarentena e documentação - para a realização das atividades museológicas pelos profissionais do Museu Julio de Castilhos.



A equipe técnica atua nas atividades-fim dos museus, que caracterizam o objetivo principal da instituição e a sua função. Essencialmente voltada às atividades para a gestão de acervo: pesquisa ligada às áreas de conhecimento a que se refere o acervo, e na chamada cadeia operatória museológica, de salvaguarda - aquisição, documentação e conservação - e comunicação - expografia e ação educativo-cultural - (CÂNDIDO, 2014).

Logo, sugere-se a esse setor, em conjunto com a direção do Museu Julio de Castilhos, nomear equipe interdisciplinar para a formação de uma Comissão Técnica, com vistas a estabelecer políticas de aquisição e descarte de acervo. A coleção intitulada “Vários”, composta por 380 objetos, traz reflexões e suscita revisões sobre o seu conteúdo. O estado de degradação do acervo corrobora a revisão pretendida, necessária aos museus, segundo Nascimento & Chagas (2009),

A política de aquisição de acervo pressupõe a política de descarte de acervo, procedimento necessário em decorrência de recolhimentos e incorporações indevidos realizados ao longo do tempo. O descarte de acervo no museu deve ser orientado pelos mesmos critérios que justificam a aquisição, sendo necessária a instituição de uma comissão técnica, especialmente designada, com poder de decidir pelo descarte do bem, o que pode significar transferência para outra instituição ou permuta por um outro bem (*Ibidem*, 2009, p. 32).

O descarte, segundo Rosa (2013), “deve ser visto com responsabilidade e como forma de aprimorar a gestão de acervos, não somente em relação a objetos em grau avançado de degradação” (*apud* CÂNDIDO, 2014, p. 33) - que implicaria em última instância em sua incineração - mas também resultar da mudança de diretrizes do museu em seus novos planejamentos, em detrimento às consequências indesejadas resultantes da falta de estudos para as aquisições (*Ibidem*).

Recomenda-se aos setores técnico e diretivo do Museu Julio de Castilhos a atualização da missão institucional para se perfazerem os objetivos museológicos. Essa futura asserção balizará a Comissão Técnica, a gestão de acervos e os propósitos para a atuação do Museu.

Para esse contexto, o Plano Museológico - a ser elaborado pelo Museu com assessoria de um museólogo - representa, segundo o IPHAN, a ferramenta básica ao planejamento estratégico, em sentido global e integrador, indispensável para a identificação da missão da instituição museal e para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento (IPHAN, 2006).

161





As atividades para elaboração dessas ferramentas administrativas e seus resultados práticos anteciparão ou ocorrerão concomitantes ao transcurso das obras para que somente o acervo identificado com a missão institucional seja encaminhado às novas Reservas Técnicas, pós-conclusão das obras. Tais ações recaem, essencialmente, sobre a documentação museológica existente que será revisada, conforme as deliberações.

Toda a documentação institucional que mencione o acervo museológico será alocada em espaço específico para esse fim: sala Documentação Museológica.

Área Técnica		
Edificação -Piso	Designação	Área (m²)
Anexo II - subsolo	Conservação	23,98
Anexo II - subsolo	Quarentena	26,63
Anexo II - subsolo	Documentação	19,60
Anexo II - subsolo	Setor Técnico	19,78

Tabela 32 - Gestão dos Espaços Área Técnica

f) Reservas Técnicas

Considerações sobre transporte, resoluções sobre o acervo e ações referentes às obras para adequação e restauro das edificações:

- Transferir todo o acervo, organizado por coleções, para um ambiente apropriado, isento à qualquer risco para os objetos, até que todas as obras estejam concluídas.
- Concluir o prédio que abrigará a nova reserva técnica, transferir o acervo para esse local e, após, iniciar a obra nos demais prédios;
- Transferir o acervo da RT2 para a RT1, executar a obra dos Anexo I e do Anexo II, concomitantemente. Após a transferência integral do acervo para o novo prédio (Anexo II), iniciar o restauro da casa Julio;
- Transferir todo o acervo para o Anexo I, restaurar a casa Julio e construir o Anexo II concomitantemente e, após esse processo, iniciar a reforma do Anexo I.

Se rigorosamente atendidas às condições para a conservação de acervos museológicos, considera-se a primeira opção mais adequada para o trabalho da Comissão Técnica e para a conservação das coleções do Museu. As outras ações apontadas implicam em risco para a nova reserva técnica e condições inadequadas em relação à ação humana,



ao ambiente e à segurança aos objetos e aos funcionários, conforme os critérios apresentados pelo diagnóstico de conservação.

Torna-se imprescindível que o trabalho realizado por essa Comissão seja simultâneo ou antecipe as obras. Após essa seleção, os trabalhos de conservação preventiva e, quando possível, interventiva em objetos com alto índice de infecção serão realizados antes da transferência para a nova Reserva Técnica.

Recomenda-se que a gestão do Museu Julio de Castilhos constitua parcerias com universidades regionais, entre elas a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o Curso de Museologia, para obtenção de bolsistas para os procedimentos de transporte, higienização e documentação das coleções. Preencher-se-á com essa ação o amplo déficit institucional de profissionais aptos às atividades.

Reservas Técnicas

Edificação -Piso	Designação	Área (m ²)
Anexo II - térreo	Reserva Técnica I - Orgânicos	143,49
Anexo II - superior	Reserva Técnica II - Inorgânicos	140,09
Anexo II – superior/Mezanino	Reserva Técnica III – Fotografias/Pinturas	101,06

Tabela 33 - Gestão de Espaços Reservas Técnicas

Por fim, para a execução das obras, alvitra-se a hipótese da instituição estar fechada ao público, o que objetivará a realização dos trabalhos voltados ao acervo para o seu estudo e a sua salvaguarda.





6 REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. A fabricação do imortal: Memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

AMARAL, Marise Basso. Histórias de viagem e a produção cultural da natureza: a paisagem do Rio Grande do Sul segundo os viajantes estrangeiros do século XIX. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3646/000390916.pdf?sequence=1>>. Acesso em 04 mar 2017.

ANDRADA, Ruth Beatriz S. Caldeira de. Exposições em estudo de caso: museu histórico nacional. In GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos (Orgs.). Discutindo Exposições: conceito, construção e avaliação. Rio de Janeiro: MAST, 2006. p. 40-59. [MAST Colloquia. 8].

AXT, Gunter... [et al.]. Julio de Castilhos e o paradoxo republicano. Porto Alegre: Nova Prata, 2005, 296 p.

BACHETTINI, Andréa Lacerda. Preservação e salvaguarda dos acervos de museus históricos. In SILVEIRA, Andréa Reis da; CAPRA, Luiz Armando (Orgs.). O papel dos Museus de História no mundo contemporâneo. Porto Alegre: Museu Julio de Castilhos, IEL, CORAG, 2010. p. 81-88.

BAKOS, Margareth Marchiori (Org.). Julio de Castilhos: Positivismo, Abolição e República. Porto Alegre: IEL, Edipucrs, 2006. 234 p.

BAKOS, Margareth Marchiori. Julio de Castilhos e a campanha abolicionista. Julio de Castilhos e o paradoxo republicano. Porto Alegre: Nova Prova, 2006. p. 217-228.

BARBOSA, Nila Rodrigues. O não-lugar do negro no acervo museológico: problemas e perspectivas. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado; RAMOS, Francisco Régis Lopes (orgs). Futuro do Pretérito: Escrita da História e História do Museu. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar/ Expressão Gráfica Editora, 2010. 277-293.

BERUTE, Gabriel Santos. Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790- c.1825. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. – 4. ed. – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2007.

BITTENCOURT Jr., Iosvaldyr Carvalho. As representações do negro nos museus do Rio Grande do Sul são marcadas pela invisibilidade simbólica: Do “resgate” afro-brasileiro às pesquisas histórico-antropológicas e às visibilidades negras na museologia. In MATTOS, Jane Rocha de (Org.). Museus e africanidades. Porto Alegre: Edições Museu Julio de Castilhos, 2013. p. 13-54.

164





BITTENCOURT, José Neves. A pesquisa como cultura institucional: objetos, política de aquisição e identidades nos museus brasileiros. *In*: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha (Orgs.). *Museu: Instituição de Pesquisa*. Rio de Janeiro: MAST, 2005. p.11-21. [MAST Colloquia 7].

BITTENCOURT, José Neves. As várias faces de um equívoco: observações sobre o caráter da informação e da representação nos museus de história. *Anais do Museu Histórico Nacional*. v. 40. Rio de Janeiro: MHN, 2008. 189-219.

BRASIL. ESTATUTO DE MUSEUS. Lei 11904 de 14 de janeiro de 2009.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. Ministério da Cultura (Org.). *Museus e Turismo: Estratégias de Cooperação*. Brasília, 2014. 80 p. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Museus_e_Turismo_lbram2014.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2016.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Missão Francesa completa 200 anos. Notícia, 2016*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3515/200-anos-missao-francesa>>. Acesso em: 04 mar 2017.

BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL MINISTÉRIO DA CULTURA. PORTARIA NORMATIVA Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2006. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 11 jun 2006. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/09/Portaria-01_2006.pdf>. Acesso em 15 out 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. *Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais*. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRUM, C.K. ; MACIEL, M. E. ; Oliven, Ruben . *Expressões da Cultura Gaúcha*. 1. ed. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2010. 216 p.

BRUNO, Maria Cristina. *Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar*. *In*: *Cadernos de Sociomuseologia*, n.9. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996. p. 1-37.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. *Orientações para Gestão e Planejamento de Museus*. Florianópolis: FCC, 2014.

CERTEAU, Michael de. *A escrita da história*. 3ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CHAGAS, Mário de Souza e NASCIMENTO JUNIOR, José do (organizadores). *Subsídios para a criação de Museus Municipais*. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Cultura/ Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais/Departamento de Processos Museais, 2009.

CURY, Marília Xavier. *Especificações técnicas para o detalhamento executivo da reserva técnica para a guarda dos acervos provenientes dos programas arqueológicos das Uhes Jirau e Santo Antônio*. Santo Antônio: Unir, 2011.

CURY, Marília Xavier. *Revisão Museológica e Museográfica do Museu Histórico de São Francisco do Sul. Projeto Expográfico. Programa Monumenta*, 2006. Disponível em:

165





<<https://sisem.files.wordpress.com/2011/04/projeto-expogrc3a1fico1.pdf>>. Acesso em: 15 jun 2016.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. Conceitos-chave de Museologia. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. 100 p.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO: PORTARIA NORMATIVA N° 1, DE 5 DE JULHO DE 2006 (DOU de 11/07/2006). Brasil, 01 jul. 2006. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/09/Portaria-01_2006.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2017.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Esboço biográfico de Julio de Castilhos. In AXT, Gunter... [et al.]. Julio de Castilhos e o paradoxo republicano. Porto Alegre: Nova Prata, 2005, p. 19-30.

EZEQUIEL, Márcio da Silva. Estudo temático dos viajantes do Rio Grande do Sul do início do século XIX. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 1999.

FAGUNDES, Antônio Augusto. Indumentária Gaúcha. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1985.

FÉLIX, Loiva Otero. A fabricação do carisma: a construção mítica-heróica na memória republicana gaúcha. In FÉLIX, Loiva; ELMIR, Cláudio (Org.). Mitos e heróis: construção de imaginários. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma prática. In Estudos Museológicos. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1994. s.p [Cadernos de Ensaio, 2].

FIORIN, José Augusto. Do gaúcho ao tradicionalista: imagem, identidade e representação. Ijuí: Sapiens Virtual, 2009. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/josefiorin/gaicho-aotradicionalista>>. Acesso em: 04 mar 2017.

FLORES, Moacyr. Dicionário de História do Brasil. Porto Alegre: EDIPCURS, 2008.

FRONER, Yacy-Ara. Reserva Técnica. Belo Horizonte: LACICOR, EBA, UFMG, 2008. Disponível em: Acesso em 16 set. 2012.

GIRAUDY, Daniele; BOUILHET, Henri. O museu e a vida. Porto Alegre: Iel, 1977. 99 p..

GOMES, Arilson dos Santos. A formação de oásis: dos movimentos fretenegrinos ao primeiro congresso nacional do negro em Porto Alegre – RS (1931-1958). Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2008. 310 p.

GOMES, Arilson dos Santos. O universo das gentes do mar e a identidade negra nos discursos e práticas políticas de Carlos Santos (1959-1974). Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR -RS, 2014a.

166





GOMES, Arilson dos Santos. Pesquisa Histórica: Museu Julio de Castilhos. v. 4. Porto Alegre: Urbana S/A, 2016. Prelo.

GOMES, Roberta Fraga Machado. A mão que batalha, a mão que toca o tambor: A Espada Africana e a interpretação do patrimônio negro africano musealizado, Museu Julio de Castilhos, Porto Alegre, RS, Brasil. Monografia (Bacharelado em Museologia). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014b. 96 p. Disponível em:
<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/111882/000953192.pdf?sequence=1>>. Acesso em 05 jun 2016.

GOMES, Roberta Fraga Machado. Pesquisa Histórica: Museu Julio de Castilhos. v. 4. Porto Alegre: Urbana S/A, 2016. Prelo.

GRANATO, Marcus. Apresentação. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; ROCHA, Cláudia Regina Alves (Orgs.). Conservação de acervos. Rio de Janeiro: MAST, 2007. p. 5-13. [MAST Colloquia 9].

GRINOVER, Lucio. A hospitalidade, a cidade e o turismo. São Paulo: Aleph, 2007. 191 p.

KERN, Arno Alvaro *et al* (Org.). Arqueologia Histórica Missioneira. Porto Alegre: Edipucrs, 1998. 206 p.

KÜHN, Fábio. Breve História do Rio Grande do Sul. 2 ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004. 160 p.

KÜHN, Fábio. Breve História do Rio Grande do Sul. 4. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011. 152 p.

LAROQUE, Fernando da Silva. Os nativos Charrua/Minuano, Guarani e Kaingang: o protagonismo indígena e as relações interculturais em territórios de planície, serra, e planalto do Rio Grande do Sul. In CARELI, Sandra da Silva; KNIERIM, Luiz Claudio (Orgs.). Releituras da História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2011.

LEAL, Elisabete da Costa. Os filósofos em tintas e bronze: arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá. 2006. 254 p. Tese (Doutorado) – Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LODY, Raul. O Negro no Museu Brasileiro: construindo identidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 336 p.

LOPES, Nei. Dicionário da antiguidade africana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 322 p.

MACEDO, José Rivair. Riso, cultura e sociedade na Idade Média. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 277 p.

MACHADO, Lisandra Maria Rodrigues Machado; ZUBARAN, Maria Angélica. Representações racializadas de negros em museus: o que se diz e o que se ensina. In

167





MATTOS, Jane Rocha de (Org.). *Museus e africanidades*. Porto Alegre: Edições Museu Julio de Castilhos, 2013. p. 137-156.

MACIEL, Maria Eunice. *Gauchismo, Tradição e Tradicionalismo*. Cadernos IHU Idéias (UNISINOS), 2007.

MACIEL, Maria Eunice. *Patrimônio, Tradição e Tradicionalismo: O caso do gauchismo, o Rio Grande do Sul*. Mneme Revista de Humanidades. **Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. V. 07. N. 18, out./nov. de 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/331/304>>.

MAESTRI, Mário. *O Escravo gaúcho: resistência e trabalho*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.

MARIANTE, Hélio Moro. *Homenagem a João Cezimbra Jacques, patrono do tradicionalismo gaúcho e ex-professor do velho casarão da várzea (CMPA), 1999*. In *O Gaúcho*. Instituto de História E Tradições Do Rio Grande Do Sul. Ano 2000, nº 02. Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br/ogauch/O%20Ga%C3%BAcho%202.pdf>>. Acesso em 04 ago 2017.

MATTOS, Jane Rocha (org). *Museus e Africanidades*. Porto Alegre, RS: Edições Museu Julio de Castilhos, 2013

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares*. Rev. Bras. Hist. vol.23 no.45 São Paulo July 2003. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-1882003000100002&lng=en&nrm=iso

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *Museus históricos: da celebração à consciência histórica*. São Paulo: Museu Paulista/USP, 1992a. p. 7-10.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *O museu e a questão do conhecimento*. In: CABRAL, Magaly (Org.) *Futuro do Pretérito: escrita da história e história do museu*. Anais do IV Seminário sobre museus-casa: pesquisa e documentação. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa, 2010. p.13-33.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *Para que serve um museu histórico?* São Paulo: Museu Paulista/USP, 1992b.p 3-6.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *Rumo a uma história visual*. In: MARTINS, José de Souza. ECKERT, Cornélia. NOVAES, Sylvia (Org.). *O imaginário e o poético nas ciências sociais*. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p. 33-56.

MIRABILE, Antonio. *A reserva técnica também é museu*. Boletim Eletrônico da ABRACOR. Número 1. Junho de 2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/61231-A-reserva-tecnica-tambem-e-museu.html>>. Acesso em 15 jan. 2016.

NEDEL, Leticia Borges. *Breviário de um museu mutante*. Horizontes Antropológicos. vol.11 no.23, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>



NIANE, Djibril Tamsir. Sundjata ou a Epopeia Mandinga. São Paulo: Ática, 1982. 126 p. [Coleção Autores Africanos, 15].

OLIVEN, Ruben George. A fabricação do gaúcho. Cadernos CERU, 2ª série, nº1, 1985. p. 79-91.

OLIVEN, Ruben George. O Processo da Identidade Gaúcha. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero (Org.).RS: 200 anos definindo espaços na história nacional. Passo Fundo: Editora Universitária, 2002. p. 163-190.

OLIVEN, Ruben George.O renascimento do gauchismo. In Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 77-80. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/difusaocultural/nosoutrosgauchos/assets/encontros/arquivo/o_renascimento_do_gauchismo_i_nos_os_gauchos.pdf>. Acesso em: 04 mar 2017.

OLIVEN, Ruben George. São Paulo, o Nordeste e o Rio Grande do Sul. In Ensaio FEE. Porto Alegre: 1993. p. 397-409.

ONO, Rosaria; MOREIRA, Kátia. Segurança em Museus: Cadernos Museológicos. Brasília: Ibram, 2011. 166 p. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/Seguranca-em-Museus.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

OSÓRIO, Elza Dias. Conservação em museus. In Museologia social. Secretaria Municipal da Cultura: Porto Alegre, 2000. 67-80 p.

PANOFKY, Erwin. Significado nas artes visuais. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

PEARCE, Susan. Pensando sobre os objetos. In GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos (Orgs.). Museu: Instituição de Pesquisa. Rio de Janeiro: MAST, 2005. p.11-21. [MAST Colloquia 7].

PEREIRA, Lúcia Regina Brito... [et al.]. A África está em nós: história e cultura afro-brasileira: africanidades Sul-Rio-Grandenses. João Pessoa: Grafset, 2012. 216p.

POSSAMAI, Zita Rosane. A pesquisa no museu. In Patrimônio e educação. Ciências e Letras. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, n.31, Ciências e Letras. Porto Alegre: FAPA, jan/jun 2002. p.77-86.

RIO GRANDE DO SUL. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO. Lei nº 8.813, de 10 de janeiro de 1989. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid>

RIO GRANDE DO SUL. MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS. Disponível em: <<http://museujuliodecastilhos.blogspot.com.br/search?q=reabertura>>. Acesso em 23 out 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Museu Julio de Castilhos. Secretaria da Cultura. **AJUC**. Disponível em: <<http://museujuliodecastilhos.blogspot.com.br/p/associacao-de-amigos.html>>. Acesso em: 07 out. 2016.

SANTOS, Keter Atácia Velho dos. Julio de Castilhos: teu amigo certo, correspondência inédita. Porto Alegre: Edijuc, 2013. 232 p.

169





SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Entre troncos e atabaques: a representação do negro nos Museus Brasileiros. Colóquio Internacional Projeto UNESCO: 50 anos depois. Salvador, 2004. Disponível em: <<http://www.ceao.ufba.br/unesco/13paper-myrian.htm>>. Acesso em 13 dez. 2013.

SANTOS, Vanicléia Silva. As bolsas de mandinga no espaço atlântico: Século XVIII. Tese. Doutorado em História Social. Programa de Pós-Graduação em História Social. Área de concentração: História Social. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. 256 p.

SCHEINER, Tereza Cristina. Criando realidades através de exposições. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos (org.) Discutindo exposições: conceito, construção e avaliação. Rio de Janeiro: MAST, 2006, p.07-37. [script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100006](http://www.sci_arttext&pid=S0104-71832005000100006)>. Acesso em 05 mar 2016.

SILVA, Ana Celina Figueira da. O museu e a consagração da Memória de Julio de Castilhos. Monografia (Bacharelado em Museologia). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011. 58 p. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000827141&loc=2012&l=cb5b3caef37af3db>>. Acesso em 05 mar. 2016.

SILVA, Sérgio Conde de Albite Silva. A preservação da informação. In Páginas a&b - arquivos & bibliotecas. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, Colibri, 2005. p.1-9.

SOUZA, Luiz Antônio Cruz; ROSADO, Alessandra; FRONER, Yacy-Ara (Orgs.). Roteiro de avaliação e diagnóstico de conservação preventiva. Belo Horizonte: LACICOR / EBA / UFMG, 2008. 42 p. [Tópicos em conservação preventiva; 1].

SOUZA, Vanessa Becker. Museu Julio de Castilhos: 111 anos de história em arquivos. Porto Alegre: EDIJUC/IHGRGS, 2014. 188 p.

STORINO, Claudia Maria Pinheiro. Pontos básicos para o funcionamento de museus In Subsídios para a criação de Museus Municipais. CHAGAS, Mário de Souza e NASCIMENTO JUNIOR, José do (organizadores). Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais, Departamento de Processos Museais, 2009. p. 17-25.

TREVISAN, Anderson Ricardo. Debret e a Missão Artística Francesa de 1816: aspectos da constituição da arte acadêmica no Brasil. In Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação e Sociologia da USP, São Paulo, nº 14, 2007, p.9-32. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/754>>. Acesso em: 04 mar 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Disponível em: <<https://editoraufsm.com.br/ensaio-sobre-os-costumes-do-rio-grande-do-sul>>. Acesso em: 04 mar 2017.

VASCONCELLOS, Camilo de Melo. Turismo em Museus. São Paulo: Aleph, 2006. 79.



WALDMAN, Maurício. Africanidade, espaço e tradição: a topologia do imaginário espacial tradicional africano na fala “griot” sobre Sundjata Keita do Mali. *In* África. Revista do Centro de Estudos Africanos. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 20-21vol. São Paulo: Humanitas, 1997/1998. 219-268 p.

WALDMAN, Maurício. Meio ambiente e antropologia. São Paulo: SENAC, 2006. 232 p.

WALDMAN, Maurício. O baobá na paisagem africana: singularidades de uma conjugação entre natural e artificial. Texto de apoio elaborado para o XIII curso de difusão cultural “Introdução aos estudos de África”, promovido pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (CEA/USP). São Paulo: CEA-USP. I semestre de 2011.

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

ROBERTA FRAGA MACHADO GOMES - Bacharela em Turismo e Museóloga
(COREM 3ª Região 0194I)

THIAGO SILVA DE ARAÚJO - Museólogo (COREM 3ª Região 0164I)

171

